



Trilhos

MEMÓRIAS.
POR VEZES,
QUASE UM DIÁRIO.

Luís Valente de Oliveira

VOLUME

1

12





Aos meus irmãos

Lema

– **Montaigne**, Michel de
"Les Essais" en français moderne
Quarto – Gallimard, 2009

**“Ce ne sont pas mes actes que je décris,
c’est moi, c’est mon essence”**

Montaigne (1533-1592). “Essais”
– Livre II – Chap VI

ÍNDICE

VOLUME

1

INTRODUÇÃO

– 9 –

CAPÍTULO I

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

– 17 –

CAPÍTULO II

A UNIVERSIDADE

– 41 –

CAPÍTULO III

O SERVIÇO MILITAR

– 51 –

CAPÍTULO IV

OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE

– 69 –

CAPÍTULO V

OS TEMPOS DA HOLANDA

– 77 –

CAPÍTULO VI

OS TEMPOS DE LONDRES

– 87 –

CAPÍTULO VII

O REGRESSO AO PORTO

– 95 –

CAPÍTULO VIII

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

– 133 –

CAPÍTULO IX

NOVO REGRESSO AO PORTO

– 161 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 212 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 214 –

INTRODUÇÃO

As memórias não se furtam à suspeita de serem a expressão da forma como os seus autores gostariam de ser vistos pelos seus leitores ou, mesmo, pela posteridade.

O caso mais conhecido dessa intenção é, seguramente, o “Memorial de Santa Helena” (1), escrito pelo Conde de Las Cases e largamente ditado por Napoleão. Para compor a imagem, o seu “inspirador-autor” não hesitou em adaptar muitos dos factos aos seus propósitos, chegando mesmo ao ponto de modificar o conteúdo de alguns “Bulletins de la Grande Armée” para traçar o quadro que pretendia fixar (2). É certo que o escriba era, naquele caso, um seu admirador devotado, mas coisas semelhantes se passaram com outros: o Général Bertrand (3) e o General Gourgaud (4). Ambos transcreveram muito do que lhes foi ditado pelo seu biografado-herói.

No meu caso não há grandes coisas em jogo, de modo que escuso de me esforçar para transmitir uma imagem hiperbólica do que aconteceu. Tudo foi relativamente normal. Sucede é que já vivi bastante, tendo a sorte de haver sido intérprete de pequenas coisas que afectaram a vida de muitos e de querer fixá-las no papel antes que a idade cumpra a sua inexorável função de apagadora das recordações que conservo. Quando começam a surgir algumas épocas em branco ou muito desfocadas ou esvaídas, é sinal de que começou o declínio inevitável. Há que escrever antes disso acontecer.

Em Portugal não é corrente os antigos responsáveis políticos reduzirem a escrito as suas recordações acerca do que foi a sua vida activa. Na Europa, os Britânicos são, seguramente, aqueles que mais escrevem sobre o que fizeram ao longo da vida e mesmo sobre o que acabaram de fazer. Brinca-se com os “Crossman Diaries” (5), dizendo-se que o autor pedia alguns instantes, interrompendo uma conversa, para ir escrever aquilo que queria registar enquanto a matéria estava “quente”. Assim conseguiria transmitir fielmente o ambiente em que eram tomadas as decisões, deixando um interessante testemunho do tempo em que exerceu um cargo político relevante.

Em França, a escrita de memórias faz parte de uma tradição que teve nos marechais e generais de Napoleão o seu ponto alto. Os que não morreram cedo, ocuparam os seus últimos anos a registar a sua intervenção nas campanhas em que participaram, justificando algumas das decisões que tomaram, eventualmente retocando uma ou outra das suas actuações mas descrevendo, sempre com grande pormenor, o desenrolar das operações. Por isso é possível saber-se hoje, com tanta minúcia, como se passaram as coisas.

Basta ver, nas livrarias daqueles dois países, o comprimento das estantes ocupadas com biografias, autobiografias e memórias para nos darmos conta da importância que é atribuída aos “actores” da vida pública, seja eles políticos ou artistas, desportistas ou gente das letras. Até mesmo altos funcionários registam como decorreu a sua vida; tal é o caso de François Bloch-Lainé, cujo livro “Profession Functionnaire” (6) se tornou uma obra de leitura quase obrigatória, para políticos e funcionários. Mas, em França, o que é verdadeiramente *chic*, para um político, é mostrar que é também um homem culto, para isso escrevendo críticas literárias ou ensaios^a, ou livros de História^b.

As memórias também não escapam à suspeita de narcisismo. O memorialista fala de si, todo o tempo, diz habitualmente o que lhe correu melhor na vida e, por isso, faz desconfiar de que se queira exaltar aos olhos dos outros. Para obviar a esta interpretação, o melhor é ele tentar demonstrar que não se toma, a si próprio, de-

a. Há muitos exemplos. Um deles é o “Montaigne” de Jacques Chaban-Delmas, Éditions Michel Lafon, 1982. Há, também, numerosos exemplares. Um deles é o “Henri IV, Le Roi Libre” de François Bayrou (Flammarion, Paris – 1994). Outro é “L’Édit de Nantes” de Pierre Joxe (Hachette, Paris – 1998). E outros três que fizeram muito pelo seu autor foram os de Dominique de Villepin, respetivamente: “Les Cent Jours” (Perrin 2001); “Le Soleil Noir de la Puissance” (Perrin – 2007); “La Chute (1807-1814)” (Perrin – 2008) – todos eles sobre Napoleão. Noutro sector político, de Jack Lang, o seu “François 1er” (Perrin – 1997). E os exemplos não acabam. Do lado britânico passa-se algo semelhante. Como exemplo: Roy Jenkins – “Churchill”. MacMillan, London – 2001.

b. Eu acabo de ler um livro do Dr. José António Barreiros, chamado “Traição a Salazar” (2012) em que, entre os assuntos que consultou, fazem parte memórias de figuras secundaríssimas da cena britânica, no tempo da Segunda Guerra Mundial. Elas foram, todavia, utilíssimas para esclarecer a forma de actuar quer dos serviços de espionagem britânicos que dos próprios serviços diplomáticos, permitindo escrever com rigor muitos livros da História desse tempo.

masiadamente a sério e usar de alguma ironia em relação aos factos que descreve. As memórias que se concentram na justificação de factos minuciosamente descritos podem ser muito boas para consulta dos historiadores, mas tornam-se insuportáveis para o leitor corrente. É, no entanto, certo que a escrita de memórias traduz uma forma de luta, consciente ou subconsciente, contra o sentimento do desaparecimento que se mostra de modo mais patente em uns do que em outros e é, possivelmente, mais acentuada em quem levou uma vida muito activa. Acaba de sair um livro de memórias do historiador Max Gallo cujo título traduz isso mesmo: “L’oubli est la ruse du diable” (7).

A desculpa habitual de quem tem coisas interessantes para dizer, mas não o faz, invoca, frequentemente, o viverem ainda muitos dos protagonistas dos acontecimentos que deveriam ser relatados e que poderiam ficar ofendidos com o modo como a sua acção é apreciada. Esta é, seguramente, uma desculpa muito portuguesa... Mas que não contribui, certamente, para o esclarecimento das circunstâncias em que decorreram aqueles acontecimentos. Perde-se, assim, muito do passado. E, nesta época de pressas, é cada vez mais importante conhecer profundamente como tiveram lugar as coisas que ocorreram. A compreensão deve sempre preceder a acção; por isso, saber como os outros fizeram pode representar uma fonte de inspiração valiosa.

Na minha vida o trabalho ocupou, sempre, um lugar central. Assentei praça no dia em que me formei; assinei o contrato para segundo-assistente da Faculdade de Engenharia na semana seguinte a ter chegado da Guiné; fui designado director do gabinete técnico da Comissão de Planeamento da Região do Norte no dia em que me doutorei; fiquei apalavrado para ser presidente daquela Comissão na véspera de deixar o Ministério da Educação... Posso mesmo dizer que foi o trabalho que deu sentido à minha vida. Acredito na “ética do esforço” e procuro aplicá-la no que faço.

Agora, pela primeira vez e no ano em que faço 75 anos, não há nenhum trabalho à minha espera. Tenho várias ocupações “gratis pro Deo” ou de carácter cívico. Mas o Governo entendeu que, além da minha pensão, eu não posso ser remunerado, mesmo pelo sector privado. Por isso começo hoje (1 de Janeiro de 2012) a escrever as memórias de um longo serviço público que tive a sorte de ser variado e estimu-

lante, nunca monótono nem rotineiro, ocupando os fins-de-semana a preparar-me para a semana seguinte e saindo de casa contente por ir trabalhar. Talvez isto pareça perverso a quem nele se aborrece, mas a verdade é que eu penso que muito do interesse do trabalho depende da nossa própria atitude face ao modo como o desempenhamos. Consegui que ele fosse sempre gratificante para mim. Tenho de encontrar agora uma alternativa que me ocupe e me preocupe também um pouco. É isso que vou tentar fazer.

Até há poucos anos eu considerava que o período da reforma era uma espécie de Afterlife-within-life. Cada reformado deveria dispor de meios suficientes para fazer aquilo que lhe daria mais prazer: visitar os seus, praticar o desporto que a idade deixava, viajar, ler, dedicar-se aos seus hobbies favoritos... tudo isso sem grandes preocupações materiais em relação ao futuro. Tudo se modificou! Só podemos agora contar com um Afterlife in Eternity. O “Otium cum dignitate” que se poderia esperar, tornou-se, nestes tempos, num ócio com preocupações materiais ou, pelo menos, com um forte apertão do cinto.

Durante as minhas funções governativas, e porque abomino as faltas de rigor correntes das interpretações jornalísticas, privilegiei o suporte escrito das minhas intervenções (8 e 9). Tive, naturalmente, de dar numerosas entrevistas. Não foram, todavia, poucas as vezes em que lamentei não ter preparado textos de apoio para fornecer como auxiliares de consulta, evitando interpretações demasiadamente livres em relação ao que eu tinha dito. Como se compreende, estando escritos e publicados todos estes textos, não irei repeti-los nestas Memórias. Não deixarei, contudo, de os folhear para me lembrar das circunstâncias em que os escrevi e para retirar uma ou outra frase que caracteriza a intervenção, então realizada, na sua globalidade. A vida passa a correr e não há, habitualmente, tempo para discernir uma linha de estruturação de uma acção que foi multimodal. Esse é um dos desafios que me imponho a mim próprio: demonstrar a coerência da unidade dessas acções. Mas isso ficará para o fim!

É mais do que certo que, ao longo deste longo discurso, transpareça o que eu penso acerca dos meus concidadãos e da forma como interpreto a nossa História.

Tive de orientar a elaboração das “Grandes Opções do Plano” dez vezes. Porque me aborrecem as actividades meramente perfunctórias, procurei abordar a tarefa

de modo sempre diferente, para isso ouvindo muitas figuras ilustres da Sociedade Portuguesa, com opiniões formadas e vontade de contribuir para o progresso do país. Num dos anos, juntei num almoço os Professores Agostinho da Silva e António José Saraiva. O primeiro não precisou de estimulação para dizer o que pensava e debitou durante mais de uma hora, sem interrupção, as suas ideias entusiastas acerca do futuro estimulante que nos esperava. A sua convicção “quinto-imperista” dava-lhe uma confiança ilimitada acerca das capacidades dos Portugueses, não só para resolverem os seus problemas, mas também para se constituírem em modelo para o mundo, dadas as suas excepcionais capacidades para servirem de ponte entre culturas e para se adaptarem a todos os azimutes e ambientes. Entretanto, o Prof. António José Saraiva ouvia cabisbaixo, mas com atenção, sem interromper nem manifestar a mais pequena alteração fisionómica. Quando julguei que devia interromper a longa exposição que vínhamos ouvindo, perguntei-lhe o que pensava de Portugal. A resposta foi cortante e desconcertante:

“– Portugal acabou em Alcácer-Quibir! O que veio depois foi outra coisa!...”.

Ironizei, dizendo que mais de quatro séculos é um longo estertor que não há corpo que aguente. Mas não consegui demovê-lo do seu pessimismo e da sua convicção de que falta uma ideia estruturante para a grei que seja capaz de mobilizar todos em torno de um projecto com o qual nos identifiquemos. Esta conversa deixou-me muito intranquilo e afectou-me mais do que eu estava preparado para aceitar. Que o Prof. Agostinho da Silva tinha razão ao sublinhar a nossa invulgar capacidade intercultural, não tenho dúvidas. Mas que há uma grande carência de reflexão estratégica acerca do papel que queremos desempenhar no “concerto das nações”, parece-me também muito certo. Não acredito que ainda estejamos órfãos da chefia do Estado decorrente da transferência da corte para o Brasil (1807)!...

Mas a verdade é que parece só funcionarmos como grupo coeso na festa ou na desgraça, tendo muita dificuldade em definir serenamente um percurso com o qual a maior parte se identifique e para cuja consecução se seja capaz de mobilizar as energias latentes ou patentes da maioria, através de uma acção consistente e permanente. Isto conduz-nos a interrogar-nos sobre o papel das elites e a sua responsabilização a respeito da afinação de “uma certa ideia” acerca de Portugal. É um facto que o escol de muitas profissões se tem alargado em número e em

qualidade. Nunca tivemos tantos cientistas de carreira internacional como temos hoje, nem pintores, nem músicos, nem arquitectos, nem escritores, nem desportistas... Também nunca se esteve tão internacionalizado como hoje estamos. E, todavia, não fomos ainda capazes de articular entre si essas “natas”, segregando “la crème de la crème”, que não pode pairar acima do comum dos mortais, mas, através de valores partilhados que não precisam de se tornar explícitos, deve influenciar todos na formulação dos seus propósitos e nos seus comportamentos. Considero que devemos enfrentar, sem tergiversações, a questão da responsabilidade das elites que, por o serem, terão de arrastar toda a comunidade, conferindo-lhe atributos mais consentâneos com as ambições que nos damos. Isto é, evidentemente, muito diferente de se pretender uma sociedade elitista; é precisamente o contrário. É constatar que o escol se alargou e, ao mesmo tempo, defender que faça percolar os valores cuja prática o alçou às posições que ocupa, pelo maior número dos seus concidadãos que costumam reproduzir comportamentos mais por imitação do que por reflexão. Voltaremos a este tema a propósito da minha passagem pelos diferentes cargos que desempenhei. Se o invoquei desde já é porque estou, de facto, convencido de que um dos nossos principais problemas tem a ver com a responsabilização das nossas elites pelo progresso conjunto de toda a comunidade nacional. Seguirei, no que vem adiante, a ordem cronológica, como é costume. Mas não ocuparei muito espaço com referências a assuntos pessoais privados. Fá-lo-ei na medida em que ache que eles tiveram influência na minha formação ou, eventualmente, na minha acção. Essa escolha irá desapontar quem gosta de entrar na intimidade das pessoas sem ser convidado. Os escritores de memórias não devem ceder à solução de facilidade que consiste em tornar-se “populares” por abrirem a porta da sua casa... A menos que seja, mesmo, essa a intenção... A maior parte dos memorialistas costuma afirmar, com convicção, que se tivessem de voltar ao princípio fariam exactamente o que fizeram e a sua vida teria sido

C. N. do A.: Nem toda a gente pensa assim! Há, mesmo, um filósofo francês que escreveu um livro cujo título é “Uchronie, ou l’histoire telle qu’elle n’a pas été, telle qu’elle aurait pu être” (Citado em Jean François Revel, “Mémoires – Le voleur dans la maison vide”, Plun, Paris – 1997). Eu permaneço do lado de Huizinga.

a mesma. Há um grande historiador holandês, Johan Huizinga (10) que diz ser a mais fútil das tarefas, imaginar como seria a história se em vez ter acontecido isto, tivesse sucedido aquilo, uma utopia a que se chama ucronia. O que aconteceu está cristalizado e não adianta nada tentar mudá-lo^c. Mas eu afirmo, sem hesitação nenhuma, que, se soubesse o que sei hoje, teria tomado muitas decisões diferentes das que tomei. A vida flui de uma maneira em que se cruzam muitos factores e influências, não se tendo, a cada momento, a percepção do que implica o passo que se está a dar. Mas não adianta querer rodar para trás a “máquina do tempo”... Uma palavra para justificar o título. Eu já estou avançado na terceira idade! Se devia caracterizar as memórias, esclarecendo o ponto de vista temporal, este já não é o da força da vida, nem mesmo o do Outono. Os portugueses e os franceses designam os quadros que reproduzem flores cortadas, frutos colhidos, peixe, carne, ou caça prontos para irem para a panela como “naturezas mortas”. Os ingleses são mais subtis ou sensíveis e chamam-lhes “still-lives”. Estas memórias são still-lives, mas muito a caminho do forno... Por isso, eu poderia ter-lhes chamado “Memórias de Inverno” ou, para ser directo, “Natureza-morta com retrato do autor”. Preferi ser mais optimista (ainda nesta idade!...). As viagens foram o “sal da minha vida”. Através delas aprendi muito e diverti-me, olhando para a riqueza do Mundo e procurando compreender as pessoas. A viagem à volta da minha vida ainda tem vida, ainda é uma still-life. Enquanto a escrevo, vou-me lembrando das muitas voltas que dei no Mundo.

O texto que vem a seguir é de memórias e não de história. Esta reclamaria articulação entre factos que não está nos meus propósitos. A única vantagem destas linhas é que elas são transmitidas em discurso directo, narrando acontecimentos vividos por quem as escreve ou referindo ideias que o seu autor teve ao longo da vida. As memórias têm sempre referências a casos mais ou menos singulares, aquilo a que os franceses chamam “anecdotes” e que não correspondem à sua tradução literal para português, mas que, no caso de se abusar delas, conferem ao texto um carácter demasiado ligeiro. Para compensar um pouco esse tom darei algumas informações sobre a maneira como certas decisões foram tomadas e farei algumas reflexões sobre o sentido da acção desenvolvida.



FIG. A Mãe.

CAPÍTULO I

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Eu nasci em 29 de Agosto de 1937, em Casaldelo, S. João da Madeira, filho de Justino Leite de Oliveira e de Altina Valente da Silva Leite de Oliveira.

O meu Pai era industrial e a minha Mãe dona de casa. Casaldelo não era uma freguesia organizada. Então, como agora, S. João da Madeira era um Concelho com uma única freguesia, de modo que o espaço periférico estava ocupado com explorações agrícolas de tamanhos diversos. A maior parte delas tinham “casas de brasileiros” e outras de lavradores antigos. Como o emprego se localizava em S. João, as propriedades agrícolas estavam bem mantidas, porque havia sempre caseiros que desciam de Arouca e de Vale de Cambra para dar um modo de vida na indústria aos filhos e, mais tarde, às filhas, quando o emprego se diversificou. Tratava-se sempre de famílias numerosas – oito e mais filhos – cujos membros partilhavam os serviços agrícolas, além do trabalho nas fábricas. As propriedades estavam sempre totalmente aproveitadas, embora usando técnicas arcaicas. Tenho no ouvido o ruído dos eixos dos carros-de-bois de madeira e sem lubrificação que circulavam nos caminhos entre as casas e os campos.

O velho Padre João Gomes, ele próprio um médio proprietário agrícola, dava apoio espiritual a todo o rebanho que juntava gente de todas as posses, a partir da capela de Santa Maria, onde, ao domingo, havia, na missa, uma rigorosa separação entre as mulheres e crianças, de um lado, e os homens do outro; as “senhoras” ficavam nos bancos da capela-mor e os “senhores” numa pequena ala de ligação à sacristia. Tudo muito ao gosto do século XIX.

A mesma organização oitocentista permanecia na relação entre os senhorios e os caseiros. Estes pagavam a sua renda em alqueires de milho e de feijão entregues e contados por altura do S. Miguel (29 de Setembro). Era com o remanescente dessas rendas e com os salários da indústria que as famílias numerosas se sustentavam. Não havia miséria, mas vivia-se mal.

A minha mãe era uma responsável activa da Conferência de S. Vicente de Paula que insistia em associar-nos, aos seis filhos, à sua acção filantrópica. Estávamos encarregados de detectar quem estava em maior necessidade e do que precisava e de organizar a entrega das encomendas que, pelo Natal, pela Páscoa e pelo nascimento das crianças eram atribuídas às famílias.

Era uma comunidade temente a Deus e muito aplicada no trabalho. Não havia ociosos, sempre me espantando verificar como toda a gente sabia fazer de tudo, estando sempre pronta a auxiliar os outros nas colheitas ou nas obras. Havia, contudo, uma rigorosa observância da reciprocidade; tudo era devidamente contado e retribuído de acordo com o que foi dado.

Compreende-se que eu tenha a sensação de que vivi em três séculos. No século XIX, na sua organização social, entre uma casa agrícola folgada e os seus caseiros; no século XX industrial, numa pequena aglomeração muito dinâmica e depois numa grande cidade comercial e industrial, experimentando todos os avatares de um tempo que os teve radicais e numerosos; e no século XXI que ainda nos está a surpreender com mais e mais profundas transformações.

Lembro-me bem de, com oito ou nove anos, ter sido encarregado de receber as rendas, apontando o número de alqueires num caderninho que mencionava o nome dos caseiros e a data da entrega dos produtos.

A minha mãe era filha única, de modo que, depois do casamento, ficou a viver com o pai, o meu avô Francisco.

As leis da mortalidade, nos anos trinta e quarenta, eram muito diversas das de hoje, de modo que eu só tenho uma vaga ideia da avó Joana, mãe do meu pai e uma outra mais precisa do meu avô materno. Os outros já tinham partido quando eu nasci.

O meu avô de Casaldelo é que era o patriarca da família. Tanto em vida como depois de morrer, porque a sua memória era venerada extremosamente pela filha e a sua história repetidamente referida aos netos. Ele era o segundo de oito filhos e nasceu em 1870. Faz-me muita impressão que um avô que eu conheci e de que há fotografias comigo ao colo, tenha nascido no ano da reunificação da Itália!...

Como era hábito, nessa ocasião, ele emigrou para o Brasil aos doze anos. Tinha no Rio de Janeiro alguns primos e tios que lhe devem ter proporcionado enquadramento suficiente, porque fez fortuna e foi um membro activo do Real Gabinete



FIG. 0 Pai.



FIG. O Avô Luís.

Português de Leitura, da Beneficência Portuguesa e de muitas outras associações filantrópicas, culturais e desportivas portuguesas. Mas ficou sempre ligado à casa em que nasceu, ao ponto de comprar aos irmãos as suas partes, reconstituindo o património que era dos seus pais e que só foi disperso na minha geração. Era tido como muito aplicado ao trabalho e à aquisição de conhecimentos. Conservam-se, na tradição familiar, as histórias pitorescas da sua ida à Exposição Universal de 1900, em Paris, que levou dias e dias num comboio ronco e sem nenhuma comodidade. Compreende-se, por isso, que as paragens fossem desejadas e imperiosas... Havia entre ele e os habitantes de Casaldelo uma relação especial de confiança. Em caso de necessidade eles sabiam que podiam contar com ele e que o auxílio surgia sempre de forma discreta, sem que ninguém o soubesse. Por outro lado, as instituições de solidariedade de S. João da Madeira batiam-lhe sempre à porta quando precisavam; e faziam-no muitas vezes e porque os seus responsáveis, já nesse tempo, demonstravam um grande dinamismo. Lembro-me de ter visto no Quartel dos Bombeiros de S. João da Madeira uma fotografia do seu primeiro automóvel – um Minerva – que tinha sido do meu Avô e por ele dado à corporação, no princípio dos anos 30.

A nossa casa, em Casaldelo, tinha o hábito de crescer em cada geração. O meu avô ampliou-a e nela o meu pai teve de acomodar mais seis filhos. Tornou-se, assim, num imóvel difícil de manter. Mas todos temos saudades dos tempos que lá passámos.

O meu avô Luís, de S. João da Madeira, era, ao que dizem, um grandalhão com voz forte. Exerceu as funções de Regedor da Freguesia, antes de ela ter passado a Concelho. Um dia que visitei a Câmara Municipal, como Ministro do Planeamento e Administração do Território, nos cumprimentos depois dos discursos, dirigiu-se a mim um homem idoso mas, ainda vigoroso, com lágrimas nos olhos, dizendo-me que a minha voz era igual à do meu avô que ele tinha conhecido muito bem. Fiquei, naturalmente, sensibilizado.

O meu pai era, também, grande e muito extrovertido. Como sucede, frequentemente, nenhum dos filhos o consegue igualar em simpatia. Com um à-vontade enorme, conhecia todos, sabia das relações familiares de todos, falava a todos com manifestações de afecto... Não surpreende que tivesse tantos amigos. Mas

havia muitas situações cómicas e algumas embaraçosas que a minha mãe – muito introvertida e tímida – suportava com paciência, mas não deixando de o criticar. Era industrial de artes gráficas e tinha também tentado a sua sorte no Brasil entre 1929 e 1930 mas, nessa altura, as coisas não correram bem, nem lá, nem no resto do mundo. Regressou a casa e iniciou uma actividade que progrediu, nomeadamente durante a II Guerra Mundial e logo a seguir, quando o trabalho não faltava e ele, activamente, o procurava nomeadamente em Lisboa, onde tinha grandes clientes fiéis. Era um espírito inovador, procurando sempre a última palavra em matéria de tecnologia. Ia a feiras no estrangeiro e mantinha relações amistosas com os fornecedores de máquinas com representantes no Porto. Não tinha qualquer sentido da pontualidade. Quando gostava da conversa que estava a ter, a última coisa de que se lembrava era de olhar para o relógio. Se calhar, por isso, eu sou um obcecado com as horas...

O meu avô Francisco morreu em 1942, durante a II Grande Guerra. Logo que se tornou possível fazer a viagem ao Brasil, em segurança, os meus pais partiram, com os quatro filhos já nascidos, numa viagem ao Rio de Janeiro, para tomarem decisões em relação à herança que tinham recebido. Fomos no Serpa Pinto, um pequeno navio que a nós nos pareceu o expoente máximo do conforto. Fomos na primavera de 1946 e regressámos no outono. Não era, então, possível fazer a viagem de avião. O navio ia a abarrotar de gente que tinha decidido tentar a sua sorte no Brasil: portugueses, espanhóis e alguns franceses. De vez em quando havia o rumor de que se tinham avistado minas. Isso deixava toda a gente excitada e justificava que os exercícios de segurança, convocados pelo silvo de uma sireia, decorressem com um particular empenhamento por parte dos grandes e dos miúdos. Todos sentíamos que estávamos a participar numa operação próxima da guerra ou, pelo menos, de um exercício militar, com toda a emoção que isso suscitava. Na viagem de ida tocámos em S. Vicente (Cabo-Verde) para abastecimento. Para os locais era dia de S. Vapor. Muitos se deslocavam a bordo em pequenas embarcações que oscilavam muito na forte ondulação tocada a vento e exigia prodígios de equilíbrio às Senhoras que tinham feito “toilette” para irem almoçar a bordo. Só o meu pai foi a terra. Os outros ficaram no convés, observando a perícia dos miúdos que mergulhavam para ir buscar moedas que os passageiros do navio



FIG. O Avô Francisco.

lhes atiravam. Pediam para que fossem só “brancas”, não só para as poderem ver, dentro de água, mas também porque eram mais valiosas do que as de cobre.

Tenho uma recordação muito viva da grande massa rochosa e escura de Santo Antão. Era uma mole impressionante! Já voltei algumas vezes a Cabo-Verde mas nunca foi possível ir com vagar a S. Vicente e a Santo Antão. Faz parte dos meus projectos de viagem.

A chegada à Baía de Guanabara foi um deslumbramento! Quando, mais tarde, escrevi sobre a abertura dos portos do Brasil pelo Príncipe Regente D. João, não pude deixar de imaginar o que ele deve ter sentido, nem de evocar o que os meus olhos de oito anos retiveram dessa paisagem soberba vista numa manhã de sol brilhante e de atmosfera calma e transparente. É, realmente, inesquecível!

Havia parentes e amigos no cais que tinham sido prevenidos da nossa chegada. Nesse tempo, tanto os que aguardavam como os que desembarcavam estavam elegantemente enfarpelados. Tratava-se de um acontecimento social que nos jornais do dia seguinte merecia a devida referência, numa coluna reservada à “vida elegante”. Quando pusemos pé em terra, depois de formalidades numerosas, assistimos à disputa em relação à casa em que haveríamos de ficar. Como era um grupo de seis logo ficou estabelecido que seria por uma semana ou duas, no máximo, porque teríamos de arrendar um apartamento. Não se esperava que os assuntos a tratar estivessem solucionados, em menos de meio ano. Foram oito meses. O local escolhido para morarmos foi Icaraí, por se temer que Copacabana ou Ipanema tivessem um tráfego demasiadamente perigoso em relação à vida pachorrenta de Casaldelo. Mas tivemos sorte, porque se encontrou um segundo andar em frente à baía, com as paredes totalmente cobertas de quadros que os senhorios deixaram ficar. Eles foram viver, durante o tempo que lá ficámos, para uma “chácara” que possuíam nos arredores. No momento da partida ofereceram aos meus Pais um desses quadros, representando um “ipé” roxo sobre uma pequena cabana; nas partilhas ficou para um dos meus irmãos.

Foi tomada a decisão de não nos matricular em nenhuma escola, porque apesar de termos uma “babá”, os pais gostavam de andar com a filharada atrás. Só, mesmo, quando se tratava de ir a notários e a repartições públicas demoradas é que ficávamos em Icaraí. Mas para não permanecermos totalmente desocupados

inscreveram os três mais velhos em lições de piano com uma professora italiana, Ada Petrone, que não concebia que se pusessem os dedos nas teclas sem dominar razoavelmente o solfejo. Eu aguentei a prova, mas as duas irmãs que se me seguem não a suportaram e impacientaram a mestra.

Icaraí era, nessa altura, um bocado do paraíso. A praia só tinha muita gente ao domingo quando nós não estávamos e tomávamos a barca em Niterói ou a lancha carioca para ir ao Rio fazer almoços dominicais com parentes e amigos. Todos tinham muitos filhos, de modo que esses encontros passavam-se no meio da maior algazarra e indisciplina, para cuidado da minha mãe que achava que os meninos brasileiros eram criados com demasiado à vontade.

Havia outros dias em que os seis fazíamos excursões a locais especiais como o Pão-de-Açúcar, o Corcovado, as igrejas da Candelária ou de S. José, a Ilha de Paqueta ou o Jockey-Clube do qual era sócio um dos nossos parentes. É curioso como, tendo eu somente oito anos, nessa ocasião, tenho ainda gravadas na memória as recordações dessas visitas todas. Deve ter sido tudo muito marcante, porque a sensação que tenho é que posso quase fazer o guião de um filme sobre a viagem.

Há poucos anos, numa manhã em que eu não tinha programa, no Rio de Janeiro, contratei os serviços de um táxi do hotel, conduzido por uma senhora, para ir ver a casa onde tinha nascido a minha mãe, na Avenida Salvador Correia de Sá, numa zona hoje “tombada”, perto do centro e para voltar a Icaraí para tentar reconhecer o prédio onde ficava o nosso apartamento. A primeira está tal como aparece nas fotografias da época que nós ainda possuímos, mas na segunda, a substituição foi radical: os prédios de dois andares e as vivendas foram substituídas por outros de vinte ou mais pisos. Mas o encanto da baía permanece...

Essa volta não deixou de suscitar um comentário do motorista: – O senhor é um turista bem peculiar! Nunca ninguém me mandou ir para esses dois locais, passar meia-hora de trás para diante, olhando para os prédios e voltar para o automóvel com ar feliz!... Eu expliquei-lhe a razão de ser da satisfação.

O regresso do Brasil foi, novamente, no Serpa Pinto, mas com muito menos companheiros de viagem. Eram quase só Portugueses de meia-idade radicados no Brasil que vinham matar saudades à sua terra, depois de uma longa ausência determinada pela guerra. Para cá tocou-se em Salvador da Baía, no Recife, em S.

Vicente e no Funchal. Na primeira fomos almoçar com parentes e nas outras fizemos excursões que ficaram todas marcadas por histórias que foram invocadas muitas vezes nas reuniões familiares, tal era a exceção desses acontecimentos na rotina das nossas vidas. E, assim, regressámos a Lisboa e, por comboio, ao Porto onde um carro nos veio buscar para voltar a Casaldelo onde, no dia seguinte, fomos para a escola.

Eu frequentei a escola oficial, onde os meus colegas eram todos vizinhos e conhecidos. A professora da 1.^a e da 2.^a classes era a D. Branca, criatura frágil e doce com imensa paciência para aguentar os primeiros passos da integração social de miúdos quase selvagens que sabiam muito acerca da Natureza que os rodeava e da qual os seus pais viviam, mas pouco acerca do modo de estar sentado umas horas numa carteira. Aprendia-se a tabuada por recitativo em coro e em voz alta e quem passava na rua ouvia a toada das crianças a repetir os números. Na 3.^a e 4.^a classes a professora era a D. Cacilda, uma transmontana disciplinadora, com pouca paciência para faltas de atenção e de aplicação, com a qual mantive contacto durante muitos anos, até ter ido, já viúva, viver com uma filha na Amadora. Perdi-lhe, então, o rasto, mas conservo dela uma excelente impressão: explicava bem e interessava-se pelo progresso dos alunos.

Foi com os meus colegas da primária que eu aprendi a olhar para o mundo natural que nos rodeava. Sabíamos onde é que estavam todos os ninhos, sendo os nossos preferidos os das carriças por serem minúsculos e perfeitíssimos. E havia alguns com habilidade para fazer armadilhas para apanhar melros que eram difíceis de aprisionar e que nós verificámos nunca cantarem tão bem na gaiola como no espaço livre. Não havia mina das redondezas que não explorássemos, sem ninguém dos grandes saber, porque diziam que era perigoso por causa dos desabamentos. Os riachos e as presas (como se designam localmente as poças de água) proporcionavam entretenimentos sem fim, porque as formas de vida que se desenvolvem à sua volta são de uma variedade enorme e todas interessantes. Foi aí que eu vi, pela primeira vez, como morreu um pequeno curso de água e alguma vida vegetal à volta, com a chegada de um efluente demasiado corrosivo. A Oliva montou uma fábrica de tubos galvanizados, o que foi muito saudado pelos empregos que criou. O efluente foi lançado nesse riacho que atravessava vários

lameiros, alguns deles nossos; o milho aguentou a poluição, mas o feijão não a suportou. Além do cheiro muito acre que o ribeiro passou a exalar, deixou de haver rendas pagas em alqueires de feijão... Os agriões também se foram!... Nunca mais os comi tão saborosos...

O que me ficou desta observação sistemática da natureza treinada com filhos de agricultores e com os próprios agricultores, foi uma apreciável capacidade para olhar e ver. Mais tarde, como professor de Engenharia verifiquei, muitas vezes, como dela carecem alguns jovens e, mesmo, outros que já não o são. Algumas vezes, tive como resposta de profissionais lançados, um: – Tem graça! Essa passou-me... Passou porque não foi treinado para observar.

A observação de tudo, incluindo os pormenores, é vital para os agricultores. Eles têm de olhar e ver para sobreviver. Por isso eu tive sorte em acamaradar com miúdos vivos e já muito conhecedores dos factos e dos segredos da Natureza.

Quando se pôs o problema de ir para o liceu os meus pais decidiram que eu iria interno para o Colégio Almeida Garrett, no Porto, onde ficaria um ano, porque o meu pai conhecia um dos directores, o Padre Adão de Carvalho e nisso radicou a escolha.

No segundo ano, como a minha irmã que se me segue teria de ir interna e isso fazia muita impressão à minha mãe, foi decidido arrendar um andar no Porto para onde se transferiram os quatro mais velhos, com a Maria José, uma empregada que nos tinha visto nascer a todos e que ficou connosco até ao fim dos seus dias. O andar ficava perto do Colégio de Nossa Senhora da Paz, das Doroteias, ao Marquês. Os rapazes foram para o Garrett. Os fins de semana eram passados em Casaldelo e os Pais começaram por ir duas vezes por semana dormir ao Porto, mas com permanências progressivamente mais longas da minha mãe que acabou por ficar sempre connosco.

Tenho boas recordações do colégio. Fiz nele bons amigos que mantenho felizmente quase todos, porque poucos morreram. De um modo geral, os professores eram competentes. Acompanhavam-nos de perto; eram exigentes em relação ao aproveitamento e tratavam-nos como homenzinhos. Nesse tempo, ia-se para as aulas de fato e gravata, o que contribuía para o formalismo das relações. Quando íamos ao liceu para os exames do segundo, do quinto e do sétimo anos, havia sempre um

director por perto, para se inteirar acerca do modo como tinham corrido as coisas. Havia uma preocupação especial em relação aos bons alunos; é evidente que eles também contribuíam para o prestígio do Colégio e eram sempre festejados pelos bons resultados que conseguiam obter.

Como sempre sucede, havia uns professores mais interessantes do que outros. Relembro, pela vivacidade, o professor de matemática, Dr. Artur Lobo, que estimava os alunos que participavam, porque as suas exposições eram sempre intercaladas com numerosas perguntas à turma; quem seguia o discurso com atenção e intervinha passava a beneficiar de um diálogo directo com o mestre e isso resultava em benefício do discente e na animação de toda a turma.

O professor de físico-química, o Dr. Fernandes de Carvalho, tio de um docente de Coimbra que foi vice-reitor da Universidade, era incansável no esclarecimento de tudo o que pudesse tornar as aulas mais proveitosas. Um outro professor das mesmas matérias, mas no segundo ciclo (3.º, 4.º e 5.º anos), era o Dr. Armando de Oliveira, transmontano frontal e autor de numerosos manuais publicados pela Porto-Editora, que tornava as aulas sempre vivas. Mas havia muitos outros que se fixaram na memória: o Dr. Albano Morgado, professor de Português; o Dr. Ramôa, de ciências naturais; o Dr. Ferreira, de inglês; e os três professores de educação física, o tenente-coronel Délio Tamegão, o irmão Dario Tamegão e o filho Edgar Tamegão. Este último, que me orientou aos doze ou treze anos, quando me voltou a ver, quase aos trinta, disse-me: – Estou a lembrar-me da tua cara, mas a uma cota mais baixa!...

Os directores eram todas pessoas graves e solenes. O Padre Guimarães Dias pertencia aos círculos da boa sociedade portuense; mal eu imaginava que lhe iria suceder, mais de sessenta anos depois, como presidente do Comité da Alliance Française no Porto. O Padre Adão de Carvalho era amigo do meu pai. O Dr. Carlos de Aguiar, esportíssimo, tinha a alcunha de “O Pardal”; há dele numerosa descendência, toda ela se tendo salientado pela inteligência e pelo sucesso profissional. O Eng.º Jorge de Araújo era um gigante de bom coração, sempre deferente em relação aos bons alunos e imensamente paciente para com os outros. O Padre Avelino Soares tinha atenções insuperáveis com todos; um dia, o professor de desenho, o Pintor Mendes da Silva, fez uma exposição numa galeria da Rua de Santo



FIG. O Colégio Almeida Garrett nos anos 50.

António; ele foi averiguar quem eram os seus três alunos mais classificados, entre os quais eu estava, meteu-nos no seu carro e fomos fazer uma surpresa ao artista que nos distinguiu com uma minuciosa explicação acerca dos seus quadros. A esta distância ainda me lembro dos “nocturnos” pelos quais ele era famoso e que pintava com grande “expertise” técnica.

Tenho pena de não ter explorado mais o meu jeito para o desenho. Ainda hoje não desenho mal, mas a formação neste campo foi exclusivamente técnica. E eu gostaria de o ter treinado como expressão artística. Tenho um amigo arquitecto, do Recife, que leva para as viagens um bloco que enche de apontamentos magníficos. Deu-me uma folha com uma vista de Marvão; não se pode ser mais económico a captar a essência da forma!... Eu gostaria de saber fazer algo parecido.

Os sete anos do liceu foram um tempo que passou fluído, sem angústias de maior. No quinto ano dispensei às orais nas duas secções, letras e ciências, o que só aconteceu com mais um outro, em todo o Liceu D. Manuel II. O facto foi muito festejado em casa e no colégio. Eu ficava naquilo que se chamava “o estudo” até às sete da tarde, deixando os livros e os cadernos numa carteira fechada, de maneira que ia e vinha de casa quase com as mãos livres e, especialmente, com tempo para conversar e para ler, depois do jantar. Então não havia televisão e nós, que éramos muitos, em vez de ouvir rádio, preferíamos falar uns com os outros, até nos isolarmos, os mais velhos, nas nossas leituras.

De resto fazíamos o que faziam todos os jovens daquele tempo. Frequentávamos os bailes ou os “assaltos” de Carnaval, tínhamos as nossas paixonetas passageiras, mas intensas, íamos ao cinema só ao sábado ou ao domingo, praticávamos desporto sem grande aplicação e passeávamos muito a pé pela cidade. Um ano, em Julho, já acabadas as aulas, um grupo a que eu pertencia resolveu subir às torres de todas as igrejas da baixa, ao que os sacristães ficaram um tanto desconfiados, mas acabaram por nos deixar subir. Foi aí que começou o meu enamoramento pela cidade do Porto. Não se pode imaginar o que se surpreende dos pontos altos

d. Num dos seus livros sobre Trás-os-Montes, o escritor Rentes de Carvalho refere que os cães da aldeia ladravam aos recém-chegados, enquanto eles tivessem um “cheiro de fora”; no dia seguinte já não farejavam nada de estranho. No caso do Porto, até os humanos reconheciam o cheiro a café!...

da cidade!... Nessa altura o centro do Porto era imensamente buliçoso, havia gente por todo o lado e cheirava a café. A razão para isso acontecer é que as torrefações eram muitas, todas pequenas e estavam espalhadas pelo centro. O cheiro era de tal forma intenso que se impregnava na roupa e quando se vinha de Casaldelo ao Porto e se regressava, levava-se connosco o cheirinho que denunciava onde tínhamos estado^d. Desde que houve a fusão das torrefações, a operação é, hoje, conduzida seguramente de forma muito higiénica, numa grande instalação em Gondomar. O Porto perdeu essa dimensão olfactiva!... Mas o café continua a ser uma predilecção dos portuenses.

Havia “segredos”, para o tomar ou para o fazer, que só se transmitiam aos amigos chegados. E a preparação do café à mesa, nas máquinas de balão e com lamparina, constituía um cerimonial sempre rodeado de atenção, se não mesmo de mistério. Quando passei a ter casa própria, a minha receita consistia em moer o grão somente antes de pôr o pó na máquina, fazendo um lote de metade de “robusta”, proveniente de Angola, com a metade composta de “arábica”, de Cabo-Verde, S. Tomé ou Timor, em dosagens variadas. Tudo isso se podia comprar em muitas lojas do Porto. Houve alguém que foi a Paris e adquiriu, nos Campos Elíseos, na casa da Colombia, um pouco de “arábica” colombiana, pelo que, fatalmente, passou a ser mais “chic” dizer que o café tinha aroma colombiano era melhor. Mas não era verdade. O outro era excelente! Luxos de colonizadores que possuíam “robusta” e “arábica” do seu próprio império... Hoje, compramos o pó já moído dentro de sacos ou cápsulas herméticas, deixando-nos guiar pelo preço, na convicção de que o mais caro deve ser o melhor.

As férias eram passadas em Casaldelo com alguns períodos na praia. Foi o caso de Espinho que, nessa ocasião, era frequentado por portuenses e por numerosos espanhóis. A grande piscina de água salgada começou a ser construída, tendo eu cinco anos, por uma sociedade por acções, promotora do desenvolvimento do desporto e do turismo. O meu pai comprou uma acção para cada um de nós e, quando lhe perguntaram o nome do sexto associado, ele disse que ainda não sabia, porque este só nasceria daí a dois meses: Tratava-se do meu irmão José. Foi nessa piscina que eu aprendi a nadar com o meu pai, que tinha pouca paciência para alunos lentos; por isso tive que me apressar... Ainda hoje, me faz falta estar

muito tempo sem nadar. Para o fazer, o melhor mar do mundo é o grego! Há locais, como Rodes ou Creta, onde a água, além de temperada, é macia. Sair dessa água representa um sacrifício que exige um esforço da vontade...

A leitura ocupava uma parte importante das férias. Havia alguns passeios aos pontos de interesse das vizinhanças, alguma participação em acontecimentos que reuniam a juventude das redondezas, mas o grosso do tempo era ocupado a ler.

O meu pai havia comprado num leilão, quando eu tinha 10 ou 11 anos, um conjunto importante da edição de David Corazzi de Júlio Verne (1). São setenta volumes de que sou hoje o feliz proprietário. Li-os todos! Alguns mesmo várias vezes, como aconteceu com “As vinte mil léguas submarinas” e o “Miguel Strogoff”. A seguir veio o Alexandre Dumas com “Os Três Mosqueteiros” (2), “Vinte Anos Depois” (3), “O Visconde de Bragelonne”(4) “As Memórias de um Médico” (5), este último em vinte e seis volumes que eu li aplicadamente. Muito me serviram todos eles para sentir “familiaridade” com o Cardeal Richelieu, o Cardeal Mazarin e muitas outras personagens da transição do Antigo Regime para o período da Revolução Francesa. Aos quinze anos ficou definitivamente instalada em mim uma paixão pela História que, ainda hoje, subsiste revigorada pelas leituras e pelas viagens. Sempre achei que saber o nosso lugar no tempo era indispensável para nos conhecermos a nós próprios e ao mundo que nos rodeia. Muito mais de metade dos livros que eu hoje compro são de História, preferindo-os sempre quando leio.

Nos últimos anos do liceu fui muito orientado nas leituras por um amigo e vizinho nosso, em Casaldelo, o António Ramos Leitão, que não só me indicava os livros que eu devia ler, como me fazia sabatinas para ajuizar o grau de atenção e de espírito crítico com que eu os tinha lido. Ele tinha uma preferência marcada pelo Camilo em vez do Eça. Achava que o primeiro escrevia melhor Português e retratava Portugal com mais acuidade; entendia que o segundo era um “elegante irónico, inçado de galicismos” que pouco ensinava à juventude. As elites é que gostavam de sorrir com ele... O que eu suponho que o irritava era um certo sentimento de “finis patriae” que perpassa em alguns dos seus romances, especialmente nos primeiros. E para ver o que uma boa prosa deve ser, era no Padre António Vieira que insistia, particularmente. Ele era juiz de profissão e ensinou-me muitas coisas. Uma que é, seguramente, inesperada, respeita à

minha competência como apicultor. Detestando mel, eu consegui ter meia dúzia de colmeias que foram colocadas longe, junto de uma mata de eucaliptos, o que me permitia recolher um mel claro e muito apreciado pela família. Estas colmeias eram de fibrocimento e estavam assentes numa plataforma de “cimento armado” (como então se dizia). A parte que mais divertia os meus irmãos era quando eu fazia o que eles chamavam os “bolinhos de bosta” para que esta, depois de seca, funcionasse como combustível no fumigador que eu usava para neutralizar as abelhas, durante as muitas operações que tinham de ser feitas e que eram invasivas dos seus domínios. Ainda há relativamente poucos anos re-encontrei as luvas e o chapéu com máscara e protecção de pano à volta do pescoço que me permitiam trabalhar horas seguidas sem ser picado. É muito mais instrutivo do que pode parecer à primeira vista, aprender como funciona uma comunidade de abelhas. Porque sabê-lo é indispensável para explorar convenientemente uma colmeia. Muitos anos mais tarde comprei em Bruxelas um livro de Maeterlinck com o título “La Vie des Abeilles”(6) que me fez ver como se pode apreciar de um ponto de vista literário e filosófico o funcionamento de uma comunidade com uma organização comandada por forças não-cognoscíveis, toda ela estruturada com vista à sobrevivência da espécie e da própria comunidade. Ou como dizia um aluno meu nestas alturas: “– Isso dá que pensar!”.

Quando eu tinha catorze ou quinze anos, esse nosso amigo descobriu que eu tinha um interesse manifesto pelas espécies vegetais, como árvores, arbustos e pequenas plantas. Resolveu comprar um livro que ensina a classificá-las. Era o do Professor Gonçalo Sampaio (7). Passávamos horas a fazê-lo! De tal modo que, na altura das provas práticas de Ciências Naturais do 7º ano do liceu, quando o professor que presidia ao exame me distribuiu a planta que devia classificar, eu lhe disse imediatamente; “Isso é a *Linaria Cymbalaria*”. Ele olhou para mim com espanto e aconselhou: “Se fosse a ti, eu iria devagar, passo a passo, antes de tirar uma conclusão”, Mas tratava-se, evidentemente, daquela planta, que ocorre em muitos dos muros e locais húmidos desta parte do país e que eu já tinha classificado vezes sem conta.

O gosto pelas árvores mantém-se e ainda no ano passado fiz caminhadas longas pelo interior da Córsega que tem matas belíssimas com espécimes notáveis. Em

Vizzanova há extensões enormes com pinheiros larícios com mais de 40 metros de altura e coníferas mais altas ainda.

Se eu tivesse dinheiro, compraria uns cem hectares em zona temperada e húmida, para fazer o meu próprio jardim botânico. Fá-lo-ia à portuguesa, com espécies vindas de todo o mundo. Diz-se que, tradicionalmente, os alemães só gostam de matas com espécies autóctones e pretende-se tirar daí conclusões para outros domínios. Eu traria tudo o que pudesse aclimatar-se na nossa terra e assumo as implicações culturais e de outra natureza que o meu inter-culturalismo militante determina.

Uma outra actividade própria das férias era ir às feiras de gado para comprar leitões que se passaria mais de um ano a engordar para a matança nas férias do Natal do ano seguinte. A mais corrente era “a dos 15”, em Santo Amaro, próximo de Estarreja. Havia um empregado nosso, o Ângelo, que sabia muito de animais e tinha um jeito especial para lidar com eles, falando-lhes sempre em voz calma e firme. A maior parte das vezes, com as vacas, dava ideia de que elas o compreendiam. Se não o fizessem logo veriam a fúria que isso desencadeava por parte dele e obedeciam-lhe sem hesitar. Foi ele que me chamou muitas vezes para assistir e ajudar no nascimento dos vitelos e foi com ele que eu levei, algumas vezes, “a vaca ao touro”, o qual pertencia a um vizinho que assegurava a progenitura de numerosas vacas das redondezas.

A matança do porco fazia parte dos grandes acontecimentos em que participávamos. O matador vinha com a sua grande faca devidamente afiada dentro de uma bainha de couro. Era um velho conhecido e amigo da casa, porque já tinha matado os porcos do meu avô e, quando ele morreu, passou o seu filho a desempenhar a mesma função. Começava por tomar um cálice grande de aguardente; o matador e não o porco!... Depois ia-se buscar o animal ao curral. Sempre tive a impressão de que ele sabia para o que ia, porque berrava de forma estridente e aflita. Alçado o porco para cima de um carro de bois inclinado para a frente, era amarrado de maneira a ficar com a cabeça mais baixa do que o corpo. O matador iniciava o sacrifício. Aqui começava toda uma azáfama que só pararia muito mais tarde. O sangue era recolhido num grande alguidar que logo seguia para a cozinha; vinha depois o “chamuscar”, quer dizer o queimar com molhos de palha os pelos que o porco tinha, uma tarefa para grandes com experiência, porque não se

podia queimar a pele mas somente destruir os pelos; seguia-se a lavagem que era feita com água quente e cacos de barros para retirar o que ficava dos pelos e aqui já podíamos intervir. Depois de devidamente limpo o animal era içado pelos pés ligados por uma peça de madeira. Nesse momento, o animal era aberto, retirando-se todas as vísceras e estas tinham, cada uma, o seu destino: o fígado, os rins e peças semelhantes iam para a cozinha; as tripas iam para uma bica de água situada longe para serem lavadas uma vez e outra, com limão, de maneira a serem reservadas para uma série de fins entre os quais a elaboração dos enchidos. No dia seguinte de manhã, descia-se o porco para um estrado para ser “desmanchado”. Havia sempre a recomendação: “Olha para o teu porco que verás o teu corpo”. Quer no primeiro, quer no segundo dia, o tempo era aproveitado para lições de anatomia comparada, além de uma introdução a toda uma pletora gastronómica que ressuscitava formas de cozinhar medievais... O trabalho acabava quando se guardavam os rojões em púcaros de barros cheios de banha do próprio porco e se estendiam as partes planas entre camadas de sal na salgadeira. Tudo tinha de ser feito no inverno por causa da temperatura fria e das moscas. Devem-se contar pelos dedos as explorações agrícolas onde isto ainda se faz hoje. É, por isso, que eu insisto em dizer que vivi em três séculos...

A produção do vinho não era muito interessante. Todos nós participávamos nas vindimas, mas as operações de esmagamento dos cachos, de prensagem do engajo e do que se lhes seguia não toleravam a presença de crianças nem de jovens irrequietos à volta. Por isso, estavam sempre a recomendar para ficarmos ao largo. Se invoco a minha familiaridade e gosto pelas actividades agrícolas é porque tudo isso me foi útil, trinta anos mais tarde, quando me tornei responsável pela preparação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes e Alto-Douro, a que oportunamente me referirei. Surpreendia, então, os meus interlocutores por aplicar a terminologia correcta e demonstrar conhecimentos de pecuária e de lavoura que eles não estavam à espera que um cidadão do Porto tivesse. Tenho muito orgulho em que a primeira placa com o meu nome, descerrada numa cerimónia de inauguração, esteja num mercado de gado. Se ainda a não tiraram ou não caiu, ela deve estar em Mogadouro, no local em que no princípio da década de oitenta se transacionavam sob coberto, vacas, bois, cavalos e outros animais.

Havia, por parte dos meus pais, a preocupação de nos terem sempre ocupados e ao ar-livre, quando não chovia. Todos tínhamos as nossas alfaias, havendo mesmo canteiros em que exercitávamos as nossas habilidades cultivadoras, comendo-se com grande festejo as produções próprias de cada um, particularmente os morangos, que eram sempre colhidos um pouco verdes, porque não havia paciência para esperar que amadurecessem.

No mês de Julho, depois de acabarem as aulas e ainda antes de nos instalarmos para as férias grandes, os dois mais velhos costumavam ir passar uma semana ou duas a casa de um tio do meu pai, o tio António, que vivia em Lisboa. A adorável tia Teresa não podia encher-nos de mais mimos; tinha uma paciência enorme para nos mostrar a capital. Não houve igreja ou museu, convento ou palácio visitável a que nós não tivéssemos ido, Nessa altura, o Palácio da Ajuda não estava acessível ao público, mas o meu tio era amigo do conservador, que vivia na Travessa do Guarda-jóias e proporcionou-nos uma tarde inteira com explicações minuciosas e muito eruditas acerca da construção e do recheio. Nós apreciámos devidamente o privilégio.

Mais tarde, quando residi em Lisboa, ia muitas vezes, à hora do almoço, visitar museus e exposições. Esses hábitos, adquiridos desde jovem, entraram na minha rotina de visita a qualquer cidade. Mesmo os museus, ditos de província, por essa Europa fora, dão mais informação do que pode parecer à primeira vista, acerca da história local ou do país, das condições do seu desenvolvimento, do modo como viveram os seus habitantes e do seu nível de conhecimentos. Há, muitas vezes, agradáveis surpresas! A condição para as apreciar devidamente é cada um manter-se curioso, ter aprendido a fazer perguntas e procurar, sistematicamente, as respostas. Com esta predisposição não há viagem que não seja instrutiva, sendo alta a probabilidade de se tornar agradável.

Quando eu estava em Lisboa muito ocupado, mas gostando de ter comigo, nas férias deles, um ou dois sobrinhos do Porto, dizia-lhes o que deviam visitar e pedir-lhes desenhos do que viram, para poder comentar com eles as suas visitas. Algumas vezes fui surpreendido por selecções inesperadas e por formas de expressão muito depuradas. Com isso passei-lhes o gosto pelas viagens e o hábito de estarem sempre ocupados, tal como tinha acontecido comigo.

Dada a ligação do meu pai às artes gráficas, aprendi a conviver desde cedo com desenhadores, maquetistas, pintores e outros profissionais do ramo. Eles ensinaram-me a ver os pormenores dessas artes. Muitos tinham paciência comigo e aconselhavam-me quanto aos lápis, às tintas e aos papéis que eu devia utilizar. Não se impacientavam com as perguntas que eu lhes fazia; antes achavam graça, apesar de serem avisados, pelo meu pai, acerca da minha insistência, senão mesmo impertinência. Ficou-me, desde então, o gosto pelo desenho, pela gravura e pela pintura. Além de alguns quadros que herdei, comprei sempre pintura até as paredes não suportarem mais. A maior parte deles foi adquirida directamente aos próprios artistas e comprados a prestações. Nunca recebi uma recusa quanto à modalidade de pagamento solicitada e prolonguei no tempo o privilégio de conviver com gente que procura, porfiadamente, exprimir esteticamente, as suas ideias e os seus anseios.

Os meus pais gostavam muito de viajar e tinham um real prazer em fazê-lo com a filharada atrás. Divertiam-se com isso. Como eu era o mais velho ficava encarregado de obrigações especiais, relacionadas com a elaboração do programa e do orçamento e com o controlo das despesas. Viajava-se muito de carro até Espanha e França. Uma vez fomos até à Bélgica e à Holanda, no ano da Exposição Universal de Bruxelas (1958). Não havia, então, o hábito de fazer marcações de hotel. Ia-se um tanto à aventura. Quando chegávamos a uma cidade e se via um conjunto de hotéis no centro, o meu pai parava o carro, eu apeava-me e ia ver os quartos e os preços. Tinha de trazer sempre alternativas. Decidia-se, então, para qual iríamos, com a certeza de que me seriam pedidas responsabilidades em relação à escolha e ao cumprimento do orçamentado. As primeiras viagens em Espanha foram complicadas. Não se deveria viajar de noite por razões de segurança. E, manifestamente, os Espanhóis ainda não viviam bem. Para nós, não havia coisa mais divertida do que chegar a uma cidade ao fim da tarde, quando todos estão na rua e mostram a sua vitalidade e alegria de viver. A história de Espanha sempre foi motivo de curiosidade para mim. Não posso deixar de evocar algumas viagens quando leio livros sobre os primeiros anos do franquismo e de me recordar das dificuldades com que, nessa época, se debatia a sociedade espanhola. E pude testemunhar, mais tarde, como se deu a volta à questão grave do desenvolvimento,

ainda dentro do regime autoritário, com governos de tecnocratas hábeis que foram capazes de ir preparando o caminho para “la transición”, como é conhecida a fase de instalação da democracia. As viagens suscitam sempre a formulação de muitas perguntas. E as recordações dessas viagens ilustram, de forma excelente, o que se lê posteriormente acerca do que aconteceu no tempo em que foram feitas. Houve uma outra pessoa que me marcou muito, na minha juventude. Ele era o Avô de dois condiscípulos meus e foi talvez a pessoa que primeiro me tratou como um homenzinho, mantendo comigo conversas adultas acerca de tudo: da vida pública, do exercício da profissão, da história, dos usos e costumes do Porto...Trata-se do Dr. Óscar Moreno, professor da Faculdade de Medicina do Porto. Ele tinha sido bolseiro, em Paris, no princípio do século e isso havia-lhe dado uma visão do mundo muito especial. Convivera no Quartier Latin, com portugueses e franceses cujos nomes estão hoje na história. No seu gabinete estavam penduradas duas caricaturas que lhe tinha feito Amadeo de Souza-Cardoso e que estão hoje num museu dos Açores. Passávamos tempos esquecidos a conversar. O facto de ele ter sido testemunha interessada da vida parisiense de antes da Primeira Grande Guerra, tornou-o muito cosmopolita e uma fonte inesgotável de informações sobre aqueles tempos que ele gostava de rememorar e eu de ouvir. Os bolsieiros portugueses dessa época encontravam-se à noite num café do Boulevard Saint-Michel que agora está transformado num local sem interesse nenhum. De qualquer forma, quando por lá passei, durante uns anos, entrava e tomava alguma coisa, pensando nele. É o meu modo de lhe manifestar reconhecimento pela paciência que insistia em ter comigo e pela maneira inesquecível como sabia distinguir um adolescente que, manifestamente, tinha com ele muitas afinidades e que se sentia lisonjeado por ter “conversas maduras” com alguém com tanto mundo. Não quero terminar este capítulo sem uma referência especial à minha mãe que aos vinte e cinco anos já tinha os quatro filhos mais velhos tomando uma parte muito activa na sua educação. Mas, por essa altura, perdeu o seu pai e isso representou, para ela, um golpe enorme. Ainda se devotou mais às crianças. Nos seus últimos anos e já doente, eu jantava com ela todos os sábados, quando vinha ao Porto. Era um “tête-à-tête” longo e, acabada a refeição, ficávamos a conversar, desfiando ela as suas recordações desse tempo, concluindo sempre: “Ai

que saudades eu tenho do tempo em que os meus filhos eram pequenos”. Suponho que isso acontece com todas as mulheres. Mas, no seu caso, esse período foi para ela particularmente feliz. E para nós também, porque embora fosse disciplinadora no que respeitava à escola e aos deveres para casa, acompanhava-nos muito de perto; lia alto histórias para nos sossegar e prender a atenção; respondia às perguntas, sempre inesperadas, que lhe púnhamos e gostava de combinar entretenimentos que metessem sempre actividades ao ar livre. Aos domingos de tarde dávamos longos passeios para ver como estavam os campos e os matos e durante essas voltas eram explicadas as razões do que acontecia: se estavam as culturas adiantadas ou atrasadas; como é que o vento tinha derrubado árvores; o que era preciso fazer para recompor o que não estava bem... O meu gosto pelas caminhadas deve vir daí...

Como sucede, correntemente, a minha mãe era a confidente, enquanto o pai era a autoridade. Todos nós tínhamos um afecto muito especial pela mãe e ela sentia-o. Este foi-lhe de grande apoio porque houve épocas materialmente apertadas nas quais o seu padrão de vida sofreu bastante.

Os seus dias acabaram com uma longa agonia e com um sofrimento físico que sabíamos ser enorme, mas do qual nunca lhe ouvimos um queixume. A sua formação religiosa ajudava-a nisso, mas era estóica e muito sóbria, de modo que nada transparecia do que padecia. Foi sempre, durante a sua vida e depois da sua morte, um elemento forte de união entre todos os filhos. Tal como ela gostaria que acontecesse.



CAPÍTULO II

A UNIVERSIDADE

Do que eu, realmente, gostava era de História, Geografia, Literatura e Arte. Mas era preciso escolher uma profissão que me permitisse ser economicamente autónomo, o que nenhuma daquelas matérias parecia autorizar.

Depois de algumas hesitações e pressões, escolhi o curso que acabaria por vir a seguir. O meu pai insistiu, até ao extremo, para que eu fosse para Medicina. Mas eu gostava muito da construção. Seguiu sempre as que eram feitas por perto e isso permitia-me alvitrar soluções para resolver os problemas que iam surgindo. De maneira que me matriculei na Universidade do Porto, no que eram chamados, então, os Preparatórios de Engenharia, na Faculdade de Ciências. Foi em 1955, ano em que entrou em actividade uma reforma e as reformas induzem sempre grande perturbação no ano em que são introduzidas. Era frequente chegarmos à Faculdade, na Praça dos Leões, e não termos a aula para que vínhamos, porque não se sabia, ainda, quem era o professor, ou porque ele tinha uma outra aula, ou porque não estava fixada a sala... enfim, uma grande alteração em relação à organização muito estruturada do Colégio, onde tudo rolava sobre esferas e não se concebia que houvesse qualquer intervalo de tempo não ocupado. O resultado foi “aprofundar” o meu conhecimento do Porto quando fazia bom tempo ou ir ao Cinema Carlos Alberto nas tardes de chuva. A plateia custava vinte e cinco tostões e passavam todos os westerns, que eram importados. A projecção fazia-se sempre com grande acompanhamento da assistência que avisava o “artista” dos perigos que o espreitavam e aplaudia ruidosamente quando ele vencía os “maus”. Cedo ficámos fartos de tantos tiros!... E ainda hoje fico admirado por ter aguentado uma transição tão abrupta da “sobre-disciplina” para uma grande indisciplina de organização.

No primeiro ano brilhava pelo saber e pelas suas capacidades histriónicas o Prof. Humberto de Almeida, de Química Geral, com a sala estava sempre a abarrotar, não só porque a cadeira era comum a vários cursos, mas porque se estava sempre à espera de inserções pitorescas nas intervenções do Mestre. É dele que se contava a ida a um congresso importante em cuja assistência, “só sábios éramos sete”. Esta não a ouvi. Mas assisti a uma experiência em que ele juntava reagentes, anunciando a cor do precipitado que iria resultar. Uma vez anunciou que o novo composto teria uma cor amarelo canário. Mas saiu azul... Perguntou, imediatamente: “– Nunca viram um canário azul?”. Recebeu uma ovação fantástica. Era evidente que tinha usado um reagente trocado que logo corrigiu, obtendo então o famoso amarelo canário. Nova ovação!...

Havia um professor muito irracional que infundia terror a toda a gente. Não tolerava o menor sussurro nas aulas. Interrompia-as com manifesta impaciência. Tenho pena de que, por razões de feitio que a época tolerava, ele não tivesse sido capaz de nos fazer despertar um grande interesse pela matéria e de transmitir uma parte do seu saber que, manifestamente, era muito. Como dizem os Franceses, “a corrente não passou” e isso comprometeu muita coisa, alguma de forma irremediável.

O professor de Geometria Descritiva, o Doutor Augusto Queiroz, era muito sabedor mas falava baixinho, dando umas aulas monótonas, Não gostava muito de desenhar na pedra, por andar sempre vestido de preto e o giz o deixar coberto de pó branco, pedindo, por isso a um aluno para o fazer. Isso afastava muita gente das aulas e das primeiras filas. Mas eu, que gostava da cadeira, ia sem hesitações, aprendendo e ganhando à vontade com o Mestre. Isso valeu-me sair bem classificado. O professor de Desenho, teorizava sobre as definições de lápis, borrachas, tintas e outras coisas... Mas ensinou-nos muito sobre desenho técnico, sendo exigentíssimo quanto à execução. Tínhamos também um assistente que dava nas aulas práticas, exercícios complicadíssimos que ninguém conseguia resolver. Depois de constatar que toda a turma era “burra”, resolvia a charada, arvorando um sorriso sardónico. Foi parar perto, em termos profissionais.

Do segundo ano, guardo boa memória do Prof. Scipião de Carvalho, de Cálculo Infinitesimal que preparava as aulas escrupulosamente e as dava com uma clareza exemplar. Em Probabilidades, Erros e Estatística, atribuíram a docência a um professor de Mecânica Celeste que só se interessava por Erros e nos obrigava

a usar tábuas de logaritmos com sete decimais na resolução dos problemas. Com isto, já não houve tempo para a Estatística que era a parte, para nós, fundamental. O ensino das Físicas foi comprometido por uma desorganização completa do sector. Numa das cadeiras tivemos três professores e dois assistentes ao longo do ano, com exames finais caóticos, porque ninguém sabia, de facto, o que tinha sido dado e como. Numa outra estreou-se, à última hora, um assistente a dar as aulas teóricas, com muitas hesitações e óbvia falta de confiança em si-próprio; o aluno fareja isso imediatamente e, pelo menos interiormente, desliga. Fiquei com a ideia de que, com um pouco mais de organização, tudo se teria resolvido. Mas, como sempre, nestas circunstâncias, quem perdeu foram os alunos.

Não fiquei com grandes recordações destes primeiros anos. Havia, manifestamente, uma desarticulação entre os docentes e entre estes e os que teríamos mais tarde na Faculdade de Engenharia. Não posso sequer dizer que, mesmo em termos de exercitação das nossas capacidades para o pensamento abstracto, tenha havido um grande proveito. Não ponho dúvidas em relação ao alto grau de inteligência e de competência dos mestres. Todos tinham passado por provas públicas seguramente exigentes. Mas não se preocupavam em perguntar-se o que para nós seria mais útil e em articular-se, uns com os outros, para que o resultado do trabalho de todos fosse harmónico. Cada um era “soberano” na sua cátedra de que, aliás, se dizia “proprietário”... Hoje aquele estilo e aquela distância entre docentes e discentes não seriam tolerados. E ainda bem!

Na Faculdade de Engenharia, nos três anos seguintes, o ambiente e o estilo eram totalmente diversos. A proximidade era grande e, graças ao facto de o meu curso ser pequeno, não subsistiam dúvidas por esclarecer, nem aconselhamento de leituras por fazer, embora cada um tivesse o seu estilo. Havia quem fosse autoritário, mas competente. Não havia incompetentes. As relações, pode dizer-se sem dúvida, eram muito cordiais e permaneceram-no ao longo da vida.

É evidente que guardo recordações diversas de cada um. O Prof. Francisco Correia de Araújo era muito senhor da sua importância, mas preparava as aulas com enorme escrupulo; eram sempre verdadeiramente magistrais. O Prof. Armando Campos e Matos era de uma inteligência agudíssima e, mais tarde, veio a ser Reitor, numa ocasião em que eu fui o Ministro da Educação. Aliás, fui assistente e trabalhei com ele na profissão liberal. Preparei os textos das lições sobre Pontes

que ele dava e, assim, pude apreciar de perto a profundidade dos seus conhecimentos e o domínio que tinha das soluções práticas. Dava gosto ouvi-lo discorrer. Houve um homem que, por questões académicas, deixou a Faculdade, mas que era um docente sabedor e muito devotado aos seus alunos: o Prof. António de Sousa Taveira, de Hidráulica Aplicada e de Portos. Fiquei sempre com mágoa por o ter visto afastar-se, quando tinha tanto para dar, fazendo-o com entusiasmo e empenhamento. O Professor Antão de Almeida Garrett era um velho capitão de Artilharia que tinha servido na I Grande Guerra, em África. Foi talvez o professor com quem mantive laços de afecto mais duradouros... Até ao fim da sua vida. Deu-me Betão Armado e Urbanização. Tratava-se de um Engenheiro experimentado, com muita obra construída, com prática de pisar o chão dos estaleiros e um estudioso incansável. Aparentemente seco no tratamento, era de uma afabilidade enorme se visse no seu interlocutor empenhamento no trabalho e rectidão de propósitos. Tive a sorte de lhe conquistar a confiança. Fui largamente recompensado. O professor com quem mais convivi foi o Prof. António Barbosa de Abreu, a quem me ligaram laços de colaboração que a seu tempo descreverei. Também Arquitecto, sabia muito de construção e foi o meu professor de Construções Cívicas, uma cadeira que reclamava muita atenção aos pormenores, desenhados e não desenhados. Trabalhei muito mas aprendi com esta cadeira do quinto-ano, um ano que me correu particularmente bem e que acabei com média de 18, o que, naquele tempo e na Faculdade de Engenharia do Porto, era a todos os títulos excepcional. Iniciavam, então, as suas carreiras académicas os Professores Joaquim Sampaio, Agostinho Álvares Ribeiro e Aristides Guedes Coelho. De todos guardo gratas recordações e com todos mantive laços de amizade e, em alguns casos, de colaboração profissional. Ainda assisti a algumas das provas académicas dos três. Foi na Faculdade de Engenharia que fortaleci a convivência com o pequeno grupo em que se incluíam aqueles que vieram a ser os meus amigos mais próximos. Não os irei referir a todos, porque são muitos, alguns deles ainda vivos e, como tal, não quero fazer distinções entre eles. Mas não posso deixar de mencionar um que já partiu e que não teve a sorte que merecia na vida. Trata-se do José Luís Guerra Marques. Fomos colegas desde o primeiro ano e só não terminámos juntos porque ele queria casar e antecipou a sua ida para a tropa. Mas começámos a vida profissional ao mesmo tempo. Doutorou-se na Universidade de Houston, nos Estados

Unidos e voltou para a sua terra, Angola, pela qual tinha uma paixão sem limites. Era de uma rectidão de princípios inultrapassável e chegou a ser Reitor da Universidade de Luanda e Director do Laboratório de Engenharia Civil de Angola. Mas foi maltratado e como não se mostrou suficientemente flexível para tolerar muitos jogos de cintura que era preciso fazer para sobreviver, acabou por regressar a Portugal amargurado e morreu pouco depois.

O ambiente do meu curso era cordial. Havia os “aplicados” e os “pândegos” mas, na hora dos apertos – das frequências e dos exames – manifestava-se uma grande solidariedade e faziam-se sessões de explicações que duravam até às tantas da madrugada. Elas eram boas para os dois grupos, porque os primeiros consolidavam o que já sabiam e ganhavam confiança e os segundos aprendiam o indispensável para não sofrer nenhum desaire.

Não havia, nesse tempo, grandes angústias relativamente aos empregos, embora alguns tivessem de aceitar ir para os quadros da Administração Ultramarina e, quando partiam para as colónias, raramente voltavam, porque as oportunidades de que lá disfrutavam eram muitas e boas. Vieram, praticamente, todos em 1974 e 1975.

Quando, em conversas, nos referiam o ambiente de competição que, então, já existia nas escolas inglesas e americanas, nós ficávamos surpreendidos. É evidente que aquela nossa “Arcádia” não podia durar muito... Mas enquanto durou permitiu consolidar muitas relações de amizade que perduraram longo tempo. Como é natural, os “pândegos” conviviam especialmente com os “pândegos” e a maior parte dos “aplicados” pouco queria ter a ver com eles. Mas eu gostava, de vez em quando, de fazer incursões no mundo deles. Como era metódico, tinha a minha vida escolar em dia, podendo, algumas vezes, durante a semana ir à noite ao cinema, que era a distração mais corrente nesse tempo. Não havia ainda televisão, e fazia-se muito vida de café, depois do jantar. Em épocas de exame, quando eu perguntava se alguém queria ir ao cinema, pouco faltava para me correrem à “chavenada”, porque uma boa parte deles tinha de ficar às voltas com as sebatas, tentando ganhar o tempo perdido durante o ano. Mas em épocas de folga, eu gostava de participar nas festas que eram frequentes, particularmente ao sábado. Havia muitos bailes, sendo indispensável saber dançar bem, algo determinante para se estar integrado no grupo e, na realidade, na juventude do meu tempo. Fui um participante muito activo.

O ambiente na Faculdade de Engenharia era academicamente estimulante. A maior parte dos professores eram profissionais bem-sucedidos, com realizações que se visitavam ou que se estudavam e isso ajudava muito ao estabelecimento de laços de respeito e de confiança entre discentes e docentes. Mantinha-se uma relação formal entre os dois grupos, mas isso não significava afastamento. Se houve lacuna que me parecia inconveniente era a falta de relações internacionais. Poucos professores frequentavam congressos e conferências no estrangeiro, havendo, quanto muito, algumas trocas de correspondência com brasileiros, espanhóis e franco-parlantes. O mundo anglo-saxónico era praticamente desconhecido. Viajava-se pouco e muito menos em estudo ou para troca de experiências. Mas, quando por excepção algum deles participava em reuniões internacionais, tínhamos sempre eco de que a comunicação apresentada ou a intervenção feita haviam suscitado interesse e vontade de estabelecer relações duradouras. A vida difícil de todos os dias, em que se tinha de conciliar a academia com a profissão liberal para sustentar uma família, encarregava-se de ir diluindo os laços que mal acabavam de ser esboçados.

Compravam-se livros estrangeiros, obviamente e trocavam-se revistas académicas. Havia uma revista dos professores que servia exactamente para isso, mas como os artigos eram escritos em português, a troca era mais um acto de cortesia do que um instrumento de trabalho ou de promoção de uma real colaboração quanto ao avanço dos conhecimentos. Isto contribuía para um clima relativamente fechado que ocorria num país fechadíssimo. Havia, contudo, um esforço muito comandado pelos discentes para se fazerem visitas de estudo ao estrangeiro. Éramos nós que começávamos por escolher o docente que seria convidado para nos acompanhar e, depois, com ele e com o aconselhamento de outros com quem tínhamos mais confiança, compunha-se um programa. Enviavam-se cartas às entidades que queríamos visitar, afinava-se um calendário e lá partíamos por duas semanas para contactar com a “civilização” que para muitos era a primeira saída para o estrangeiro. No nosso caso, o professor escolhido foi o Eng.⁹ António de Sousa Taveira e os países visitados a França, a Bélgica e a Holanda ou, mais exactamente, Paris, Bruxelas e Amsterdam. Como o docente era de Hidráulica, nas instituições escolhidas dominaram as que estavam ligadas ao sector e, por isso, visitámos os esgotos de Paris, uma empresa de construção pré-fabricada



FIG. Estudante de Engenharia Civil na Universidade do Porto.

belga e os diques e “polders” da Holanda. Todavia, fomos recebidos em instituições de cooperação externa ou de reforço da amizade bi-lateral e nas embaixadas de Portugal. Foi o caso do Embaixador Álvaro Laborinho, que nos recebeu em Haia com atenções muito especiais. E o Prof. Houwens-Post, da Universidade de Utrecht, um grande especialista de história e cultura luso-brasileira, que estava realmente emocionado e demonstrou a sua admiração pelos Portugueses cujas realizações do passado ele conhecia melhor do que qualquer um de nós. O Ministério da Educação holandês designou um elemento de contacto para nos acompanhar que era um jovem muito profissional, com que eu mantive correspondência durante uns anos, tendo chegado a ir jantar a casa dele com a sua jovem família quando, alguns anos depois fui, eu próprio, estudante na Holanda.

Em Haia, o nosso professor teve um mal-estar que nos preocupou muito e que ia pondo a viagem em causa. Queixou-se de uma dor no peito, mas o médico tranquilizou-nos, recomendando descanso. Ele passou, assim, os dias no quarto, tendo-se feito uma escala dos alunos para lhe darem apoio. Mas isso teve, para mim, uma consequência inesperada, pois passei a ser o chefe do grupo, por desempenhar, então, as funções de delegado de curso. Foi a primeira vez que tive a evidência de que é bom estar sempre preparado para tudo, porque podemos ser chamados, sem aviso prévio, a assumir um papel com responsabilidades. É evidente que a viagem, a partir daí, deixou de ser para mim, tão descontraída como tinha sido até então.

O conhecimento das condições de pouca abertura internacional da Faculdade, no meu tempo de estudante e a evidência das vantagens de um intercâmbio dinâmico, sobretudo com quem está mais avançado do que nós e exhibe excelência no que faz, tornou-me um adepto convicto das vantagens do estabelecimento de relações com universidades de prestígio estrangeiras, para onde os nossos possam ir estagiar ou fazer parte dos seus cursos, com direito a reciprocidade de procedimentos. Isso encaixa-se, aliás, muito bem com a índole dos portugueses. O “ver mundo” sempre foi bom para eles.

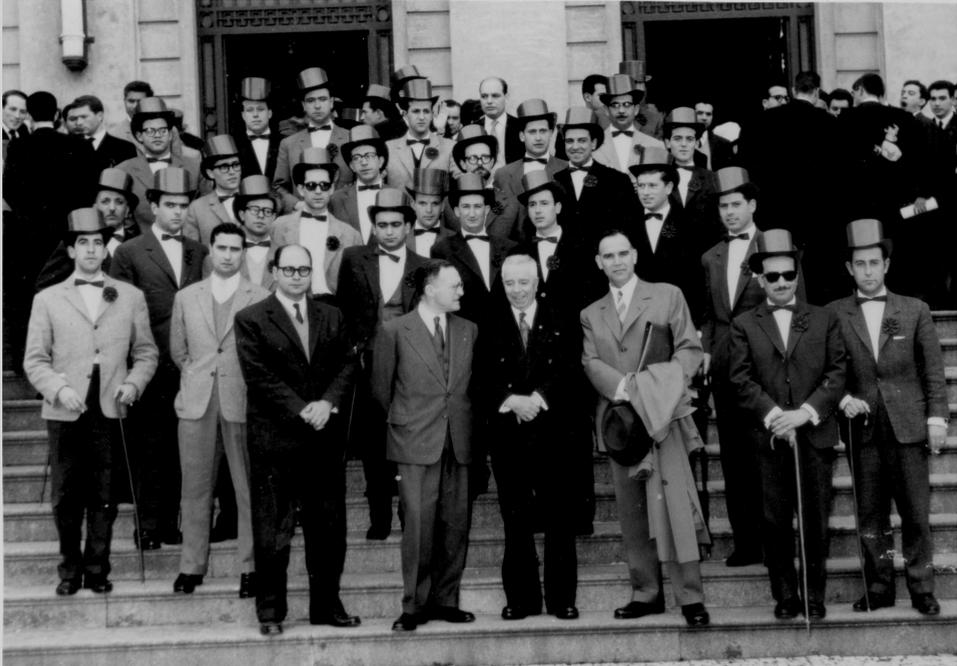


FIG. O curso de Engenharia Civil de 1961, com o Director da Faculdade e alguns Professores.



CAPÍTULO III

O SERVIÇO MILITAR

No dia 31 de Julho de 1961, fiz, às dez horas da manhã, o exame da cadeira de Pontes e Estruturas Especiais, com a qual acabei a licenciatura e, às oito da noite, apresentei-me em Tancos, na Escola Prática de Engenharia, para “ingressar nas fileiras”. Foi uma mudança completa de ambiente!

Tinham começado as hostilidades em Angola, de modo que logo nos avisaram de que a preparação iria ser dura. Para isso tinham mandado vir, para nos dar instrução, jovens tenentes acabados de tirocinar em Lamego, num curso chamado de “Caçadores Especiais”, pois deveríamos ser treinados para enfrentar as mais severas condições, porque era certo que seríamos chamados a intervir na guerra. O primeiro pelotão dos cadetes, no qual eu me integrava, era comandado pelo Tenente Coutinho Lima, um militar muito aprumado que sabia conciliar a firmeza e o cumprimento escrupuloso dos termos de referência que lhe tinham sido transmitidos com uma correcção de trato que todos estimávamos. Nós éramos praticamente da sua idade e tínhamos acabado o curso por aqueles dias, pelo que tivemos que fazer um esforço especial de integração numa estrutura que nos era completamente desconhecida. O instrutor compreendeu isso e actuou em conformidade. Muitos anos depois soube que ele tinha tido problemas na Guiné com o General António Spínola e que foi, posteriormente, reabilitado e escreveu um livro que eu li, relatando a sua penosa experiência. Fiquei contente por saber que lhe tinha sido feita justiça, mas, ao mesmo tempo, com pena de não o ter visto alcançar os mais altos postos através de uma carreira sem incidentes.

Muitas vezes, circunstâncias que não comandamos perturbam irreversivelmente ou aniquilam um acervo de acções rigorosas e exigentes em que nos aplicámos com devoção, ao longo de toda uma vida. Nela também precisamos de sorte, como muito bem sabia Napoleão que, ao escolher os comandantes das operações, indagava se eles além de competentes, também tinham sorte...

A preparação física que adquirimos, então, foi realmente invejável. Porém, distinguíam-se, muito bem, os que praticavam desporto regularmente dos que nunca o tinham feito. Ou dos que tinham feito erradamente uma actividade desportiva específica; tal era o caso de um camarada halterofilista, com um físico impressionante, mas que não conseguia saltar um murete ou uma paliçada...

Havia matérias cuja instrução era feita adequadamente, como no caso do armamento ou das actividades específicas do “Engenheiro Militar” que deveria ser, nas circunstâncias, sobretudo um sapador. Mas a socialização militar, a guerra de guerrilha, a táctica e a estratégia eram abordadas com muito pouca elaboração. E, no entanto, deveriam ser bem explicadas as razões que favoreciam a criação do “espírito de corpo”, indispensável para quem teria de comandar mesmo pequenas unidades, num teatro de operações complexo. Neste particular repousava-se, demasiadamente, nas qualidades de cada um e no espírito de improvisação que, sendo-se Português, não deixaria de ser mobilizado nas situações difíceis.

O final do Curso de Oficiais Milicianos foi marcado pelos acontecimentos em Goa e por uma informação de que o General Humberto Delgado prepararia “qualquer coisa” que já circulava nas imediações; todavia, isso não foi confirmado. Deram-nos as classificações e tanto eu como mais três colegas do Porto ficámos em lugares de topo, de modo que fomos colocados na unidade da nossa preferência que era o Regimento de Engenharia 2, à Arca-de-Água. Isso permitia-me acumular com um cargo de Assistente Extraordinário, não remunerado, na Faculdade de Engenharia, onde fui auxiliar de investigação junto do Prof. Joaquim Sarmiento, fazendo ensaios vários no domínio da foto-elasticidade, com modelos reduzidos de araldite, alguns deles armados com fios de cobre e preparando textos sobre “Teoria das Lajes” que era uma matéria que interessava particularmente ao Prof. Correia de Araújo. Ainda há pouco tempo circulavam as “folhas” que fiz para ambas as matérias.

Os jovens aspirantes colocados no Regimento eram poucos para os muitos cargos que havia para ocupar. A mim tocou-me ser oficial do rancho, oficial encarregado da ordem pública, adjunto do gabinete técnico e mais dois ou três de que não me recordo das designações. Quando o Comandante me comunicou

a atribuição de tantos encargos, devo dizer que fiquei aterrado, mas quando voltei à sala dos oficiais e disse da minha preocupação, um tenente miliciano que tinha sido meu colega na Faculdade de Ciências e que, por não ter seguido o curso, tinha ficado no Exército, esperando melhores tempos, vira-se para mim com impaciência e exclamou: “– Grande anjinho! Ainda não percebeste que ter cinco cargos é melhor do que ter só um! Assim passas de manhã por todos eles e vais, depois, para o quarto, ler, estudar ou dormir, como quiseres! Se te procurarem, os sargentos dirão que já lá estiveste, mas que foste para outro lado...”. Caí das nuvens, calei-me e disse para mim mesmo: “Ainda tens muito que aprender!”. A incumbência que me deu mais preocupação foi a de ser oficial de ordem pública, porque havia movimentos na Universidade e a última coisa que eu queria que me acontecesse era ter de sair armado para enfrentar antigos colegas, de modo que me fui informar com minúcia acerca de quais eram as minhas funções. Um capitão, cheio de ironia, tranquilizou-me dizendo que, para as tarefas de segurança pública havia outros corpos com mais aptidão e que o Exército não seria chamado a fazê-lo; depois, deu comigo uma volta ao quartel, esclarecendo-me acerca do “dispositivo” para os exercícios que se faziam para treino. Lá fui falando com os sargentos encarregados de conduzir de perto as diversas componentes do exercício, cuja parte mais importante decorria numa rampa onde deveriam treinar dois pelotões em “alto-arma”, em atitudes que deveriam reproduzir as que tomariam num caso real. A escolha da rampa devia ter no subconsciente a Rua de 31 de Janeiro onde, quase cem anos antes, tinha havido uma fracassada revolta.

O Comandante, que era um santo homem, resolveu “arengar às tropas”, recomendando que os soldados deveriam tratar os revoltosos que encontrassem com paciência, tentando dissuadi-los dos seus protestos, porque o que era preciso era paz. Disse isto de diversas maneiras, procurando fazer-se entender mesmo pelos mais boçais. E, para testar a clareza da sua recomendação, interrogou um soldado, que o tinha seguido com particular atenção, acerca do que ele faria se estivesse de facto confrontado com os “desordeiros”. A resposta não se fez esperar: “– Ah, meu Comandante! Dava-lhes uma coronhada naquelas fuças que eles haviam de ir a ganir para casa...”.

Não houve exercícios de ordem pública nos meses seguintes. Vivia-se, então, uma época muito intranquila que determinava uma atenção redobrada em relação a tudo quanto era preparação para a guerra. Fui, então, encarregado de dar uma “escola de quadros” e de participar em duas “recrutas” que tiveram lugar em Tancos e Santa Margarida. Recordo-me da excelente forma física em que estava, nessa ocasião e, também, que dei instrução de coisas que me fizeram estudar para as poder transmitir adequadamente: pontoneiros, motoristas fluviais, sapadores vários (águas, químicos, etc.), operadores de máquinas de terraplanagem e até... ferradores! Quanto a estes últimos, tive a tarefa muito facilitada, porque o “sargento-enfermeiro-hípico”, que era meu adjunto para o efeito, se mostrou um profissional competente e um militar disciplinador; e, além disso, todos os soldados a formar eram ferradores na vida civil...

Em relação aos pontoneiros, participei na montagem de uma ponte “Bailey” e de outra “Treadway”, no Tejo, uma na Barquinha e outra em Almourol. Quando, muitos anos mais tarde, fui o ministro com a tutela dos recursos hídricos, houve no Algarve uma *flash flood*, como é relativamente corrente naquela parte do país, desmoronou-se a ponte de Tavira, sobre o rio Gilão, entre outras desgraças previsíveis. Logo tomei a decisão de solicitar ao Ministro da Defesa que fosse montado um trecho da ponte Bailey para resolver a situação. O jovem Capitão de Engenharia que foi destacado para o fazer, ficou algo intrigado acerca do desembaraço que o ministro exibia na troca de impressões sobre a melhor forma de o fazer...

Foram dois anos muito activos, com os primeiros classificados do Curso de Oficiais Milicianos (COM) a manterem uma fundada expectativa de que já não iriam para a guerra, porque ainda havia alguns da sua promoção à sua frente e, entretanto, tinham acabado o COM os da promoção seguinte. Qual não é o nosso espanto quando vemos continuarem as nomeações no nosso próprio curso e, num belo dia, já adiantado o ano de 1963, ser-nos comunicado que tínhamos sido mobilizados para a Guiné, integrando a Companhia Mista de Engenharia n.º 447, uma enorme companhia com uma variedade grande de especialidades. Tratava-se da primeira Companhia de Engenharia a ir para lá, pois, até então, só existia um pequeno destacamento com três oficiais, comandado pelo então

major José Augusto Fernandes, que viria a ser Ministro do Equipamento Social e Ambiente dos 2.º, 3.º e 4.º Governos Provisórios. Havia uma grande necessidade de construir aquartelamentos, estradas, fortificações e captações de água, além do desempenho de outras funções próprias da Engenharia, entre as quais estavam as dos motoristas fluviais a quem eu tinha dado instrução. A necessidade destes era tão manifesta que o seu pelotão foi à nossa frente, comandado pelo Alferes José Botelho Chaves, também do Porto, engenheiro de minas e formado, como eu, em 1961. Assim, lá fomos para o Regimento de Engenharia 1, no Campo Grande, em Lisboa, que era a unidade mobilizadora. O comandante da Companhia era o Capitão Fernando Perry da Câmara e os outros oficiais, além do Botelho Chaves, tinham sido meus colegas de curso: o Carlos Gomes Leal Madureira e o Alberto Nunes Tavares. Ainda se juntou a nós um oficial do Quadro do Serviço de Material o Tenente Almérico Cardoso, antigo aluno do Instituto dos Pupilos do Exército, a cargo de quem ficou toda a manutenção do muito equipamento que levávamos. E foi por causa da junção deste último e, ainda, das dificuldades de transporte, que ficámos em Lisboa, à espera de embarcar, quase seis meses, primeiro no Campo Grande e depois no quartel da Pontinha.

Durante este tempo começámos a remoer a injustiça que nos estava a ser feita. O último classificado do nosso curso estava prestes a regressar de Luanda, onde tinha passado dois excelentes anos, “no ar condicionado”, como se dizia em relação aos que ficavam com tarefas administrativas na capital. Ele teve, aliás, o mau gosto de se ir despedir de nós ao Cais de Alcântara, exibindo um ar de felicidade evidente por não se ter esforçado no COM e isso ter sido premiado com o período de tropa mais curto da nossa promoção.

Logo pensámos, os três alferes mobilizados, em fazer uma exposição da nossa situação ao Ministro do Exército, o Coronel Joaquim da Luz Cunha, que tinha comandado o Regimento de Engenharia 2, de onde nós éramos oriundos. Mas logo nos aconselharam a não o fazer, porque isso poderia ser interpretado como “manifestação colectiva”, o que seria punido, pelo menos, com despromoção e ida imediata para o Ultramar. Como havia aquele traço de união com a nossa unidade, foi um de nós falar, a título particular, com o Ministro a quem expôs a situação e a injustiça que, para nós, era ter-se alterado a regra a meio do percur-

so, apanhando-nos no pior de dois mundos. Compreendia bem o que sentíamos, mas um oficial de Engenharia demorava e custava muito a formar e ele não teve outra solução que não fosse mudar a lei: “Que tivéssemos paciência!...”. Esta foi a primeira vez que o Estado Português, em relação a mim, iludiu os seus compromissos, vertidos em lei, Não foi a última!

Como a nossa companhia estava em Lisboa e passava o tempo em instrução, não havia parada ou guarda de honra em que não participássemos e uma delas foi a cerimónia do 10 de Junho, no Terreiro do Paço, que reclamou muitas sessões de treino. Foi a meio de uma delas que me vieram chamar porque o meu pai tinha sofrido, durante a noite, um enfarte do miocárdio e estava no hospital, com prognóstico muito reservado. Tinha ele, então, 57 anos e eu segui logo para o Porto. Foi o começo de um longo declínio que só terminou mais de três anos depois, com repetidos enfartes pelo meio, que me eram comunicados por telegrama; motivo pelo que, anda hoje, detesto receber telegramas, mesmo quando sei que são de felicitações.

A meio de Julho, num sábado radioso, despedimo-nos de Lisboa. Fomos no “Ana Mafalda”, um navio pequeno cujos porões foram transformados em camaratas, com outra parte para a carga que era muita. Não tivemos mau mar, mas, à medida que nos aproximávamos de Bissau, o céu passou a estar sempre encoberto, o calor tornou-se quase insuportável, a humidade não deixava a transpiração evaporar e chovia muitas vezes e com abundância. Atracámos em plena estação das chuvas, o que significava chuva e calor permanentes.

A questão de fazer serviço militar e de se arriscar a ir para o Ultramar pôs-se, naturalmente, a todos os da minha geração. Havia alguns, cujos pais tinham relações privilegiadas com quem os podia “livrar da tropa” e que não hesitaram em fazê-lo. Pertenciam todos a famílias muito identificadas com o regime e disso tiravam as suas vantagens. Verifiquei, ao longo da vida, que a maior parte deles se mostrava pouco à-vontade quando a conversa abordava as recordações da guerra, pois parecia que sentiam falta de qualquer coisa.

Nos nossos longos serões tropicais, nós falávamos evidentemente na guerra em que estávamos a participar e de cujo resultado não tínhamos dúvida. A solução não podia vir das armas, mas de compromissos e de negociações que os nossos



FIG. Antes da partida para a Guiné Bissau,
com as sobrinhas Inês e Leonor.

governantes não admitiam sequer pensar, quanto mais falar. Para eles teríamos de sair vencedores dos combates ou morrer, como tinha ficado claro através dos resultados dos julgamentos dos oficiais que serviram em Goa.

Nenhum de nós pôs a hipótese de desertar da frente de guerra. Tinha havido um camarada nosso, filho de um almirante, que “deu o salto” para a França a partir de Portugal; sabíamos que ele não era afecto ao regime como quase todos nós, mas nunca falou da deserção com ninguém. Colheu-nos a todos de surpresa. Até à família. Nunca mais soube dele.

Nós entendíamos que a tropa fazia parte das nossas obrigações de cidadania. Não concordávamos com a guerra em que participávamos, mas aceitávamos cumprir com as regras estabelecidas, porque sabíamos ser isso parte do preço a pagar para continuar a viver em Portugal, onde tínhamos a família e muitos sonhos para realizar. É evidente que a grande maioria de nós não estava politizada. Sentíamos, por via racional e pelo que nos chegava da observação do que se estava a passar com outros “impérios” que o nosso não podia ir muito longe. Mas poucos tiveram a força de ânimo e a convicção necessárias para quebrar com tudo e iniciar vida noutro lado ou para ir lutar, a partir de fora, contra o poder estabelecido em Portugal.

Na divisão de tarefas coube-me o apoio às unidades sediadas na parte Norte da Guiné e as obras dos quartéis de Brá, uma antiga pista de aviação onde nos fixámos. Eu saía uma ou duas vezes por semana, de jeep até Mansôa ou Bula e de avioneta para o resto do território. Quando, uma vez, tive de ir por terra de Mansôa a Mansabá, onde tinha havido um ataque arrasador, a escolta que me deram foi de um batalhão! Tive a medida de quão perigosos eram aqueles trinta quilómetros. Eu já tinha estado em Mansabá, por avião, uns dias antes. Não se pode imaginar o estado em que ficaram os poucos edifícios da povoação que era uma mera sede administrativa e de apoio comercial rodeada de tabancas. Quase tudo ficou destruído: escola, celeiros, cantina, posto administrativo, etc. Mas o capitão que lá estava insistia em ter a mulher e um filho de quatro ou cinco anos com ele. Quanto reporte a situação ao meu comandante, ele ficou chocado e a senhora e a criança foram evacuadas prontamente. Aquela foi a primeira vez em que eu pude avaliar a imensa capacidade de sofrimento e de recuperação – ou de

resiliência, como é moda, agora, dizer – do soldado português. Tudo tinha ruído à sua volta; havia alguns feridos, mas não mortos, dessa vez. A minha função era aconselhar acerca da melhor forma de fazer umas fortificações com adobes de terra e de recuperar as ruínas dos edifícios que tinham sido severamente afectados. Todos meteram mãos à obra e, quando lá voltei, não se pode imaginar a diferença que fazia e a determinação que os soldados mostravam em melhorar as suas condições de vida e de defesa. Estavam habituados à austeridade e a conquistar com os seus braços aquilo que pretendiam.

Em Brá instalámo-nos num antigo “hangar” e nas pequenas construções que havia à volta. Tratava-se de fazer de raiz um quartel, os armazéns para os materiais de construção que vinham de Lisboa, as oficinas e os estaleiros das várias componentes da construção, desde blocos até carpintarias, etc. Mais tarde, deram-nos como missão construir outro quartel muito maior, ao lado do nosso, para onde se deveriam transferir tropas que estavam mal alojadas em Bissau e para permitir acolher as companhias que partiam para Portugal e as que chegavam, antes de irem para os pontos da quadrícula que lhes estavam atribuídos. Aos nossos soldados, apesar de muito jovens, foram atribuídas funções de coordenação e fiscalização de obras enormes de trabalhadores locais que aprenderam os rudimentos de várias profissões. As mais fáceis eram, obviamente, as de abertura de caboucos e as de pedreiro. Mas houve alguns que aprenderam outras tarefas mais exigentes. Em pouco tempo, o estaleiro de Brá, dando emprego a centenas de locais, tornou-se o maior empregador da Guiné.

O Capitão Perry da Câmara, além de ser um militar muito distinto, tinha particular queda para a arquitectura. Por isso começámos a fazer projectos que eram analisados com cuidado em todas as suas facetas, desde os materiais de construção até às soluções arquitectónicas mais adequadas ao clima. Havia publicações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que nos auxiliaram e outras dos congéneres de Luanda e de Lourenço Marques que foram de enorme valia, nomeadamente em relação aos materiais de construção. Areia havia mas, com granulometria maior, era preciso pôr a descoberto camadas de laterite com graus de agregação diversos que tinham de ser peneirados para se poder compor um fraco betão. Mas ainda conseguimos alguns blocos de laterite maiores que deram



FIG. Em Brá (Bissau) em Dezembro de 1964.

para fazer a cantaria utilizada na porta de armas do quartel. Tudo era tentado, desde os adobes a que adicionávamos palha até ao “cibe”, uma palmeira dura, mas relativamente fácil de rachar longitudinalmente, que servia para quase tudo, especialmente para as estruturas de cobertura. Era a nossa solução universal. Em poucas horas arranjava-se um tecto para refeitórios, casernas, armazéns... com folhas de chapa zincada, de fibrocimento ou mesmo de chapa de bidons, devidamente abertos e aplanados, com recurso aos camiões que lhes passavam por cima. Da necessidade de abrir rapidamente os bidons para obter chapas, com o auxílio de “maçaricos”, parece ter vindo a designação comum para os recém-chegados. Muitos andavam à procura deles para fazer elementos planos que davam para as coberturas e para as protecções das fortificações feitas com duas ordens de chapa e com terra pelo meio. Tantos maçaricos pediam, em todo o lado, que passaram a ser designados por esse nome. O que é admirável, neste processo de instalação, tem a ver com a facilidade para improvisar soluções e com o entusiasmo mostrado durante a sua execução.

Passados os primeiros momentos, dominados pela preocupação de encontrar abrigo para a chuva que não parava de cair, pudemos pensar com alguma calma nas soluções a propor para resolver os problemas das edificações que pretendíamos que fossem mais duráveis. Para isso começámos a juntar informação sobre situações análogas. Já referi o que nos chegou primeiro às mãos, mas que respeitava especialmente a materiais para estradas que também tínhamos de fazer; todavia, faltava-nos bibliografia sobre a construção de edifícios. O país que mais a tinha estudado era a França, por causa das suas antigas colónias; a instituição que o fazia era o Bureau Central d'Études pour les Équipements d'Outre-mer – BCEOM (1). Por outro lado, foram-nos propostas estruturas metálicas pré-fabricadas que resolveriam adequadamente a questão da cobertura e que vinham de Lisboa com todos os elementos de montagem. Faziam-se as sapatas de fundação dos pilares, sendo fácil pôr tudo em pé, mas faltava a solução para as paredes e divisórias. A resposta veio do lápis do Capitão Perry da Câmara, com o desenho impecável de todos os pormenores, pelo que se tornou quase uma rotina montar as estruturas e fazer as construções. Aprendemos, então, muitas coisas relativamente às decisões principais: orientação das construções, ventilação transversal

dos edifícios, colocação das fachadas à sombra, existência de uma camada susceptível de arejamento entre a cobertura e o tecto, tamanho das valetas, etc, etc, etc, até à cobertura vegetal do terreno circundante.

Fui acumulando bastante informação e alguma experiência. Quando regresssei a Portugal resolvi fazer uma publicação com o resultado dessa prática – um livrinho editado pela Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares: “Notas sobre alguns aspectos da Construção na Guiné” (2). Trata-se da minha primeira publicação, com prefácio escrito pelo o tenente-coronel (mais tarde brigadeiro) João Câncio Escudeiro que, entretanto, tinha ido comandar o Batalhão de Engenharia em que se integrou a Companhia a que eu pertencia.

Muitos anos depois, fui à Guiné em visita oficial, como Ministro do Planeamento e Administração do Território, a convite do meu homólogo guineense. E, nessas viagens tem de se visitar toda a gente que conta, desde o Presidente da República até aos Ministros que podem ter uma vaga relação com o que o visitante faz. Em determinada ocasião, fui visitar o Ministro das Obras Públicas que, para meu espanto, estava instalado no antigo edifício do comando da Engenharia por cujas construções eu tinha sido responsável. Como já disse, em climas tropicais húmidos a ventilação transversal é essencial para assegurar o conforto das construções. Contudo, verifiquei que tinham tapado todas as aberturas que a asseguravam para pôr ar condicionado e que os aparelhos que lá estavam não funcionavam. Em determinada ocasião perguntei ao Ministro se o gabinete dele não era muito quente, coisa que não era difícil de constatar, porque todos transpirávamos com abundância. Lastimou-se porque os aparelhos avariaram e não havia quem os consertasse, não sendo as ventoinhas suficientes para tornar suportável a conjugação da temperatura com a humidade. Perguntei-lhe por que não mandava retirar os tijolos que obstruíam as aberturas cujos aros ainda lá estavam. “Isso resulta?” perguntou-me ele. Assegurei-lhe que sim. “Como é que Você sabe?”. A minha resposta – “Fui eu que a construí.” – deixou-o boquiaberto, mas teve sentido de humor e riu-se.

Nessa visita encontrei um outro ministro que me chamou à parte para me pedir que intercedesse no sentido de lhe ser concedida uma pensão portuguesa; afinal,

ele tinha sido quase trinta anos funcionário público de Portugal. Para a ocasião, trazia a sua mais brilhante fatiota, um balandrau amarelo e preto, amplíssimo e com barrete a condizer, impressionando muito quem o visse. Quanto a mim, prometi-lhe, naturalmente, ver o que se poderia fazer.

Durante os vinte e cinco meses que estive na Guiné, o ambiente na Companhia era de confiança mútua e mais do que cordial. Tivemos uma baixa por acidente, logo no princípio, de um operador de grua que ficou debaixo do rodado da viatura, porque não accionou o travão. Os que tinham sangue compatível deram-no, para salvar o camarada e, durante dois dias, ainda tivemos a esperança de que ele sobrevivesse, mas isso não sucedeu. Com efeito, ainda hoje nos encontramos, todos os anos, para recordar os tempos da Guiné e é com genuíno prazer que o fazemos. Muitos trazem os netos com eles!...

O nosso trabalho era especializado e ao serviço das companhias de Infantaria, Artilharia e Cavalaria que estavam dispersas pelo território. Alguns dos nossos soldados e graduados eram destacados para as diferentes unidades, onde permaneciam o tempo necessário para cumprir a sua missão; esse era, especialmente, o caso dos motoristas fluviais. A maior parte, contudo, trabalhava em Brá ou em Bissau, onde na ocasião havia um intenso trabalho de construção. Como já disse, eu saía uma ou duas vezes por semana para resolver questões de alojamento ou de fortificação e, em algumas, senti que estava em perigo, porque as emboscadas eram correntes. Por exemplo, a estrada de Mansabá era uma dor-de-cabeça, porque nela punham muitas minas e, por tal, foi decidido asfaltá-la, para ser mais fácil detectá-las. Mas quer os soldados quer os trabalhadores locais tinham natural receio das emboscadas. Partiam de manhã cedo, com uma ração para o almoço e regressavam a tempo de ficar no quartel, em Mansôa, antes do cair da noite. Os “turras” tinham informação acerca de tudo o que acontecia, de maneira que sabiam quando eu ia à obra e todos os meus movimentos. Um dia decidi mandar cortar a vegetação mais baixa, numa faixa de cinquenta metros para cada lado da estrada; assim as deslocações poderiam ser mais rápidas e maior o aproveitamento do tempo passado a ir e a vir da frente de obra. Quando se certificaram de que eu ia lá, em dado dia, puseram uma pedra no meio da via que logo suscitou suspei-

ta de se tratar de uma mina. Devidamente protegido, um soldado foi escavando à volta da pedra, com uma baioneta, verificando que não havia mina nenhuma, mas antes um papel com uma mensagem que me era dirigida e que dizia: “Obrigado pela desmatação! Assim poderemos usar a ‘basuka’...”. Nunca o fizeram.

Uma outra vez, tive de ir de Farim a Binta, onde estava a Companhia do então Capitão Tomé Pinto. Fui pelo rio Cacheu abaixo de onde assisti ao nascer do sol. A paisagem, apesar das margens serem baixas, é lindíssima.. Era suposto que uma lancha da Marinha garantisse protecção à pequena embarcação onde eu e mais dois sargentos seguíamos, mas, por qualquer razão, ela atrasou-se. Binta era um pequeno porto até onde chegavam navios para carregar toros de madeira. Para montante não havia fundos suficientes e o rio encaracolava-se em meandros mais apertados. Diante do porto e do aquartelamento havia um denso mangal de onde partiam muitas acções de flagelação e de onde o “IN” (inimigo) observava as “NT” (nossas tropas). Viram-me chegar e pressupuseram, correctamente, que eu deveria partir. Quando o fiz, chegado ao meio do rio, na tal pequena embarcação, comecei a ouvir tiros na minha direcção que suscitaram outros de protecção vindos do aquartelamento e que foram todos ouvidos pela tripulação da lancha que vinha rio-abaixo e que também começou a mandar projecteis para onde eu estava. O oficial que a comandava não imaginava que houvesse uma embarcação no meio do rio, porque as curvas com vegetação densa não deixavam ver. Estendemo-nos no fundo do barco, conseguindo manobrar o motor fora de borda de maneira a escaparmos rio acima. Não esqueço as caras dos marinheiros da lancha quando cruzámos com eles e lhes dissemos o que tinha acontecido. O resto da viagem, passado na maior calma, deixou em mim uma recordação imperecível. Chegámos a Farim quando começava o sol a pôr-se no horizonte. Nunca tive uma sensação de tanta tranquilidade. Tinha escapado de boa!...

O abastecimento de água potável era um problema sério para os soldados. Havia recomendações frequentes dos médicos, dos oficiais e dos sargentos para que fossem praticadas todas as normas de desinfecção possível. Não me chegou nunca notícias de que, tal como aconteceu com os soldados de Napoleão no Egipto, alguém tivesse engolido sanguessugas ao beber água, mas a água potável foi sempre uma preocupação. Por esta razão, contratou-se uma firma de

sondagens de Lisboa para fazer furos a uma profundidade apreciável, a partir da qual se captava a água. O “oficial das águas” era o meu colega Botelho Chaves. Em Mansôa, fez-se o furo dentro do quartel, mas junto da vedação, pois era o local mais acessível para a instalação do equipamento. Uns dias antes de se dar por terminado o trabalho, o encarregado comunicou-nos que era possível que o furo “artesiase”. Combinámos com ele não dizer nada a ninguém, até se poder abrir a tampa do tubo que revestia o furo e deixar jorrar a água que cumpriu a sua obrigação de se elevar a cerca de um metro e meio de altura. Quando os circunstantes viram aquilo foram todos tocar no alferes dizendo que ele tinha “írum” (feitoço). Nos dias que se seguiram veio muita gente das tabancas vizinhas para ver o espectáculo. Foi um grande sucesso.

Logo que soube que era para a Guiné que eu tinha sido mobilizado, comprei um livro que me aconselharam e que bom apoio me deu. Era do Comandante Avelino Teixeira da Mota, um oficial muito distinto que ocupava o tempo que o exercício das suas funções deixava livre para estudar e escrever sobre as terras onde servia e as suas gentes. O título do livro era “Guiné Portuguesa” (3). O Autor tinha estado na Guiné com o Almirante Sarmiento Rodrigues e, posteriormente, com o Comandante Peixoto Correia. Todos associavam às tarefas administrativas a vontade de deixar obra escrita, resultante da sua observação, de conversas com as autoridades tradicionais e da consulta aos arquivos. Havia, nessa época, numas instalações próximas de onde é hoje o Palácio Presidencial, um pequeno museu onde se recolhiam exemplares de objectos de culto, ou ligados ao exercício do poder tradicional ou, simplesmente, formas de expressão artística das diversas etnias. E o museu tinha uma lista de publicações variadas sobre essas etnias ou sobre problemas específicos da Guiné, particularmente os agrícolas. Assim, além dos inúmeros artigos que apareciam publicados em revistas de Lisboa, estava recolhida e formava uma base documental importante para o conhecimento do território, a colecção editada pelo museu. Ainda possuo alguns exemplares que, na ocasião, estudei com interesse e proveito.

Poderia passar horas a contar histórias da Guiné... É o que fazemos nos nossos almoços anuais, porque o que está no fundo do reviver desses tempos é um afecto que não esmoreceu com o tempo, porque éramos novos, passámos por

situações de real perigo, ajudámo-nos uns aos outros e aprendemos a rir-nos das mesmas coisas...

Pude testemunhar, tanto em Portugal como na Guiné, o que a instituição militar contribuía para o desenvolvimento pessoal de jovens, na maior parte rurais, que adquiriam consciência de que pertenciam a um país que ultrapassava as fronteiras da sua aldeia e que, em poucos meses, ganhavam uma desenvoltura que lhes permitia estar à vontade em qualquer lugar do mundo. Muitos anos mais tarde, quando se acabou com a conscrição, tive ocasião de manifestar a minha discordância. A medida foi mais uma “conquista” das juventudes partidárias. Era o preço cobrado pelo apoio dado em campanhas eleitorais. Quando se fizer uma avaliação profunda do que se perdeu com a abolição de um instrumento de integração fácil que hoje deveria envolver tanto os rapazes como as raparigas, ver-se-á o erro que é ceder a impulsos individualistas ou, mesmo, egoístas, quando importa tanto o reforço dos laços que devem unir os membros de uma comunidade. Começam a evidenciar-se já algumas manifestações de falta de coesão; o primeiro sintoma é ser preciso invocar, tantas vezes, a necessidade de a promover. As juventudes partidárias são, seguramente, uma grande coisa quando representam a expressão de um idealismo. Foram, todavia, demasiadamente, apaparicadas, por quem pensava servir-se delas para animar comícios e campanhas eleitorais. Mas, como sucede muitas vezes, a “criatura” cedo se voltou contra o “criador”... Gradualmente, elas tornaram-se instrumentos de carreirismo impiedosos e, hoje, afastam muitos dos que se aproximam delas com o espírito de servir e de participar na construção de um país melhor. Há muitos que singram, no seu seio, mas não tenho a certeza de que sejam os melhores. Quanto a saberem o que é dar coesão a uma comunidade e robustecê-la, como ente social, para enfrentar toda a sorte de ataques, particularmente os que vêm de fora, eu tenho as mais sérias dúvidas. O que contou foi o que era mais cómodo e mais imediato. Nem contas fizeram.

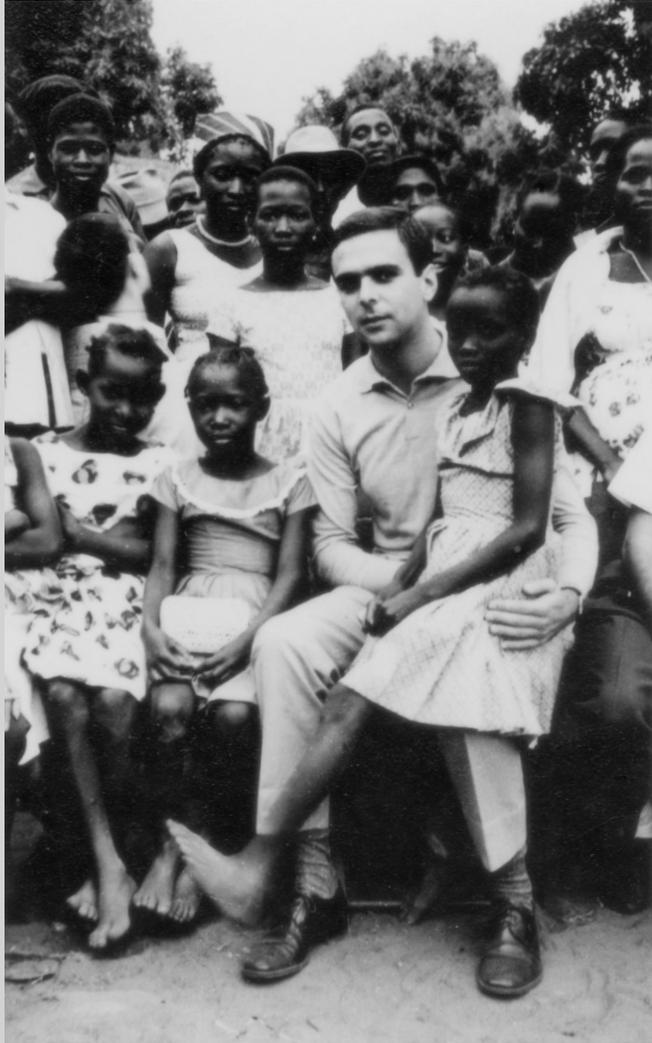


FIG. Em Bissau.



CAPÍTULO IV

OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE

No dia 14 de Agosto de 1965, ao fim da manhã, começámos a avistar terra. Regressávamos a Lisboa no Niassa, um navio muito maior do que aquele em que tínhamos ido e, também, com muito mais gente. Depois do almoço começámos a subir o Tejo e nunca é bastante dizer do deslumbramento que isso representa, mormente quando o tempo está bom e a luz de Lisboa torna dourada a atmosfera e a pedra das construções. Sabíamos ter chegado ao fim de uma fase dura das nossas vidas e, para alguns, havia também uma ponta de ansiedade em relação ao que iriam encontrar. Esse era o meu caso. Quando olhei para o cais de Alcântara, rapidamente consegui ver os meus, mas não queria acreditar no que via: tinha deixado o meu pai doente, porém ainda vigoroso; re-encontrei um velhinho, alquebrado por mais cinco enfartes que não conseguiu disfarçar a emoção. Eu tive de esconder o choque.

Tudo tinha sido combinado por carta, de modo que, na semana seguinte, fui à Reitoria da Universidade do Porto assinar o contrato de segundo assistente da Faculdade de Engenharia. Tive de esperar pelos primeiros dias de Setembro para saber por que matérias iria ficar responsável e que foram as duas turmas de Resistência de Materiais e todas as turmas de Resistência de Materiais e Elementos de Estabilidade para os outros cursos. Leccionava a primeira o Prof. Joaquim Sarmiento e a segunda o Prof. Aristides Guedes Coelho. Eram vinte e quatro horas semanais com todos os Alunos do então quarto ano. Só com uma carga semanal de vinte e seis horas é que se poderia contratar um outro assistente e isso significou que eu tinha aulas todos os dias às oito da manhã e às duas da tarde, incluindo o sábado. A partir de certa altura, e por arranjo particular, a aula de sábado à tarde foi transferida para sexta das seis às oito. E assim aconteceu durante três anos!

Eu insisti em propor sempre exercícios práticos diferentes, de uma turma para outra, de modo que os Alunos pudessem trocá-los entre si. Escrevi introduções de enquadramento para todos os capítulos que foram agregadas à resolução de alguns exercícios numas “folhas” que, vinte anos depois, ainda circulavam aparentemente com utilidade. Eram policopiadas a “stencil”, uma técnica pouco limpa, numa reprodução que era feita pela Associação dos Alunos, a qual ganhava alguma coisa com isso, permitindo-lhe arrecadar pequenas somas que eram orientadas para prestar, em melhores condições, outros serviços. Refiro isto para ilustrar como tudo era feito de forma muito contada, mobilizando o voluntariado de colegas com maior sentido de organização e pagando a alguns, que precisavam de arredondar o seu orçamento, as tarefas que desempenhavam para benefício de todos.

Quando, no primeiro dia de aulas, cheguei à sala do chamado Pavilhão, às cinco para as oito, já lá estava o António Segadães Madeira Tavares. Quando ele se tornou o grande projectista que todos conhecemos, eu passei a meter-me com ele dizendo-lhe que ele tinha sido o meu primeiro aluno, porque já lá estava quando eu cheguei. Mas é evidente, que não era só por isso... Tive a sorte de ter tido muitos alunos que chegaram bem alto na profissão e fico sempre envaidecido quando os vejo nessas posições e quando os oiço expor ou palestrar sobre coisas de que eu não sei nada, mas que eles visivelmente dominam. Interrogo-me acerca da forma como eu terei contribuído para esses sucessos. Foi, seguramente, por os ter obrigado sempre a pensar, não lhes apresentando a “papa-feita”, mas incutindo-lhes o gosto pela especulação e pela decomposição de situações complexas em partes simples, susceptíveis de abordagem progressiva. O Engenheiro é suposto resolver problemas difíceis com senso prático e rapidez; por isso tem de treinar a sua capacidade para tomar decisões fundamentadas e susceptíveis de serem entendidas pelos numerosos profissionais com quem tem de trabalhar. O Engenheiro “isolado” ou é um génio ou, mais frequentemente, um falhado. Por isso é tão importante que ele discorra bem e que comunique bem.

Algumas vezes, sabendo que eu fui docente de um Engenheiro não civil, estranham o facto, pedindo-me que confirme qual a minha especialidade. A razão para isso suceder assenta no facto de, durante três anos lectivos, eu ter sido assistente de

todos os Alunos da Faculdade, qualquer que fosse a sua especialidade. E isso foi, para mim, muito interessante. Há, realmente, diferenças de inclinação entre eles. Nesse tempo não havia “*numerus clausus*”, de modo que cada um escolhia o ramo para o qual julgava ter mais vocação ou onde pensava ter mais fácil colocação, pelo que a expressão das aptidões para uma dada especialização se tornava mais visível. Era como se fossem as componentes principais de um grande conjunto de variáveis numa análise de “clusters”.

Durante esse tempo, eu tive ocasião de privar de perto com o Prof. Joaquim Sarmiento que é, para mim, o modelo de “O Engenheiro”! Sempre à procura da explicação racional e da solução “natural” para os problemas que tinha para resolver; possuía e, felizmente, ainda possui, uma sólida formação matemática e física com conhecimentos profundos de química e do que hoje se chama a ciência dos materiais. Qualquer problema era abordado como se fosse pela primeira vez, procurando uma solução ainda mais inventiva. A rotina não estava inscrita na sua prática profissional. Ele gostava de acentuar o carácter “artesanal” do que fazia; não havia duas peças iguais; tudo era reflectido procurando respostas mais económicas, mais fáceis de executar e mais atraentes debaixo do ponto de vista conceptual. Contava-se que uma vez tinha ido a um encontro sobre betão pré-esforçado em França. Tão pertinentes e agudas tinham sido as questões por ele levantadas que suscitou um movimento de curiosidade acerca de quem se tratava... Não havia, então, o hábito dos académicos portugueses frequentarem conferências internacionais e quando iam, tinham de o fazer à sua custa, como sucedeu comigo muitas vezes. É por isso que a internacionalização, que hoje se tornou corrente, há-de trazer benefícios à comunidade científica nacional, projectando os seus valores que são mais numerosos do que se pode pensar. Os alunos admiravam-no, mas temiam-no, porque sabiam que ele não tinha paciência para aturar a mediocridade. Contudo, no momento da avaliação, procurava ser justo, aproveitando para o lado positivo tudo quanto o examinando tinha mostrado saber.

Ao longo da vida eu fiz parte de centenas de júris, quer para avaliar estudantes, quer em provas de doutoramento e de concursos académicos. As reuniões de um júri permitem conhecer, de forma muito transparente, o carácter de cada um dos seus membros. Há os hesitantes e os firmes; há os que já vêm com a

decisão tomada por outras razões que não as provas a que assistiram ou em que intervieram e há os que, genuinamente, avaliam o candidato; há os que não têm qualquer pudor em encaixar-se num determinado campo e mostrá-lo e há os dissimulados... Há de tudo! É por isso que se torna sempre gratificante ver quem cumpre escrupulosamente a sua missão, com elevação de propósitos e correcção de maneiras. A pertença a um júri revela muito mais do carácter dos seus membros do que pode parecer, vistas as coisas do exterior. O avaliado está lá fora; mas durante a reunião do próprio júri todos estão a ser julgados por todos os outros. Algumas vezes, parece que alguns se esquecem disso.

É muitas vezes referida a extrema cortesia que usam entre si os membros da Académie Française (1). Isso não os inibe de tomarem posições muito claras e de, algumas vezes, meterem a faca entre as costelas do ilustríssimo confrade. Mesmo quando há discórdia, ao nível em que se devem passar as coisas, tem de haver sempre cortesia.

Quando se ensina uma profissão, convém exercê-la para poder transmitir, com fundamento de causa, os conhecimentos que mais importam e, mesmo, algumas atitudes e comportamentos que os formandos devem começar a adoptar, antecipando as condições da sua vida activa. Por isso, quando o Prof. Armando Campos e Matos me convidou para ir trabalhar no seu gabinete, aceitei imediatamente. A minha primeira função foi a de ser o veículo de contacto entre a equipa dos arquitectos e técnicos de cervejaria e os engenheiros, no projecto da grande unidade que se iria construir para a Sociedade Central de Cervejas, em Vialonga. Os problemas mais simples eram resolvidos directamente por mim; os mais complexos exigiam a intervenção de colegas com mais experiência. Mas foi muito formativa essa tarefa. Seguiram-se muitos outros projectos, particularmente de edifícios no Porto e imediações. Em determinada ocasião fui conselheiro em matéria de construção em regiões tropicais húmidas, em relação à fábrica de cervejas que foi construída perto de Bissau. O projecto inicial foi virado do avesso para responder às orientações que eu justifiquei devidamente e que os projectistas aceitaram.

Quase em férias de 1967, fui abordado pelo Prof. António Barbosa de Abreu no sentido de mudar da área de estruturas para a área do planeamento urbano. Eu

tinha tido boas classificações nessa área e ele já tinha tido a ideia de me propor, mas eu estava na tropa; punha-se outra vez a necessidade de guarnecer a secção e, pelo facto de eu ter feito júri com ele, nesse ano, nos exames finais da cadeira, ele tinha apreciado o meu gosto pela matéria... de modo que foi adiante com o desafio. Muito habilidosamente, perguntou-me se eu gostaria de chegar à cátedra aos trinta e poucos anos ou se só o queria fazer aos sessenta e muitos, como tudo indicava que viesse a suceder no grupo das estruturas. O caminho estava aberto num lado e com muitos colegas novos prestigiados à minha frente no outro. Pedi para pensar e decidi mudar. Atraí a fúria do Prof. Correia de Araújo que não costumava deixar por dizer nada do que lhe ia na alma: “Que eu tinha deixado crer que o seu grupo poderia contar comigo e, agora, vinha eu propor uma transferência! Era, no mínimo, um ingrato...”. Mas estas coisas passam e todos compreenderam e aceitaram, com os anos, tendo chegado à conclusão de eu tinha feito muito bem. Quando o Prof. Correia de Araújo soube que eu ia para fora para frequentar um curso de pós-graduação, logo me avisou de que teria de prestar provas de doutoramento na Universidade do Porto. Não iria haver lugar para nenhum processo de equivalência, porque a isso ele se oporia tenazmente, pelo que assim foi feito. O Prof. António Barbosa de Abreu era uma pessoa muito especial. Tinha sido um aluno de Engenharia altamente classificado que, depois de licenciado resolveu frequentar o curso de Arquitectura que concluiu, também com mérito. Senhor de uma vasta cultura, tinha aprendido italiano por si próprio, somente para ler “A Divina Comédia” de Dante, no original, De trato muito afável, era conhecido pelos seus sentimentos religiosos e por uma prática social com eles condizente. Modesto no seu trem de vida, tinha contudo, esmeros de elegância na maneira como se relacionava e como envolvia a sua numerosa família nessas relações. Estava sempre disponível para discutir uma comunicação ou qualquer texto, respeitasse ele a um programa de curso ou a uma proposta a apresentar a uma entidade que tivesse de o apreciar e sobre ele decidir. Não se coibia de fazer sugestões para melhoria do que lia. E organizava apresentações das viagens que fazia, nas quais ficava demonstrado o seu alto critério selectivo assente numa grande erudição. Devo-lhe muito! Também já me referi às cordiais relações que mantive com o Prof. Antão de Almeida Garrett, e que, depois de reformado,

vinha todas as manhãs para a Faculdade trabalhar aturadamente em estudos que fazia e que publicava em muitos lados: na revista dos Alunos; na revista dos Professores; numa série especial que abrimos na Secção de Planeamento... Conhecia o território muito bem e como tinha estado toda a vida muito alerta, fazia comentários sempre valiosos. Estabelecemos relações mais de cumplicidade do que de colaboração, mas sempre apreciei as suas sugestões e ainda tive a sorte de o ver no júri das minhas provas de doutoramento.

A primeira coisa que combinei com o Prof. Barbosa de Abreu foi escolher o local onde, no estrangeiro, poderia encetar a minha formação. Ele próprio tinha frequentado um curso de pós-graduação num instituto criado há poucos anos pelo Governo Holandês, na Haia: o Institute of Social Studies. Tinha-se dado bem, de modo que me aconselhava a ir para lá.

Procurei saber se havia alguma conferência ou seminário organizado, na Holanda ou imediações, para poder analisar *in loco* que curso deveria frequentar. Logo por sorte, em princípios de Setembro – como é costume quando se quer atrair académicos norte-americanos à Europa – havia uma reunião da Regional Science Association, na qual me inscrevi e que teve lugar no próprio Instituto. Foi, assim, fácil conciliar a conferência com uma troca de impressões acerca do curso que começaria, no ano lectivo seguinte, um curso de pós-graduação novo, cujo título era “Regional Development Planning” e que foi o escolhido.





FIG. Institute of Social Studies (Haia – Holanda).
Curso de Regiond Development Planniag (1968/69)

CAPÍTULO V

OS TEMPOS DA HOLANDA

Em Setembro de 1968 parti de automóvel para a Holanda. Cheguei a Haia numa sexta-feira à noite e procurei um hotel em Scheveningen, de modo a apresentar-me no Institute of Social Studies no sábado de manhã e para aproveitar o fim-de-semana para me instalar na residência do próprio Instituto, que lhe ficava adjacente.

O Institute of Social Studies tinha sido criado a seguir à Guerra com a ambição de formar elites dos países a desenvolver com os quais a Holanda mantinha e queria reforçar relações. A própria Rainha Guilhermina tinha cedido o seu palácio de Nordheind, em Haia, para instalar o Instituto. O governo holandês orientou grandes somas para montar esta estrutura de coordenação e para pagar aos corpos docentes e de funcionários. No meu tempo, o Reitor era o Prof. Glastra van Loon, mais tarde *leader* partidário e membro do governo holandês. O secretário-geral do Instituto, personagem importante na sua gestão, chamava-se Hondius e era descendente do célebre cartógrafo. Os professores residentes eram relativamente poucos, porque a maioria vinha de universidades holandesas, inglesas e de instituições internacionais como a OCDE e, mesmos os primeiros, eram de nacionalidades variadas. No meu caso, o director do curso era holandês – Prof. Jan Hilhorst – e o seu adjunto era inglês – Doutor David Dunham.

Como já disse, o curso tinha a designação de “Regional Development Planning” e a duração de um ano lectivo. Havia uma parte com lições teóricas e práticas com exames tradicionais, havia, também, a elaboração de um research paper e, os dois últimos meses, estavam reservados para o que se designava de seminários. Como se devia proceder a numerosas discussões em torno de um caso concreto foi escolhido o Nordeste da Argentina para esse fim. A razão de ser da escolha prendia-se com o facto de o Prof. Hilhorst ter passado alguns anos em

trabalho de assessoria neste local e de dispor, por isso, de uma enorme base de dados e bibliografia que estava à nossa disposição. As aulas teóricas ocupavam-nos todas as manhãs e uma ou outra tarde; as aulas práticas tinham lugar à tarde e o tempo a partir das quatro estava reservado para estudo.

É quase escusado dizer que a organização era impecável, à holandesa. Tudo estava previsto, não tendo havido uma falta: o material para orientação do estudo continha todas as informações necessárias; a biblioteca dispunha de milhares de volumes sobre os temas que eram ensinados nos cursos, fazendo parte de uma rede de bibliotecas holandesas que fornecia livros por duas semanas; tomavam-se as refeições no local. Pode-se dizer que se estudava em “imersão total”.

Incluída no programa estive uma viagem de estudo à Irlanda, durante a qual contactámos, durante uma semana, com autoridades nacionais e regionais responsáveis pelo desenvolvimento. Da viagem, cada um fez um relatório que foi devidamente analisado e classificado.

Os meus colegas vinham de todo o mundo: Argentina, República Checa, Brasil, Índia, Israel, Egipto, Malásia, Taiwan, Tailândia, Filipinas e da própria Holanda. A regra do Instituto é que fizesse sempre parte dos cursos um holandês. Eles eram jovens académicos em início de carreira, como eu, ou funcionários considerados como promissores nas suas profissões e nos quais seria bom investir. Muitos anos mais tarde, a Rainha Beatriz veio a Lisboa em visita de Estado e, quando lhe fui apresentado no Palácio da Ajuda, referi-lhe a minha passagem por Haia e a hospitalidade que tinha recebido no seu palácio... Ao que, com a simpatia que lhe é reconhecida, me disse: “ – Não imagina a quantidade de colegas seus que eu tenho encontrado nas minhas visitas pelo mundo fora e que chegaram a posições como a sua. Dá ideia que a criação do Instituto foi uma boa aposta do governo holandês!...”. Era evidente que tinha sido. Os meios académicos holandeses – e não só o Instituto – tiveram a oportunidade de tecer laços de conhecimento e de colaboração com membros de comunidades especiais que alcançaram postos de destaque na vida académica, política ou administrativa dos seus países. Sublinho a inteligência de terem feito pontes com um checo (estava-se em 1968!) e de porem, lado a lado, um israelita e dois egípcios... Tratava-

-se, evidentemente, de uma aposta nas potenciais elites dos respectivos países. O depoimento da Rainha confirmava o acerto da estratégia que seguiram.

Entre os professores visitantes do Instituto estavam os Professores: Tinbergen, da Universidade de Rotterdam e, posteriormente, Prémio Nobel de Economia; Sir John Hicks e Lady Hicks, da Universidade de Oxford; Thyssen, o autor do Plano de reconstrução de Rotterdam; Emmereij, Director do Departamento de Recursos Humanos da OCDE e, posteriormente, Reitor do Instituto; Derksen, Director do Central Bureau of Statistics da Holanda; etc.

Entre os meus colegas estabeleci laços de colaboração e de amizade mais estreitos com o argentino, Alberto Barbeito, descendente de galegos e que enveredou pelo ramo da Economia do Trabalho e das relações laborais, chegando a catedrático na Universidade de Buenos Aires e com o israelita Gideon Witkon, filho de um célebre presidente do Supremo Tribunal de Justiça do seu país e que desempenhou cargos importantes na administração israelita, mas que insistia em dizer que a sua profissão era agricultor, porque tinha uma pequena granja que explorava com as suas próprias mãos. Na ocasião, a insistência com que ele afirmava cultivar a sua própria terra pareceu-me um pouco “snobbish”. Mais tarde vim a saber que um dos banimentos impostos aos judeus, em quase toda a parte onde se viram segregados, era a posse da terra e o seu amanho; daí a sua fixação no comércio e nas finanças. A sua afirmação correspondia, assim, a um grito vindo do fundo dos séculos!...

O curso com mais tradição no Instituto era o de Economic Development Planning e muitos ministros das Finanças ou da Economia e presidentes de Bancos Centrais, por esse mundo, foram alunos deste. Uns anos antes de eu lá ter estado, foi aluno desse curso o Dr. João Salgueiro. Mas havia muitos outros cursos: Social Development, International Relations, Public Administration e muitos mais, sempre ligados à problemática do desenvolvimento. Sublinho este facto porque a nossa convivência, além de ser com os nossos colegas de curso, também se estabelecia com muitos outros que encontrávamos na chamada “common room” – uma sala do palácio forrada com couro lavrado e dourado – e nas aulas que partilhávamos com eles ou nas muitas conferências que o Instituto estava sempre a organizar. Algumas destas eram-nos recomendadas e lá íamos onde elas se realizassem, no

próprio Instituto ou noutro lado. Foi numa delas que conheci o Prof. Josué de Castro, académico brasileiro especialista em questões ligadas à fome.

No Instituto, além dos cursos de pós-graduação também havia mestrados, à antiga, que reclamavam pelo menos dois anos de estudo e a aprovação prévia num daqueles cursos. Também se podiam fazer doutoramentos mas, nesse caso, a orientação da tese tinha de ser atribuída a um professor de uma universidade holandesa, habitualmente também professor do Instituto e as provas teriam de ser nela realizadas. Anos depois tive um antigo assistente que se fixou na Holanda e fez o seu doutoramento na Universidade de Utrecht.

Este curso em Haia foi o período de maior “storming” de ideias que eu já vivi. Todas as manhãs eram-nos feitas palestras sobre os mais variados assuntos por especialistas consagrados que nos abriam portas para ramos do conhecimento de que sabíamos o nome, mas não adivinhávamos a extensão do conteúdo. Era necessária alguma disciplina para nos focarmos no principal, não explorando todos os imensos campos que nos eram abertos. Eu procurei focar as minhas atenções nos aspectos espaciais do desenvolvimento, porque sabia que seria por aí que teria de enveredar, uma vez regressado a Portugal. Tive um professor dessas matérias, Lazlo Husar, um húngaro refugiado em Inglaterra que estava sempre disponível para prolongar a conversa nos intervalos ou no fim das aulas. Propôs-me que eu fosse fazer o doutoramento para a Universidade de Nottingham, onde tinha a sua base, mas eu lembrei-me do aviso do Prof. Correia de Araújo... Um dos conjuntos de aulas que mais me fascinou foi dado por um sociólogo do Reino Unido que abordou o papel da classe média inglesa no desenvolvimento do seu país. Insistia, particularmente nos efeitos da mobilidade social da classe média, apoiada na meritocracia. O professor era uma “highly educated person” e as suas aulas focavam os aspectos históricos, económicos, sociais, espaciais, comportamentais... numa teia tão bem tecida que nos deixava absortos pelo que dizia. Mas eu sentia que não tinha erudição para absorver tudo quanto ele expunha. Daí o meu desespero e a minha sede de leitura sobre todos aqueles aspectos que eram apontados numa extensa bibliografia que ele forneceu. A principal lição foi a de que o desenvolvimento é multi-dimensional, tendo de se procurar esclarecer os principais vectores, quer cada um de *per si* quer nas suas inter-relações.

Há poucos anos, no âmbito da Fundação Portugal-África, fui solicitado para dar um parecer sobre o relatório de uma missão a Moçambique que tinha como objecto a reabilitação do perímetro de regadio do Chokwé, instalado há décadas pelo Eng.^o Trigo de Moraes. Pensava-se que o foco da acção deveria ser a reparação das extensas obras que se tinham degradado até quase à ruína e a escolha das culturas cujos frutos poderiam ser exportados. Quando li a descrição da zona chamou-me a atenção o facto de as mulheres fazerem trinta quilómetros por dia com filhos às costas ou ao lado para juntarem uns gravetos de árvores para fazer fogueiras e cozinhar; enquanto os homens não trabalhavam. À força de cortarem árvores e arbustos, o terreno tinha-se tornado pelado. O perímetro estava sob a jurisdição de três ministérios e de autoridades regionais e locais, não sabendo nenhuma delas muito bem qual era a sua responsabilidade na reabilitação pretendida. É evidente que as ligações rodoviárias têm muita importância e que a logística também intervém, mas não adiantaria fazer nenhuma acção nesse sentido antes de fixar as mulheres à sua casa e os seus filhos à escola. Quando enviei o meu parecer indiquei como prioridades a energia para cozinhar e a governância para saber quem deveria fazer o quê. Quando se pôs a primeira questão, lembrei-me de um forno solar inventado pelo Prof. Manuel Collares Pereira e sua equipa e propus a solução a um antigo primeiro-ministro moçambicano que eu conhecia. Foi-me respondido que as mulheres estavam habituadas a fazer a comida mexendo com um pau o seu pirão, enquanto este aquecia e fervia. Foi arranjada uma solução adaptada às circunstâncias, mas também era necessário ir para lá alguém e ensinar uma, duas, cem vezes até se alterarem os comportamentos enraizados. O desenvolvimento reclama muitos tipos de análise e de actuação. Não são só obras! Estas têm de surgir em articulação com muitas mudanças operadas no seio da comunidade. É preciso estar atento a todas as dimensões do processo e interessar-se pelas principais, para poder ensaiar uma resposta “sistémica”. Ora, esta necessidade de olhar para tudo e de procurar entender como é que umas coisas influenciam as outras foi ilustrada abundantemente durante o curso e os seus dois principais responsáveis desdobravam-se em esforços, tanto no campo da teoria como no da prática para nos fazerem sentir a complexidade do estabelecimento de um plano de desenvolvimento.

Há uma outra dimensão da minha estadia na Holanda que foi particularmente formativa. Eu deixei um país com governo autoritário, no qual sempre tinha vivido, para estudar num outro com uma democracia consolidada e robusta, onde todas as suas instituições funcionavam e onde cada cidadão era muito cioso dos seus direitos, mas também muito escrupuloso no cumprimento das suas obrigações. Havia um grande respeito pelas tradições – os holandeses do mundo dos negócios são mais formais e *snoobs* do que os ingleses da City...mas também se mostrava grande abertura ao mundo e à sua evolução. Particularmente o papel da sociedade civil e a capacidade associativa dos holandeses para resolverem problemas comuns representam lições sobre as quais qualquer português deve reflectir. Esta propensão para o associativismo é tão grande que, conta-se, havia gente que queria lutar contra ela, numa tentativa de afirmação do individualismo e dos valores ligados à afirmação da personalidade de cada um. Pois, a primeira coisa de que se lembraram para lutar contra os exageros do associativismo, foi... criarem uma associação para esse efeito. Quando, muitos anos depois, pude estudar o processo de formação da Companhia das Índias Orientais (VOC) e apreciar os seus sucessos em comparação com a nossa exploração desorganizada, improvisada e sem sentido comercial, tive a explicação para o destino diverso dos esforços empreendidos por portugueses e por holandeses numa mesmíssima actividade. O segredo do sucesso prolongado deles esteve no espírito associativo e no seu sentido de organização. A afirmação individualista exagerada e a propensão para o imprevisto têm os seus custos!...

Quando hoje vejo os estudantes portugueses a irem estagiar, no âmbito do programa Erasmus, nos mais diversos países, não posso deixar de pensar na minha experiência pessoal e nos benefícios que tirei da estadia na Holanda, uma sociedade economicamente avançada mas muito rigorosa quanto aos direitos e obrigações de cada membro da sociedade. Aprendia nas aulas e aprendia cá fora! Aprendia nos livros e no convívio com gente de todo o mundo. Procurava-os para tentar compreender como era a vida nos locais de onde eles vinham e quais eram os seus problemas mais agudos. Gostava de saber como tentavam resolvê-los. Os colegas com quem mais facilmente me relacionei foram os latino-americanos e, especialmente, os brasileiros. Ainda hoje mantenho relações

cordiais com muitos deles, particularmente com uma professora da Faculdade de Direito do Recife, de Direito Internacional que, além de académica ilustre (é membro e presidente da Academia Pernambucana de Letras!...), tem uma capacidade de realização absolutamente excepcional: a Prof.^a Margarida de Oliveira que, como dizem os seus conterrâneos mais lentos: “Ela é fogo!”.

Compreende-se, por isso, que eu diga que a minha passagem pelo Institute of Social Studies tenha sido de agitação virtuosa das ideias e de abertura ao mundo. Ainda atualmente, quando vou à Holanda, sinto que não estou numa terra estranha. Não falando holandês – porque eles não nos incentivam muito a isso – gosto de lá estar e de falar com os seus académicos ou com responsáveis da administração e das empresas. Noutras funções, do domínio dos transportes marítimos, tenho ido a Rotterdam e a Amesterdam. Sei como é que eles reagem e entendo-me bem com a sua maneira de agir. Isso deve-se a ter lá vivido quase um ano.

Porque eu queria ligar a investigação que tinha de fazer às condições observadas no território, fiz no meu *research paper* uma aplicação da teoria dos grafos às redes de comunicações. O meu supervisor foi o Dr. J. A. Bourdrez, do Nederlands Economisch Institut de Rotterdam. Era um homem sabedor e muito versado em métodos quantitativos. Eu ia ao gabinete dele dizer o que queria fazer; ele discutia quer a linha do trabalho quer os resultados e punha perguntas com grande acutilância. Interessou-se, realmente, pelo que eu fazia e estou-lhe muito grato por isso. O meu trabalho foi apreciado e classificado com boa nota, para minha satisfação. Na última parte do curso, os chamados seminários pretendiam recriar situações que nós teríamos de enfrentar na prática, como, por exemplo, expor uma determinada linha de actuação inserida num plano de desenvolvimento e proposta por um grupo de três. Todos os outros funcionavam como “opositores”, ou do público ou de um partido da oposição ou de uma entidade financiadora. Tudo isso sob observação de dois professores que metiam a sua “colherada”, sempre do lado dos críticos. Tive a sorte de ser designado muitas vezes para chefiar a equipa que fazia as propostas e aguentar a discussão com os outros que, por vezes, era viva. Deu-me um treino razoável para algumas funções que, nessa ocasião, eu estava muito longe de imaginar que viriam um dia a ser as minhas.

É evidente que o nosso papel, quando estávamos do lado dos “opositores”, também era avaliado. Essa experiência ensinou-me que nunca se deve facilitar; o xeque-mate vem donde e quando menos se espera.

Fui bem classificado e chegaram a auscultar-me acerca do meu interesse em prosseguir carreira no Instituto, o que estava liminarmente arredado, porque eu tinha de regressar ao Porto e havia beneficiado de uma bolsa do Instituto de Alta Cultura que o impunha. De outro modo, teria de devolver tudo quanto tinha recebido.

*

Satisfeito por ter tido sucesso em meio estranho e com matérias novas, regressei ao Porto. Já tinha tomado a decisão de voltar para fora, sabendo mesmo que, desta feita, teria de ser uma formação mais focada num determinado sector e numa escola de Engenharia. Veremos isso no próximo capítulo.

Deram-me, no regresso, as aulas teóricas de Construções e Instalações Industriais e as práticas de Urbanização. Novamente, a primeira disciplina era para todos os estudantes do quinto ano dos cursos de Engenharia com excepção do de Civil e a segunda somente para os do 6.º ano de Engenharia Civil. Prolonguei, assim, o meu contacto com praticamente todos os alunos da Faculdade.

Aproveitei o tempo, também, para aprofundar o meu estudo sobre matérias com as quais tinha contactado na Holanda e para produzir pequenos artigos ou intervenções que me solicitavam. Tratei, assim, da questão da Habitação numa grande conferência que houve sobre o assunto, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, do Planeamento de Infraestruturas para o Turismo, da apresentação e comentário de uma nova lei de solos francesa apresentada pelo Ministro Pisani e mais algumas pequenas intervenções que a formação generalista adquirida no ISS me permitia abordar de forma enquadrada na problemática do desenvolvimento, mas focando assuntos específicos e com carácter orientado para aplicações quase operacionais.

Cessei, durante esse ano, a prática da profissão liberal. Passei o tempo entre as aulas e o meu gabinete, em casa, estudando e escrevendo, consolidando o que tinha aprendido e preparando-me para o que havia de vir.



FIG. Na Holanda.



CAPÍTULO VI

OS TEMPOS DE LONDRES

A formação pós-graduada no estrangeiro ainda suscitava algumas reservas, ao tempo. Não é que, em Portugal, houvesse um acompanhamento próximo do doutoramento, pois não estava sequer instituída formalmente a figura do “supervisor”. O processo do doutoramento era, literalmente, para provar que o candidato tinha demonstrado capacidade para conduzir, por sua conta e risco, uma investigação original. Ele era deixado com a maior liberdade, mas também com total responsabilidade. Quando muito ocorriam umas trocas de impressões informais sobre os resultados que estavam a ser obtidos. Mas, apesar disso, ainda não se tinha estabelecido a lista das universidades estrangeiras cujos graus seriam tornados equivalentes em Portugal, pelo que tudo ficava ao critério do Conselho de cada faculdade que, na melhor das hipóteses, demorava muito a apreciação e a decisão sobre cada caso. Ou seja, o prestígio da escola onde se obtinham os graus contava muito (e, ainda hoje, conta, obviamente).

De qualquer forma, eu sabia que tinha de prestar provas na Universidade do Porto, mas queria avançar mais rapidamente, não confiando muito no auto-didactismo. Sempre desconfiei de quem se faz a si-próprio. Não sai, habitualmente, muito bem feito, ou, pelo menos, perde tempo na exploração de caminhos que podem revelar-se infrutíferos. Há que ir, directamente, ao que importa. Só depois é que se podem fazer incursões exploratórias num ou noutro sentido. Mas o “tronco” de onde se parte tem de ser sólido.

No Reino Unido há muitas e boas escolas de Engenharia e, entre elas, o Imperial College, da Universidade de Londres, ocupa uma posição muito especial. Também sabemos que os departamentos dependem muito de quem está à sua frente e cujo nome os projecta para o exterior.

Eu tinha decidido que, após ter estudado o processo de desenvolvimento, as teorias ou quasi-teorias em que assenta, as suas técnicas de análise, os seus métodos de actuação e os mecanismos para a sua coordenação, deveria aprofundar o sector dos transportes, por ele ser instrumental para o desenvolvimento de cidades, regiões, países e, mesmo, continentes. Esta última dimensão não era sequer falada nessa ocasião, mas a recente definição do Sistema das Redes Trans-europeias de Transportes mostra bem que o grau do interesse pode ser muito ampliado.

Quem chefiava o Departamento de Planeamento dos Transportes do Imperial College era Sir Colin Buchanan, um nome muito conhecido em toda a Grã-Bretanha por ter sido o coordenador de um grupo de trabalho que tinha produzido um dos famosos relatórios que são publicados sob a forma de “livro-verde” ou de “livro-branco” e que traçam as linhas gerais de uma política que há-de ser definida ou que já está devidamente traçada. O relatório tinha o título de “Traffic in Towns” (1) e tinha rompido com as práticas tradicionais de gestão de tráfego para passar a adoptar as de planeamento dos transportes, procurando conhecer as origens e os destinos dos movimentos que ocorrem, propondo acomodá-los nos modos e nos trajectos mais adequados. Depois do êxito deste relatório, foi oferecida a Colin Buchanan a direcção de um novo Departamento de Transportes, no Imperial College e logo a fama se difundiu, havendo sempre muitos candidatos para as quinze vagas que possuía o curso de “Master of Science” instituído. Nessa ocasião os mestrados não eram como os de agora, ditos de Bolonha, pois tratava-se de um grau realmente exigente, que muito poucos alcançavam. Era, de facto, a antecâmara do doutoramento. O recrutamento era internacional mas, na composição do curso, dominavam os britânicos, a maior parte oriunda das grandes universidades. No meu ano havia um alemão, um espanhol (da Escuela de Caminos, Canales y Puertos) e eu.

No corpo docente, além do Professor Buchanan, figuravam dois dos seus antigos colaboradores no grupo de “Traffic in Towns” e mais dois juniores. Havia muitos professores convidados, tal como na Holanda e o esquema de distribuição do tempo era semelhante: aulas teóricas de manhã e práticas e estudo de tarde. Eu passava grande parte do tempo na biblioteca onde, em Dezembro, a noite londrina

me surpreendia às quatro horas. Às cinco e meia tudo fechava e eu ia, então, para a excelente piscina, onde a maior parte das vezes, nadava sozinho, porque muitos estudantes, vivendo na periferia, tinham de correr para o metropolitano. Eu vivia em South Kensington, “at a walking distance”, pelo que podia por isso dar-me ao luxo de não sair esfoguetado.

Como dizia o Professor, o curso visava uma “education” e não a mera aprendizagem de técnicas de tráfego. Dentro desse espírito, o primeiro exercício prático foi a descrição de três ruas – uma residencial, outra comercial e outra de armazéns de retém – expondo a relação que nelas víamos entre a ocupação das construções e o tráfego gerado. As capacidades de observação de cada um foram postas à prova, porque tudo foi escalpelizado ao pormenor. O mais exigente era um docente sénior que tinha um lábio leporino. Era licenciado em Geografia por Cambridge e, manifestamente, muito inteligente. Mas causava-me uma grande ansiedade, porque, mais do que compreender o que ele dizia, eu tinha de adivinhar o que ele queria dizer. Apesar disso, tivemos uma boa relação. Ele achava que o vinho da Madeira era um “excellent mid-morning drink”, mas também que havia outros excelentes, para outras ocasiões, ao longo do dia.

Posso dizer que, durante o curso, contactei com o melhor que a Grã-Bretanha podia oferecer em matéria de profissionais de transportes. Porém, o ambiente de trabalho era algo “seco”, pois cada um tratava de si, não havendo muitas trocas de informação acerca do que cada um sabia ou das fontes que descobria. O que eu verifiquei é que todos trabalhavam de forma muito empenhada, porque sabiam que, no final, iriam concorrer aos mesmos empregos e, dentro destes, os realmente bons não eram muitos. Por isso aproximei-me mais do espanhol e de um escocês que queria ir para “public relations” de uma grande empresa de construção, viajando pelo mundo, dizendo-o abertamente, de modo que não estava no grupo dos que tinham de concorrer entre si.

Ainda mantive contactos com um que foi trabalhar para Hong-Kong e com outro que cantava, com a namorada, num coro que ouvi várias vezes. Foi por intermédio dele que me fiz sócio de um grupo frequentador de Convent Garden, nos lugares mais baratos e, comprados por atacado, de um outro grupo que se juntou

para comprar bilhetes em Dezembro para a Paixão segundo S. Mateus, de Bach, dirigida por Richter no Royal Festival Hall, em Abril do ano seguinte. Mais uma vez verifiquei as vantagens do associativismo espontâneo, estruturado em torno de um objectivo bem definido e do planeamento e gestão do tempo. Tudo parecia fluir sem esforço, mas tudo estava devidamente programado.

Fizemos visitas às principais instituições responsáveis pelos transportes onde, após exposições geralmente bem preparadas, havia sempre trocas de impressões muito vivas. Fomos a Colónia estudar a organização dos transportes metropolitanos respectiva e a organização alemã deixou-nos uma recordação marcante. E fomos a Paris, onde a Régie Autonome des Transports Parisiens nos proporcionou sessões que patentearam bem a alta qualidade da técnica e da organização francesas. E, em mim, soava sempre com solenidade, quando chegávamos, o anúncio “Les élèves du Collège Impériale”!... Apetecia-me logo dizer: “Vive l’Empereur!”... Éramos muitas vezes solicitados para fazer exposições sobre o que quiséssemos. Eu escolhia, sistematicamente, temas da área do desenvolvimento na qual os meus colegas se mostraram interessados e da qual pouco sabiam. Essas exposições exigiam sempre uma cuidadosa preparação, porque a participação de todos ia contando para a formulação, por parte dos docentes, de uma ideia acerca do discente que, sabíamos, iria ser incorporada na avaliação final. Os exames também eram treinados e algumas perguntas de anos anteriores eram distribuídas e respondidas, sendo as respostas comentadas, com cada um, pelo respectivo supervisor.

Eu, nessa ocasião, apreciava muito o trabalho desenvolvido em Cambridge numa unidade chefiada por um chileno, chamado Echenique. Trata-se do instituto para “Land Use and Built Forms Studies” que tanto contribuiu para os avanços teóricos e para a construção de modelos. Eles deram um enorme impulso aos modelos matemáticos aplicados ao planeamento urbano, nomeadamente aos dos transportes. Mas esta não era uma aproximação muito favorita da minha unidade. É evidente que o exagero da abstracção pode fazer-nos descolar facilmente da realidade. Mas ela ajuda-nos a formular perguntas cujas respostas podem ser inspiradoras, particularmente num campo onde tem de se prosseguir sempre por via

da comparação entre alternativas diversas, quando se chega à fase da formulação de propostas de solução.

Os docentes mais velhos gostavam, particularmente, da discussão na sequência de uma exposição em relação à qual eram exigentes. Apreciavam sempre deixar no ar uma pergunta acerca das soluções que cada um propunha para resolver um dado problema. Exposta aquela, ela era escarpada em profundidade, destruindo-a impiedosamente até se pegar nos “cacos” e reconstruir uma solução viável. Foi um bom treino para me preparar para muitas situações da vida real.

Um dos problemas mais difíceis com que qualquer planeador se confronta é o de encontrar dados que sejam fáceis de quantificar e baratos de obter e que traduzam os factos e os comportamentos que tem de reproduzir ou de modelar para poder descrever ou explicar as situações observadas ou para projectar soluções com vista à resolução dos problemas detectados. Muitos estão publicados pelas instituições de estatística nacionais ou regionais. Mas, para certos fins, não há elementos de informação devidamente quantificados. Quando tal se justifica, fazem-se inquéritos devidamente preparados, mas eles são sempre muito dispendiosos por envolverem uma mão-de-obra que sendo, geralmente, modestamente paga, é sempre muito numerosa. Recorre-se, algumas vezes, a indicadores indirectos para traduzir certos factos ou comportamentos, muito apetecidos quando já estão recolhidos e não se paga nada ou quase nada pelo acesso aos mesmos. Mas, em certas circunstâncias, só a informação directa é relevante, sucedendo que, muitas vezes, não há muitos meios para a pagar. A maior parte dos modelos de geração de tráfego usam dados já disponíveis: o número de habitantes, o número de famílias residentes, a taxa de motorização, a densidade de ocupação, o uso dos espaços construídos, etc. Mas há situações em que é necessário aferir, de modo fino, os caudais produzidos ou atraídos. Em relação a um estádio de futebol isso não é difícil, porque a sua capacidade está definida e só nos afligem, verdadeiramente, as situações de ponta. Assim, sabe-se que um grande recinto desportivo leva algumas horas a encher, mas tem de ser escoado em poucos minutos, com a mobilização de vários modos de transporte. Ora, qualquer solução para resolver o problema tem custos associados e estes podem ser muito diversos e muito grandes.

Em relação a ocupações do território difusas, a formação dos fluxos costuma ser lenta e, portanto, a calibração das vias não adquire contornos críticos. Mas quando há concentrações de ocupação – hospitais, escolas, grandes armazéns de venda ao público ou centros comerciais, ... – estão sempre em jogo grandes somas e grandes sarilhos potenciais. Por isso, importa ser criativo na procura de dados que alimentem os modelos matemáticos que traduzem os volumes do tráfego gerado. Se esses dados forem recolhidos para outros fins, já estiverem pagos e nos puderem ser fornecidos, o trabalho do planeador fica facilitado. Assim, foi por isso que eu fiz a minha tese sobre os dados disponíveis que mais adequadamente poderiam ser usados para aferir os fluxos de tráfego associados a grandes geradores pontuais. Falei com dezenas de responsáveis pela exploração dos mesmos que, compreendendo a relevância da informação de que dispunham, mantiveram comigo longas conversas para me elucidarem acerca do que estava acessível. Não me forneciam os dados, obviamente, mas aceitavam discutir o que lhes servia para a gestão corrente das suas instituições. Não é um tema exaltante, mas tem a vantagem de ser de uma enorme utilidade para quem tem de manobrar com grandes volumes de informação, através de equações que darão tanto melhores resultados quanto mais e mais relevantes forem as variáveis independentes que incluírem.

Eu gostei muito de viver em Londres! Era só ao sábado que eu podia beneficiar das muitas amenidades que a cidade oferece, porque à semana tinha aulas e o domingo até meio da tarde era dia de leitura. Mas podia programar a visita a exposições que me foram introduzindo na arte contemporânea e a fruir da música que tem em Londres lugares altos mundiais. O Royal Festival Hall ainda é o local onde eu mais vezes fui, para assistir toda a sorte de concertos ou recitais. Mas o Wigmore Hall também está entre os meus locais favoritos.

Havia, nessa ocasião, um grupo de portugueses em posição semelhante à minha, com quem passei a dar-me e construí amizades que perduraram. Alguns deles eram companheiros indispensáveis para essas visitas às exposições ou idas à música. Suponho que todos guardamos dessa época (1970-71) uma grande recordação, como é demonstrado pelas referências que fazemos a esse tempo quando agora nos encontramos.

Uma cidade cheia de oportunidades, quando a conhecemos bem, tem sempre motivos para nos ocupar ou entreter. É por isso que eu concordo muito com o dito do Dr. Samuel Johnson: “When a man is tired of London, he is tired of life”. Quando lá estou saio cedo e recolho tarde, porque quero aproveitar e saborear todos os momentos. Esse é um benefício lateral, mas não despreciando, de lá ter vivido uns tempos.



CAPÍTULO VII

O REGRESSO AO PORTO

Findas as provas, regressei ao Porto. Como o serviço docente já estava distribuído, o Director da Faculdade, Prof. Armando Campos e Matos, incumbiu-me de elaborar o programa para as novas instalações, devendo para isso, auscultar todos os responsáveis pelos diversos departamentos e todos os professores. O edifício da Rua dos Bragas e os seus numerosos anexos já não comportavam as necessidades da Faculdade e, por isso, contemplava-se a construção de umas novas instalações na Asprela – onde hoje estão situadas – sendo necessário estabelecer um programa para entregar aos arquitectos. É interessante registar as reacções dos entrevistados: alguns entusiasmaram-se e colaboraram com dinamismo; outros manifestaram descrença quanto à concretização do projecto; outros, ainda, opuseram-se com indignação: “Então você quer-nos tirar daqui? A tabacaria onde eu compro o “Match” é aqui ao lado! Onde é que eu vou pôr o carro para ir para o meu escritório, que é duas ruas adiante?”. E mais um sem número de razões, todas elas nobres e ponderosas... Mas lá registei os valores das áreas e articulações pretendidas e fiz o relatório de que tinha sido incumbido. Sobre ele, o Prof. António Barbosa de Abreu esboçou um arranjo à volta de um eixo que permitiria uma construção faseada. A equipa de arquitectos que veio a pegar no projecto manteve o eixo, mas dividiu-o em dois paralelos, com um espaço verde pelo meio. Vinte anos depois, os fundos comunitários permitiram fazer a construção toda de uma vez, já sem protestos. Ficou-me a memória das alegrias da participação em meio “gasoso rarefeito” como é, habitualmente, o académico.

Comecei a trabalhar afincadamente na redacção da tese, pois continuava interessado em avançar no domínio da teoria e dos modelos urbanos por ver neles algumas virtualidades. O título da tese foi: “Esquemas teóricos e modelos de estruturas espaciais urbanas”. O meu orientador foi o Prof. Barbosa de Abreu, a

quem fiquei devedor de uma disponibilidade permanente e de um interesse muito expressivo por aquilo que eu lhe ia apresentando. Logo que cada capítulo estava pronto ele lia-o e criticava-o, ajudando muito a dar-lhe a forma final. A crítica exercia-se sobre o conteúdo e sobre o modo de expressão que, ele insistia, tinha de ser claro e escrito em português correto.

Fiquei admirado, uns anos depois, quando uma sobrinha me disse que os dois primeiros capítulos do livro eram indicados como leitura recomendada no liceu onde ela andava, para os alunos do 7.º ano antigo, na disciplina de...Filosofia!

Entretanto, fui trabalhando noutras coisas.

Logo que cheguei de Londres perguntaram-me se eu poderia dar uma ajuda na elaboração da contribuição da Região do Norte para o IV Plano de Fomento. Havia uma estrutura montada com Comissões de Planeamento Regional que tinham, cada uma, um pequeno núcleo permanente e funcionavam, essencialmente, através das contribuições de grupos de trabalho sectoriais que eram discutidas no seio de cada grupo e, depois, agregadas através da coordenação do Presidente da Comissão com o auxílio dos elementos daquele núcleo.

Este, na Comissão do Norte, era constituído por três Senhoras que formaram, durante muitos anos, os verdadeiros pilares da instituição: a Dr.^a Maria Fernanda Ribeiro dos Santos, a Dr.^a Isabel Maria Aguiar-Branco Cardoso Ayres e a Dr.^a Maria Isabel Escudeiro Santos Aires. Toda a gente, na Região, as conhecia pelo seu profissionalismo e dedicação. A primeira tratava, especialmente, das questões da indústria e da agricultura; a segunda das infra-estruturas; e a terceira dos assuntos sociais, particularmente do sector da saúde, onde deixou obra de muito mérito, e da educação.

Os grupos de trabalho, eram os seguintes: o de infra-estruturas; o da indústria; o do comércio; o da agricultura; o do turismo; o do emprego e assuntos sociais e o da educação e cultura. O presidente do primeiro era o Prof. Barbosa de Abreu que me convidou para ser o relator. Nele estavam representados os serviços regionais das estradas, caminhos-de-ferro, aeroporto de Pedras Rubras, portos do Douro e Leixões, habitação, urbanização e recursos hídricos. Os membros do grupo eram todos seniores e eu o mais novo.

Quando fui convidado para o cargo, o Presidente da Comissão era o Dr. João Mota de Campos que, entretanto (30-10-1971), foi nomeado Ministro Adjunto do Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, com a tutela das Comissões de Planeamento. Conheci-o pessoalmente nos finais desse ano, durante um seminário realizado em Ofir, para o lançamento dos trabalhos da componente regional do Plano de Fomento.

No princípio de 1972 foi designado como Presidente da Comissão o Eng.^o António Carneiro, engenheiro silvicultor, homem inteligente e culto, com uma invulgar capacidade de coordenação. Era a primeira vez que, em Portugal, se fazia um exercício de participação tão amplo na preparação de um Plano de Fomento, por isso havia muitas situações de choque entre os que aprovavam a metodologia e os que se lhe opunham. O mais obstinado dos opositores era o Ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, que chegou ao ponto de proibir que as reuniões de trabalho tivessem lugar em instalações dos Governos Civis, mas tolerava que o Governador fosse, a título particular, almoçar com os membros dos grupos de trabalho, até para se manter informado acerca das propostas de acção que eles iriam fazer. Sabia-se que as relações entre o Ministro Adjunto e o Ministro do Interior não eram as mais francas e cordiais, o desacerto tendo começado logo na primeira reunião do Conselho de Ministros após a posse, por uma questão de precedências à volta da mesa... Tudo se vem a saber cá fora!... Mas, diante dessas dificuldades, o Eng.^o António Carneiro era exímio em resolver conflitos ou sensibilidades feridas e, especialmente, na dinamização das reuniões em que ele queria, naturalmente, extrair o máximo das pessoas que participavam. Conhecia os dois ministros e limava bem as arestas, estando sempre atento àquilo que podia suscitar uma fricção menos conveniente. Era um diplomata nato.

Para conhecer bem o teor das propostas feitas, eu comecei a viajar pela Região do Norte com o presidente do grupo de trabalho. Aprendemos muito e, especialmente, conhecemos os actores que, no terreno, sabiam os problemas e as dificuldades, e esboçavam soluções para os ultrapassar. Mas ainda não se falava com confiança. Tudo era cauteloso. De qualquer modo, o meu relatório foi aprovado no grupo, transmitido à Comissão e, posteriormente, ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros que tinha o encargo de coordenar a

elaboração do Plano de Fomento. Cada grupo fez o seu relatório. Todos juntos constituíram os chamados Relatórios Preparatórios do IV Plano de Fomento. O Secretariado era um órgão de elite da administração pública portuguesa de então. Dele saíram muitos governantes para o pós-1974, entre os quais, o que mais altas responsabilidades veio a assumir foi o Eng.^o António Guterres. Contudo, muitos outros foram Ministros e Secretários de Estado, tais como: Dr. Victor Constâncio, Eng.^o João Cravinho, Dr. Carlos Correia Gago, Eng.^o Manuel Ferreira Lima, Dr.^a Maria José Constâncio, Dr.^a Helena Torres Marques...

Também nos Ministérios foram criados Gabinetes de Estudo e Planeamento dirigidos por técnicos muito competentes. O Director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação era o Dr. Pedro Loff e nele trabalhavam o Eng.^o Adelino Amaro da Costa, o Eng.^o Roberto Carneiro, o Prof. Fraústio da Silva, o Dr. Protes da Fonseca,... O Director-geral da Saúde era o Prof. Arnaldo Sampaio e o do GEP da Saúde o Dr. Luís Magão. O GEP da Agricultura tinha como consultor o Prof. Castro Caldas. A Directora-geral do GEP da Indústria era a Dr.^a Aurora Murteira e nele trabalhava a Dr.^a Elsa Ferreira. Posteriormente, quando houve que cruzar as propostas sectoriais com as regionais, conheci-os a todos. Com alguns retomei contactos e colaborei; com muitos vim a estabelecer relações de amizade.

O regime tinha os seus barões e, no Norte, um deles – o senhor António Santos da Cunha – uma personalidade de simpatia transbordante e um acérrimo defensor da sua terra. Conheci-o como Governador Civil de Braga, mas tinha sido Presidente da Câmara, havendo, nessas funções, conquistado o respeito e a estima dos seus munícipes que lhe ergueram uma estátua, após a sua morte, inaugurada na vigência de uma Câmara socialista que, inteligentemente, não hesitou em se associar à homenagem. Um outro era o Eng.^o Camilo de Mendonça, de Mirandela, homem inteligente, mas algo visionário, muito abrasivo nas relações. Tinha um sonho – o complexo do Cachão – para cuja realização conseguiu meios já nessa ocasião considerados como desproporcionados para a acção desenvolvida. Do projecto não se extraiu tudo quanto o investimento feito justificava, porque faltou uma acção mais intensiva junto dos agricultores que são geralmente lentos na adopção de inovações, especialmente se não se

aperceberem, pela boca ou pela carteira, do resultado do seu esforço. E, também, junto do mercado, uma pecha comum a muitos projectos de agricultura em Portugal. Era o seu peso político que conseguia os dinheiros, pois sabia bater o pé e arrancá-los, especialmente, junto do Presidente do Conselho. No terreno, a velocidade de mudança foi lenta e o sentido comercial não foi grande, tudo isso tendo criado uma grande frustração no fundador. Depois do 25 de Abril foi para o Brasil, não tendo voltado à actividade em Portugal. Estive com ele uma só vez, em Vila Real, Sabia-se que viria a uma reunião e pediram-me, já tarde na véspera, para ir “aguentar a discussão” que, de certeza, se tornaria brava. Assim aconteceu. Ele era um contendor de respeito! Disse o que quis e eu, com muito menos inflamação, reafirmei o que constava das nossas propostas e da sua justificação. Insinuou que eu era um “académico” e ficou na sua de defensor da sua terra e do seu projecto, sempre com injeção de mais dinheiro ou de mais crédito, o que vinha a dar no mesmo. Despedimo-nos civilizadamente. Os outros notáveis eram menos afirmativos e viviam muito à sombra da sua lealdade ao regime. Não contribuíram, pelo seu peso específico, nem para o revigoramento do mesmo, nem para a sua evolução. Aproveitavam-se dele para levar a sua vidinha. Já não acreditavam nele.

Acabada a tese, apresentei-a e requeri provas. Do júri faziam parte todos os professores catedráticos da casa e o Prof. Manuel da Costa Lobo, do Instituto Superior Técnico. Não havia, então, mais professores destas matérias em Portugal. As provas correram-me muito bem, tendo sido aprovado “com distinção e louvor”. Como nesse tempo, os amigos e as pessoas do meio profissional vinham assistir à última prova, à defesa da tese, tive casa cheia!

Quando fui chamado à Sala do Conselho para me comunicarem o resultado senti um clima de grande simpatia entre os professores. O Presidente do Júri, comunicou-me o resultado, deu-me os parabéns e disse-me das expectativas que a Faculdade tinha a meu respeito e o Prof. Barbosa de Abreu estava quase comovido quando me abraçou. Cá fora, os meus amigos fizeram-me um acolhimento caloroso. Tinham acompanhado a minha carreira, sentiam que, ao modo de cada um, tinham participado nela e mostraram-me o seu contentamento, rodeando-me com um afecto que não esqueço.

Quando chegou junto de mim o Eng.^o António Carneiro, além de me ter felicitado, disse-me que tinha urgência em falar comigo. Propus-lhe a segunda-feira seguinte, porque queria passar o fim de semana fora, mas ele insistiu em que tinha de ser nessa tarde, porque iria para o estrangeiro uma semana e gostaria de resolver o assunto antes de sair.

Depois de ter almoçado com a família lá fui à Comissão de Planeamento. Convidou-me para ser o Coordenador do Gabinete Técnico, pois aproximava-se uma fase aguda de preparação da contribuição regional para o IV Plano de Fomento e isso reclamava um esforço especial de coordenação que ele achava que eu me situava em posição de assegurar. Estávamos a 15 de Março de 1973 e perguntei-lhe se era para começar em Abril. Não, não! Era para ser naquele instante! Rimo-nos e foi comigo apresentar-me aos técnicos já na minha nova condição, uma vez que eu os conhecia a todos. Era suposto ser a meio-tempo para articular com as minhas tarefas na Faculdade. De modo que, na tarde do dia seguinte, lá fui para a Praça Velasquez, onde ganhei o hábito de ficar até às oito ou nove da noite, porque o trabalho não faltava e era preciso que tudo estivesse pronto a horas. Foi a partir desse momento que eu encetei relações mais formais com os restantes organismos que integravam o sistema de planeamento, nomeadamente as outras Comissões de Planeamento. As Regiões de Planeamento tinham começado por ser quatro: do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo e do Sul, compreendendo esta o Alentejo e o Algarve. Cedo se verificou, contudo, que o Reino dos Algarves tinha de constituir uma região *per se*, o que foi feito sem demoras. Assim se passou a ter cinco regiões no continente e mais duas insulares

As relações com as outras comissões eram mais frequentes em relação à do Centro e à de Lisboa e Vale do Tejo. A primeira era presidida pelo Eng.^o Engrácia Carrilho, um homem-bom de Viseu, antigo Provedor da Misericórdia, antigo Governador Civil e mais uma série de outras funções que desempenhava sempre com inteligência, dedicação e uma afabilidade exemplar. Vim a reatar relações com ele como Presidente da Câmara Municipal de Viseu e eu como Ministro do Planeamento e Administração do Território. Os Viseenses tinham por ele grande estima. Era o

e. Nele se faz a distinção entre polos de crescimento e polos de desenvolvimento.

pai de Manuel Maria Carrilho que viria a ser Ministro da Cultura e um irrequieto membro do Partido Socialista. Tive um sincero desgosto quando soube da sua morte, num brutal acidente de automóvel em Espinho. A Comissão de Lisboa era presidida pelo Eng.^o António Martins que, simultaneamente, exercia as funções de presidente do Gabinete da Área de Sines e, nesta qualidade, tinha acesso directo ao Presidente do Conselho. O estatuto do Gabinete era, a todos os títulos, excepcional, tanto nos instrumentos jurídicos a que tinha acesso, como nos meios financeiros de que dispunha. O caderno de encargos era, conceptualmente, simples. Tratava-se de fazer, na costa alentejana, um “polo de crescimento” – cuja teoria tinha, recentemente, sido desenvolvida e exposta por François Perroux^e (1) e, tirando partido dos excepcionais fundos marinhos que ali existem junto à costa, construir um porto de “transshipment” que servisse entre outras indústrias, uma grande refinaria, onde as ramas chegariam e de onde partiriam produtos refinados. O polo seria diversificado tanto nas empresas industriais como em numerosas outras actividades, incluindo o turismo. Era necessário trazer água doce de uma barragem nova, fazer uma cidade de raiz em Santo André, preparar terreno industrial para alojar indústrias várias, ligar o polo a um *hinterland* vasto, por estrada e caminho-de-ferro, construir uma central térmica e acolher empresas diversas, nacionais e estrangeiras, com as quais haveria de se negociar a sua instalação. Era um projecto imenso que tinha sido concebido como obra emblemática do novo Governo na qual o Presidente do Conselho Marcello Caetano depositava grandes esperanças políticas e económicas. O crescimento da parte sul do país seria induzido a partir daquele polo pelas numerosas relações que se haveriam de estabelecer e projectar para o interior. O problema energético do país teria ali um instrumento de resolução fundamental. As relações económicas externas também beneficiariam com a instalação de numerosas empresas junto de um porto a todos os títulos excepcional. O Eng.^o António Martins dirigia o Gabinete da Área de Sines com grande energia e voluntarismo. Tinha assessores nacionais e estrangeiros para os diversos sectores e, também eu, tive alguns contactos com os técnicos de um gabinete israelita que o apoiava no domínio do planeamento urbano e, em especial, em relação à nova cidade de Santo André. Ainda mantenho relações de amizade com alguns dos técnicos portugueses que lá trabalhavam.

Este projecto, que estava bem lançado em 25 de Abril de 1974, foi interrompido de supetão, tendo entrado num processo de indefinições e hesitações que culminou com a decisão da extinção do Gabinete, tendo eu sido designado, onze anos depois, para a concluir. Tive de o fazer, mas não pude deixar de ficar admirado com o trabalho feito na sua montagem, com a dimensão do “sonho” que esteve na sua base e com a percepção que o Presidente do Conselho teve de que, para levar a sua obra em frente, teria de dar meios a uma estrutura de coordenação com poderes concentrados e instrumentos operacionais excepcionais. Não quero extrair nenhuma moralidade apressada do que acabo de afirmar, mas não posso deixar de exprimir a necessidade de conceber fórmulas institucionais consonantes com os atributos da comunidade, no estágio de desenvolvimento em que ela se encontra. O Prof. Marcello Caetano queria construir um polo de desenvolvimento tal como lhe tinha sido sugerido e pretendia fazê-lo depressa. Para isso concentrou o poder numa estrutura à margem da Administração, sendo muito criticado logo nessa ocasião, naturalmente por quem perdeu oportunidade de intervir, nomeadamente Ministros e Secretários de Estado. Vistas as coisas a quatro décadas de distância, recomendo que, ao estudar a fórmula institucional adoptada, se olhe para as circunstâncias do tempo e para a urgência de concretização dos objectivos fixados. É sempre fútil perder tempo a traçar cenários acerca de como teriam corrido as coisas se não tivessem sido interrompidas. O facto é que foram. Faz parte da história. E é preciso analisar tudo no contexto político, económico e institucional do tempo em que as decisões foram tomadas.

*

Durante os meses até ao Verão de 1973 começámos a esboçar um novo plano de estudos para a Opção de Planeamento que, entretanto, tinha sido criada no âmbito do Curso de Engenharia Civil. Foi decidido criar três cadeiras novas para a Opção e uma geral para todos os futuros engenheiros civis. As primeiras eram Planeamento Territorial, Planeamento de Transportes e Seminário de Planeamento. Fiquei encarregado de todas elas e foi uma época excelente em que os novos assistentes e os alunos participaram com entusiasmo. Sabíamos que estávamos a fazer coisas novas e a robustecer a preparação dos discentes e a escolha

das opções sempre teve a ver com a percepção que os estudantes tinham em relação às oportunidades de emprego. Alguns deixavam-se orientar por aquilo que se quadrava melhor com as suas aptidões ou gostos pessoais, mas lembro-me de que havia sessões com os professores das diversas opções, com vista a ajudar os discentes a tomar uma decisão informada. Muitos dos meus colegas não cediam à tentação de fazer a apologia das opções de que eram professores. Eu sempre disse, nessas sessões, que eles deveriam ir para aquela de que gostassem mais e onde pudessem sentir-se realizados pessoalmente. Isso, dentro do princípio de que se faz melhor quando se gosta... E na certeza de que a vida nos leva para caminhos que não são fáceis de prever. O melhor é dar o máximo em todas as circunstâncias, porque é isso que se irá ter de fazer durante toda a vida para se conseguir algum sucesso. Alguns vinham agradecer-me, no final, por eu ter sido tão “franco”... Estava nessa ocasião em curso um grande estudo de ordenamento do território para a Área Metropolitana do Porto. O responsável era o Prof. Manuel da Costa Lobo que tinha como co-responsável o Prof. Percy Johnson-Marshall, da Universidade de Edimburgo. Propuseram-me fazer toda a parte das projecções demográficas, o que eu fiz com grande pormenor e com um relato minucioso da metodologia seguida. Eu achava que não era natural que viesse a estar em posição de fazer um outro estudo similar; por isso, deixei registados todos os pressupostos e esclarecidos todos os passos a que recorri na elaboração das projecções. Alguém que, a seguir, tivesse de actualizar o trabalho, não experimentaria grandes dificuldades nem para criticar o que tinha sido feito, nem para, adoptando a mesma metodologia, prosseguir com o trabalho. Tudo isso e as contribuições de alguns outros devem ter sido remetidas para o lixo, na sequência do 25 de Abril, pois este período foi muito perturbado e mesmo as coisas que eram exclusivamente técnicas foram consideradas como empestadas por qualquer fungo perigoso que exigia expurgo imediato.

Entretanto, mantive contactos muito proveitosos para mim com o Prof. Johnson-Marshall, um profissional de uma grande distinção e de uma cultura vastíssima. Gostava de passar as suas férias nos grandes arquivos europeus, estudando plantas de cidades antigas e as suas descrições. O seu local favorito era o *Archivo de Indias*, em Sevilha, onde passava o mês de Agosto, analisando as preciosida-

des que ele encerra, particularmente em relação às cidades da América Hispânica. Eu brincava com ele, recordando-lhe o dito “Sevilla, en Agosto, es para los perros y para los ingleses”... Mas ele insistia no bom ambiente de que gozava no Arquivo: não havia ninguém a perturbá-lo e o funcionário de serviço deixava-o ter acesso às maiores preciosidades.

O Prof. Johnson-Marshall tinha uma história pessoal que poderia inspirar uma novela. Recém-licenciado nos anos trinta, foi incorporado, em 1939, como oficial de Engenharia num regimento baseado em Londres. Vivia em Coventry, onde ficaram a mulher e os filhos, e após o bombardeamento dessa cidade pela aviação alemã, foi destacado para os trabalhos de desentulhamento e limpeza. Quando lá chegou verificou que a sua casa tinha sido completamente destruída, tendo perecido, no seu interior, toda a sua família. Solicitou ao comando que o enviasse para a Índia, porque não estava em condições emocionais de continuar a combater em Inglaterra e lá, conheceu uma enfermeira anglo-argentina que era de uma serenidade e de um encanto que pude apreciar, mais de trinta anos depois, em Edimburgo, onde fui dar algumas aulas a seu convite. Ela geria a sua numerosa família com um bom-humor exemplar e com cumplicidades manifestas com cada um dos filhos. Como se pode imaginar, era uma devota colaboradora nas investigações do Archivo de Índias...

A minha preocupação de reforçar as ligações internacionais da Secção de Planeamento manifestava-se pelo envio de assistentes para estagiar em universidades de referência e pela organização de encontros de um ou dois dias na Faculdade. Como havia poucas iniciativas deste género e como os temas e os intervenientes eram escolhidos com cuidado, esses encontros atraíam sempre bastantes profissionais que seguiam tudo com atenção, mas não participavam. A partir de certa altura tive, mesmo, que designar algumas “lebres” para iniciar a discussão e para não ter de ser eu, sistematicamente, o único interlocutor dos meus próprios convidados. Ainda se mantém esta propensão para o silêncio...que é um bocadinho embaraçante.

Estava a decorrer nos dias 24 e 25 de Abril de 1974 um desses seminários. No dia 24 tudo correu com normalidade mas, na manhã do dia 25, quando fui buscar, às oito e pouco da manhã, dois palestrantes ao Hotel da Batalha fiquei surpreendido pelo pouco movimento que havia, mas não sabia a causa. Esta só a soube no

átrio do próprio hotel pelo porteiro que me desfechou, logo que me apeei “Então não sabe da revolução?”. Não sabia e lá fomos para a Faculdade onde o seminário continuou. Seguíamos as notícias através da minha secretária que tinha ligado um “transistor” e que vinha periodicamente ao salão nobre dar-nos as novidades. A minha preocupação era com os estrangeiros presentes, uma vez que os voos foram todos cancelados. Ainda há poucos anos encontrei um de dois franceses que tiveram de sair pela Galiza, tendo apanhado um táxi até à ponte de Valença que atravessaram a pé, com as malas, para tomar um comboio que os levou para Madrid, de onde regressaram a Paris.

Ao princípio da tarde já não havia condições para continuar com o Encontro. O que todos nós queríamos era estar diante da televisão a assistir a tudo, em directo. Assim, logo que eu tive a certeza de que, de táxi ou de comboio, os estrangeiros já estavam a caminho dos seus países, fui também postar-me diante do aparelho, para não perder nada do que estava a acontecer.

Começou, então, um período de grandes expectativas. Com mais alguns colegas produzíamos versões sucessivas de estatutos para a Faculdade, propondo dotá-la de estruturas participativas até aí inexistentes. Fui eleito vice-presidente da Assembleia de Escola, sendo presidente o Prof. Diogo de Paiva Brandão, com quem eu tinha relações muito cordiais, mas ele logo me avisou de que só estaria até à meia-noite e que eu teria de assumir funções depois disso. Sucedia que as decisões importantes só às três ou quatro da manhã é que começavam a ser tomadas... Não foram tempos brandos!...

Percebemos cedo que era o Partido Comunista que tinha organização e que tudo podia controlar... E assim foi. Apesar de haver grupos de extrema-esquerda muito activos, eles estavam divididos e cultivavam os seus antagonismos. Não tinham, por isso, eficácia nenhuma. O Partido Socialista, o Partido Popular Democrático e o Centro Democrático Social levaram tempo a organizar-se.

A Faculdade de Engenharia não era um bastião revolucionário, como foram então as Faculdades de Economia, de Direito ou, mesmo de Letras. Mas havia militantes que tinham de “mostrar serviço” e, por isso, impulsionaram saneamentos, banimentos de contratos para novos assistentes que não fossem da cor dominante das assembleias que apreciavam as candidaturas, etc. Eu era, então, o mais jovem

doutor da Faculdade. Por isso, os velhos professores pediam-me para assistir às suas reuniões para tentar perceber o que se estava a passar. Eu descrevia-lhes as propostas de regulamento que se substituíam umas às outras, literalmente todos os dias. Não me posso esquecer do espanto de um deles que, aliás, tinha sido reitor e que me dizia que “Nós temos de cumprir a Lei!”, ao que eu retorquia “Mas houve uma Revolução! Não há lei! Temos de a fazer de novo”. Ele ficou como tendo caído das nuvens. O seu mundo estava a ruir. Era, contudo, um grande professor e cientista, autor de livros de filosofia, além dos de engenharia.

Conseguiu-se evitar o saneamento de alguns professores condenados não por serem anti-democráticos, mas por terem desempenhado funções administrativas na Escola. Todavia, eu vi reprovadas duas propostas para assistentes e serem-me impostos dois outros que não foram parar longe em termos de carreira académica. Um dos que eu havia proposto ficou de tal forma traumatizado que emigrou para os Estados- Unidos, onde fez um percurso profissional muito pouco comum, na Microsoft. Nunca mais voltou.

Apesar de toda a agitação, as aulas não foram interrompidas, os exames foram feitos e o ano lectivo seguinte começou. O poder, na Faculdade, estava firme nas mãos de representantes do Partido Comunista que faziam grande proselitismo das suas ideias, mas não exageravam no “bota-abaixo”. Um dia, obviamente por descuido de alguém, encontrei na sala de aula um prospecto sobre o que um bom comunista empenhado na acção deveria pensar e dizer acerca dos problemas então sentidos na bacia leiteira do Baixo-Ave... Nada era deixado sem enquadramento... Como sucedeu em todo o país, os comportamentos oportunistas abundavam. Não me posso esquecer do caloroso abraço de felicitações que deu ao director comunista recém-eleito, um docente muito conotado com a extrema-direita e que a ela voltou quando o perigo passou. Não tenho a certeza de que ele tenha desconfiado acerca da causa da enorme reserva com que insisti em tratá-lo depois desse amplexo fraterno, dado ao seu maior adversário ideológico... Não era preciso tanto! A desculpa, como acontece muitas vezes, deveriam ser os filhos que ele teria de orientar na vida... Em Portugal, a tradição dos “adesivos” é velha. Chamavam-se “adesivos” aos monárquicos que, em 1911, tiveram pressa em declarar-se republicanos. Alguns conseguiram a proeza de ocupar cargos importantes nos dois regimes.

Isso, em ginástica, designa-se por ter um bom “jogo de cintura”. Não sei se mantém o respeito por si próprios; têm garantida, contudo, a desconfiança dos demais.

*

Na Comissão de Planeamento, a actividade foi, compreensivelmente, muito afectada. O seu Presidente tinha exercido as funções de Governador Civil de Portalegre, embora fosse conhecido pelas suas ideias liberais e tivesse relações estreitas com muita gente da oposição ao regime deposto. Apesar disso, teve de se defender num processo em que, além da demissão, se propunham retirar-lhe os direitos cívicos. Passou um mau bocado, mas concederam que ele levaria o mandato até ao fim, o que viria a acontecer em Maio de 1975.

Entretanto, eram-nos solicitadas contribuições várias para planos de acção de natureza diversa: nacionais, regionais ou localizados numa zona mais restrita. Ou, então, eram estudos sobre sectores que, se admitia, poderem entrar em perda. Mobilizávamos os recursos que tínhamos e fazíamos as sugestões que, julgávamos como pertinentes. Nunca soubemos o que foi feito de tanta sugestão!

Em determinada altura, considerou-se como interessante fazer uma reunião com entidades da Galiza, com vista a coordenar acções, particularmente obras públicas, que lucrassem em ser feitas simultaneamente. Como sucedeu muitas vezes, nos anos seguintes, eram agradabilíssimos e ficámos todos amigos para sempre, mas nada acontecia de concreto. Prometia-se trocar informações acerca das obras e dos seus calendários, nós enviávamos as nossas, mas as deles nunca chegavam. Entretanto, eles iam avançando a taxas que nos surpreendiam. Eram os tempos, já invocados, de no seio de um regime autoritário e sem ajudas do exterior, um governo com alguns membros muito hábeis e uma sociedade civil com umas dúzias de empreendedores muito determinados se terem articulado para lançar indústrias e obras que, em poucos anos, fizeram com que a Espanha passasse para as primeiras posições da economia europeia. Foram feitos alguns erros irreversíveis como, por exemplo, a ocupação para fins turísticos da extraordinária Costa do Sol. Porém, o saldo global, relativo a todo o país, foi largamente positivo.

Uma das coisas em que o governo de então acreditava era na promoção da criação de empresas por oferta de terrenos devidamente infraestruturados e com o apoio

de alguns serviços comuns. Foi, para isso, criada a Empresa Pública dos Parques Industriais (EPPI) cuja presidência se confiou ao Eng.^o Carlos Correia Gago. Na Região Norte foram selecionadas duas localizações: a primeira em Celeirós (Braga), cujo parque acabou por ser totalmente construído e uma segunda em Seroa (Paços de Ferreira) que não chegou a ter começado. A Comissão de Planeamento ajudou na selecção dos terrenos.

Mal eu sabia, nessa ocasião, que me estava reservado o encargo de extinguir a EPPI. É bom que se saiba que extinguir uma organização é muito mais difícil e penoso do que montá-la.

*

Em determinada altura, entre 21 e 23 de Junho de 1973, fui destacado para ir a uma assembleia-geral que se admitia, seria constituinte de uma conferência que reuniria as regiões periféricas costeiras da Europa. Não havia nenhuma região portuguesa representada e acharam que a Região do Norte poderia fazê-lo. Não me deram outras instruções, mas avisaram-me de que deveria fazer um discurso a defender a posição de Portugal. Assim foi feito.

A reunião teve lugar em Saint-Malô, na Bretanha e fiquei muito admirado com a qualidade dos representantes franceses. Havia uma grande delegação de almirantes e oficiais da Marinha e um senhor que eu conhecia dos jornais como antigo Presidente do Conselho francês, René Pleven, que me tratou com a maior afabilidade, perguntando-me imensas coisas relativamente ao meu país e demonstrando possuir um grau de informação muito invulgar sobre tudo quanto estava a passar-se. Morreria pouco tempo depois.

Do encontro de vinte e três regiões europeias convidadas um pouco por conhecidos de conhecidos nasceu a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Comunidade Económica Europeia. Abria-se uma excepção para Portugal e para Espanha que ainda não eram parte das Comunidades, mas que, se presumia, o viriam a ser a breve trecho.

Nesse dia começou uma longa associação minha à Conferência. Ela hoje conta mais de 150 membros, espalhados por toda a Europa. Acabei por ser o seu primeiro presidente eleito, em circunstâncias que referirei adiante.



FIG. Comissão permanente da Conferência
das Regiões Periféricas Marítimas Europeias
– Reunião de Inverness (1977).

O verdadeiro obreiro da Conferência foi Georges Pierret, seu primeiro secretário-geral, que insistiu em que ela, emblematicamente, tivesse a sua sede em Rennes e não em Bruxelas ou em Paris como alguns logo propuseram. Hoje, a sua sede ainda está na Bretanha, mas contrataram uma secretária-geral que vive em Bruxelas, onde passa a maior parte do seu tempo. Em meu entender, não foi uma grande decisão a que tomaram. Toda a gente sabe que viver na periferia tem os seus custos, mas se todos cederem à facilidade dos contactos que uma posição central permite, acabaremos em “Bruxelas e o Deserto Europeu”^f (2). Isso só pode ser contrariado através de uma gestão rigorosa do tempo dos responsáveis e, na realidade, da sua disponibilidade para andarem sempre de “mala aviada”.

Começou, nessa ocasião, um “ramo” da minha vida que me trouxe grandes desafios e grandes alegrias, especialmente pelas pessoas que conheci e pude apreciar na sua forma de pensar, de trabalhar e de olhar para o mundo. Logo a seguir ao Verão, começaram as diligências para tornar a nova Conferência conhecida nos meios que importavam: o Conselho da Europa, a Comissão Europeia, os Governos dos países-membros, etc. Em relação aos últimos, cada delegado ficou de reportar aos seus ministros, mas as diligências em Bruxelas e em Estrasburgo foram feitas por um “petit comité” de que eu fazia parte. Os meus colegas eram todos pessoas notáveis nos seus países: o Presidente René Pleven, antigo Presidente do Conselho Francês, a que já me referi; o Embaixador Halford-MacLoed (antigo diplomata que tinha o seu “fief” numa das ilhas ocidentais da Escócia); o Senador Georges Lombard, antigo “maire” de Brest que ia a caminho do seu terceiro mandato senatorial, a maior parte deles passados no comité do orçamento; o Embaixador D. Manuel Thomas de Carranza, Marquês de Sala de Partinico, que falava um francês muito fluente com o mais patrioticamente enraizado sotaque espanhol e possuía uma cultura histórica invejável; o futuro Presidente do Governo espanhol, Leopoldo Calvo Sotelo, então presidente da SUDIGA (Sociedad para el Desarrollo Industrial de Galicia); o senhor Monod, presidente da DATAR (Délégation à l’Amenagement du Territoire et à l’Action Régionale) já então com vasta obra publicada; o Prof. Pescatore, presidente da

f. Alusão ao título do livro do célebre J.F. Gravier.

Cassa per il Mezzogiorno; um alto funcionário do Schleswig-Holstein, Dr. Keusen, de formação jurídica e grande competência e um “Assessore di Urbanistica e Lavori Pubblici” da Regione Puglia, um socialista “espalha-brasas” que tinha o condão de desconstruir num ápice tudo o que tinha sido laboriosamente erguido em conversações cheias de panos quentes.

Foi curioso verificar como se movem depressa e com muita energia certos interesses ameaçados. Algumas pequenas associações internacionais de regiões levavam uma vida sossegada, apoiando-se em estruturas mínimas que compreendiam um secretário-geral, nem sempre a tempo completo e uma secretária. Logo que souberam da constituição da nova conferência movimentaram-se, chegando mesmo a intrigar, para não sermos recebidos, para que não nos dessem crédito, para não deixarem sobrepor-se uma outra voz àquelas que já existiam... Como se pode crer facilmente, os mais activos nessas acções eram os funcionários que dependiam financeiramente dos magros orçamentos dessas associações e que se sentiam ameaçados. Os seus chefes políticos ou não sabiam o que se passava ou deixavam correr, porque o trabalho diário era, efectivamente, feito pelos funcionários. O apaziguamento só veio, anos mais tarde, com a criação do Comité das Regiões, onde houve lugar para estar representada a maior parte das regiões marítimas, alpinas, pirenaicas, escassamente povoadas, de fronteira, insulares... além das que estavam constituídas como regiões, com corpos eleitos e atribuições e competências devidamente fixadas por lei.

A Conferência (CRPM) entrou logo a funcionar em Julho, porque houve uma série de desastres com petroleiros; entre os quais, o Amoco Cadix, na Bretanha e o Jacob Maersk, no Castelo do Queijo, no Porto. Todos eles deixaram marcas terríveis; os derramamentos de hidrocarbonetos foram extensíssimos e como havia poucos meios para os limitar e absorver, tanto a vida marinha como a costa foram afectadas de modo impressionante. Quase todos os petroleiros eram, então, de casco simples, o que facilitava muito o derramamento da carga de hidrocarbonetos. O trabalho que tivemos foi o de reunir peritos, tanto dos transportes marítimos como dos meios de protecção e salvamento, para produzir relatórios que foram transmitidos a quem tinha poder para decidir: a IMO (International Maritime Organization), a Comissão Europeia, os Governos dos países-membros,

as associações de armadores e, naturalmente, os governos regionais. Muito se avançou tanto na segurança dos próprios petroleiros como no que toca aos meios de salvamento! Mas é preciso estar, em permanência, a levantar os problemas e a desenhar soluções para os resolver, mesmo quando elas impõem regras que vão contra costumes ou práticas tradicionais a cuja regulamentação muitos reagem. Também na defesa do litoral se fizeram sugestões ilustradas com exemplos práticos colhidos um pouco por toda a costa da Europa.

Ao fim de três anos sentimo-nos com bases suficientes para propor uma “Carta Europeia do Litoral”. Fui eu que tive a honra de fazer a síntese de muitas achegas e de a apresentar ao chamado Bureau Político que reuniu, em Nápoles, na primavera de 1978. Ela foi amplamente discutida e, incorporando as sugestões feitas, entregou às instâncias comunitárias em Bruxelas.

O trabalho da Conferência era muito orientado pelas proposituras das regiões-membro e feito com base nas competências por elas reunidas, ou dos seus próprios quadros ou de profissionais ou de académicos a quem contratavam estudos ou relatórios que, seguidamente, eram incorporados num único documento subscrito pela própria Conferência ou pelo seu Bureau Político. Seguiu-se uma acção de “lobbying” suportada nesses relatórios. Foi, assim, que muitas inovações de procedimento da Comissão Europeia viram o dia.

Como se compreende, além dos problemas do litoral – que, depois da proposta da Carta Europeia do Litoral elaborada por mim, foram-me confiados quase automaticamente – eu interessei-me particularmente pelas questões de política regional. Nesse tempo não tínhamos acesso a nenhum apoio, nem aos chamados fundos de pré-adesão. Mas começou aí a minha familiarização com o assunto, algo que me foi muito útil uns anos depois.

*

Nessa ocasião Portugal estava muito na moda em certas instâncias internacionais. A que mais missões fazia, era, seguramente, o Conselho da Europa. Vinham eleitos locais dos diversos países para observar e dar aconselhamento acerca da melhor forma de proceder tanto na gestão como nas finanças, na participação do público ou nos processos eleitorais. E a Comissão de Planeamento da Região do

Norte era sempre designada para os acolher um ou dois dias. As reuniões eram muito civilizadas e falava-se indistintamente francês ou inglês, o que muito intrigava os nossos visitantes que – suspeitei isso algumas vezes – esperavam encontrar uns nativos com pouco refinamento, para dizer o mínimo.

Um dia tive que interromper uma reunião para ir buscar qualquer coisa ao meu gabinete onde estava a falar para casa a mulher de um conhecido membro eleito de um cantão suíço. Ela estava a olhar para a Praça Velasquez, de costas para a porta e não deu pela minha entrada. Dizia para o outro lado do fio: “Ils sont tous barbus ou moustachus, mais très courtois.” Percebi a expectativa com que vinham. A Comissão de Planeamento da Região do Norte começou a afirmar-se, porque produzia a tempo os relatórios que nos eram solicitados e porque todos estávamos sempre disponíveis para responder às perguntas que nos faziam, para receber as numerosíssimas missões que nos visitavam e para dar apoio às Autarquias Locais que começavam a dar os seus primeiros passos num regime democrático. Em Maio de 1975 cessou o mandato do Presidente António Carneiro e não foi nomeado ninguém para as funções, tendo eu sido “Encarregado da Gestão da Comissão”, título com que assinei toda a correspondência, até ir para o Governo, como Ministro da Educação e Investigação Científica, em 22 de Novembro de 1978. Não houve, durante esse período, ninguém que tomasse a iniciativa quer de nomear um presidente vindo de fora, quer de me promover a presidente. Também não houve ninguém a contestar a minha autoridade como tal. Ocupava, então, o cargo de Comandante da 1ª Região Militar o Brigadeiro Pires Veloso que não me conhecia de parte nenhuma, nem sabia o que faziam as Comissões de Planeamento. Muito hábil e prudente na sua actuação, solicitou-me, pelo telefone, que eu recebesse o seu Chefe de Estado-Maior no que seria uma curta visita, mas não foi. O Coronel José Ferreira da Cunha (pai do futuro Ministro das Finanças, Prof. Luís Campos e Cunha) veio só para saber o que se fazia naquela casa e em vez da meia-hora solicitada ficou cinco e com grande satisfação minha, porque era um interlocutor muito inteligente e informado, com quem conversar, além de um prazer, era útil. Falámos, naturalmente, dos problemas de desenvolvimento da Região do Norte e julgo que deve ter partido tranquilizado com a actividade desenvolvida pela Comissão, porque a partir daí, mantive frequentes contactos com

o Brigadeiro Pires Veloso, cimentando uma amizade que perdurou para sempre. Vivia-se, então, um período muito conturbado, em que as pequenas e grandes traições eram frequentes. As posições políticas eram defendidas com grande violência por parte dos grupos ligados ao Partido Comunista e com grande oportunismo por parte de muitos outros. Todas as cautelas eram poucas! Por isso percebi e apreciei a cautela com que procedeu o Brigadeiro Pires Veloso. Ele demonstrava sempre um grande aprazimento em ouvir o que se estava a fazer para o desenvolvimento da Região.

No primeiro Governo Provisório, o Primeiro-Ministro era o Prof. Adelino da Palma Carlos; o Ministro do Equipamento Social e Ambiente, o Eng.º Manuel Rocha; o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismos, o Arq.º Nuno Portas e o Sub-secretário de Estado do Ambiente, o Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles. Entre estes, eu conhecia o Arq.º Nuno Portas de algumas palestras que lhe tinha ouvido; sempre vivas e estimulantes, mostrando estar muito actualizado. Possuía bons contactos por esse mundo fora, mantinha correspondência com eles e estava informado acerca dos problemas e das soluções que se iam propondo. As expectativas, naqueles dias, eram as maiores! Nós todos haveríamos de construir um país novo e em pouco tempo. As conversas eram sempre cheias de optimismo e confiança. Pedi-me para integrar um grupo formado por ele próprio, o Arquitecto Pedro Cid e o Dr. Proença Varão para estabelecermos o quadro legal dos planos de ordenamento do território, começando por fixar a sua hierarquia desde as orientações gerais a nível nacional até aos planos de pormenor. Eu tinha escrito umas notas sobre o assunto que lhe tinham chegado às mãos e, por isso, fui convidado.

As reuniões eram de uma vivacidade grande, como eu não tive outras. Passavam-se no gabinete dele, na ala nascente do Terreiro do Paço, habitualmente de tarde, para me dar tempo de ir para Lisboa de manhã. Bons tempos em que eu aguentava conduzir trezentos quilómetros para baixo e trezentos quilómetros para cima, no mesmo dia e nas estradas daquele tempo! Mas eu ia contente.

O Arq.º Ribeiro Telles costumava vir participar na primeira parte das reuniões. A matéria cruzava a sua área de responsabilidade e ele, que tinha uma maneira de ver as coisas original, participava sempre com bom humor. Era um gosto ouvi-lo discorrer sobre o que nós propúnhamos. Eu passei a ser o relator do grupo. Depois

das discussões, fazia um resumo oral acerca do meu entendimento sobre o que se tinha discutido e era isso que eu passava a escrito no fim de semana seguinte. A minha secretária, na Faculdade, dactilografava o texto do qual se faziam cópias para distribuir na reunião seguinte. Não havia as facilidades de hoje.

Foi nessas sessões que começou a estruturar-se o que veio a ser feito a seguir. Onze anos depois, foi a minha vez de ficar com a tutela do Ordenamento do Território, tendo ainda beneficiado da arrumação de ideias que, então, foi feita. Já se falava na necessidade de ter uma visão clara do que se quer fazer antes de a passar para o desenho. O conteúdo do que deveriam ser os Planos Directores Municipais (PDM) também começou a ser esboçado nessa ocasião. O facto de o grupo ser interdisciplinar ajudou a dar dimensão à proposta da “Hierarquia de Planos”, como foi o título do documento que sintetizou as nossas discussões.

Guardo uma boa recordação do trabalho desse grupo. Tenho a sorte de ainda manter relações cordiais com o Arq.^o Nuno Portas, que conserva a sua criatividade e inconformismo, o que é sinal de que está a envelhecer bem...

*

No princípio de 1976, estava ainda em funções o Governo do Almirante Pinheiro de Azevedo, fui solicitado para acompanhar o Ministro da Administração Interna, ao tempo Capitão-de-fragata e depois Almirante Vasco Almeida e Costa, a uma reunião, em Paris, que se realizava no âmbito do Conselho da Europa. O tema era relativo ao reforço das funções das Autarquias Locais e era suposto eu preparar um pequeno discurso de, no máximo, dez minutos, referindo a situação portuguesa e o que se pretendia fazer nesse domínio. O Ministro do Interior francês, Michel Poniatowski, era quem presidia à reunião, que teve lugar no Centro de Conferências da Avenue Kleber. Eu deveria, ainda, preparar pequenas notas para apoio do Ministro, durante a discussão que se seguia às exposições dos chefes de delegação presentes. Tudo correu bem, tendo o Almirante Almeida e Costa tido atenções muito desvanecedoras depois do trabalho feito. Aliás, mantive com ele relações muito cordiais durante toda a sua vida. Era um homem muito inteligente, com uma impassibilidade notável, nada se podendo adivinhar do que estava a pensar. Tenho impressão de que nunca conheci ninguém assim. Para negociar não podia haver melhor.

Alguns anos depois, já não sendo ministros nenhum dos dois, o Príncipe Poniatowski veio a Lisboa e foi-lhe oferecido um jantar, em S. Julião da Barra, para o qual eu fui também convidado. Lembro-me de que a conversa girou muito à volta das condições em que se tinha acabado de verificar a queda do Xá da Pérsia, da velocidade tolerável para se levar a bom-termo um processo de modernização e desenvolvimento e dos perigos de afrontar os privilégios ou interesses fundiários, de certas classes, nomeadamente da religiosa, num país em que ela tenha capacidade para arrastar multidões. Depois de sair o convidado de honra ficámos à conversa e eu vim a saber que a visita a Paris, para cujo sucesso eu havia dado o meu modesto contributo, tinha tido um objectivo de muito maior alcance. Houve um jantar só dos ministros e, depois da refeição, o ministro português estabeleceu com o francês as condições de fornecimento de armas para as nossas Polícia e Guarda Nacional Republicana que estavam em condições críticas, porque muitas das que deviam pertencer-lhes “estavam em boas mãos”. Mas não se podia saber que o ministro ia a Paris solicitá-las e, eventualmente, obtê-las, pelo que também eu fiz parte da “camuflagem”...

*

Em 23 de Julho de 1976 foi nomeado o Primeiro Governo Constitucional, presidido pelo Doutor Mário Soares. As Comissões de Planeamento ficaram na tutela do Ministro da Administração Interna, Tenente-coronel Manuel da Costa Brás, tendo como Secretário de Estado da Administração Regional e Local o Eng.^o Manuel Ferreira Lima. Começou, então, um período de actividade redobrada, porque havia, deliberadamente, a intenção de reforçar o Poder Local e o Secretário de Estado dava ânimo e acolhimento às propostas que íamos fazendo nesse sentido. Tenho uma grande recordação do trabalho com o Eng.^o Ferreira Lima, que não era o que se pode chamar um “homem de secretária”, no sentido de escrever ou de ler relatórios horas seguidas. Gostava de conversar sobre os problemas e de ir tomando decisões. Tinha um grande sentido de humor, analisando com argúcia as propostas que lhe eram feitas. Mantive com ele uma grande relação de confiança, tendo nós ficado amigos até à sua morte prematura.

Os Municípios, nessa ocasião, não dispunham de qualquer estrutura técnica e administrativa que fosse capaz de sustentar um poder político consistente. Havia um secretário da Câmara e alguns funcionários, na maior parte dos casos com preparações deficientes. As grandes Câmaras ainda estavam razoavelmente estruturadas, mas as pequenas e, especialmente, as do interior não tinham os seus quadros preenchidos, particularmente no campo técnico. Lembro-me de um arquitecto do Porto que, uma ou duas vezes por mês, saía para Trás-os-Montes à sexta-feira de manhã, regressando ao domingo à tarde e, nesse lapso de tempo, apoiava quatro ou cinco Câmaras de cada vez, dando despacho sobre os pedidos de licenciamento que, entretanto, tinham sido entregues. Além disso, diziam as más línguas, tinha tempo para acompanhar os seus próprios projectos a decorrer noutros Municípios, onde reciprocava posições com um colega e, ainda, para ver as suas propriedades e familiares. Hoje chamar-lhe-íamos um “turbo-arquitecto”... Todavia, não havia meios para dotar todos os Municípios com um corpo técnico adequado. Reflectindo sobre a situação, propus ao Secretário de Estado que fossem instaladas pequenas estruturas chefiadas por um engenheiro ou por um arquitecto com experiência para dar apoio a Agrupamentos de Concelhos pertencentes a uma mesma bacia hidrográfica. Se ela era pequena, haveria só um gabinete; se era extensa partia-se em duas, a parte alta e a parte baixa e montar-se-iam dois gabinetes. Foi definido um quadro mínimo com as especialidades mais necessárias: engenheiros civis, arquitectos, topógrafos, desenhadores e um ou outro funcionário administrativo para manter toda a papelada em ordem. Mais tarde vieram os engenheiros electrotécnicos e os economistas.

A lógica da constituição dos agrupamentos como base para instalação dos Gabinete de Apoio Técnico (os GAT) foi explicada a todos os Presidentes de Câmara. As reuniões faziam-se, por regra, nas sedes sugeridas para a sua instalação que eram as cabeças dos Municípios mais centrais e com maior facilidade de acolhimento, em matéria de arrendamento de habitação para os quadros que não podiam ser recrutados localmente. Essa foi a prova prática da minha convicção de que a democracia exige um esforço repetido de explicação das propostas feitas. Reclama muito tempo e é, naturalmente, monótono por ter de se repetir os mesmos argumentos muitas vezes, se bem que com interlocutores diferentes.

Consegui estruturar a Região do Norte em dezasseis Agrupamentos^g, sendo que a Área Metropolitana do Porto, obviamente não necessitava de quadros técnicos partilhados ao abrigo deste esquema, dado que as suas Câmaras Municipais ou já dispunham de profissionais nas diversas áreas ou podiam fazer contratos com outros residentes no Porto ou imediações.

Não houve dificuldades em eleger as sedes de Agrupamento senão com o Agrupamento do Baixo-Ave, em que Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso se sentiam os três com direito a sê-lo e não cederam a nenhum dos outros. A sede acabou por ficar em... Riba d’Ave, considerada como equidistante das três cabeças de Concelho. E este tipo de problemas e de soluções é mais comum do que se pode pensar, basta ver o exemplo da Universidade do Minho que tem dois polos pelas mesmas razões. Ou mesmo a Universidade da Estremadura, em Espanha, que optou por ter quatro sedes, com uma reitoria itinerante por períodos de alguns meses antecipadamente fixados. Ou o próprio Parlamento Europeu que tem dois polos, um em Estrasburgo, outro em Bruxelas, e reúne-se uma semana por mês em França e as outras na Bélgica. Na gíria comunitária diz-se que o “circo” se desloca, quando alguns camiões transportam os arquivos de uma cidade para a outra para apoiar, em caso de necessidade, qualquer consulta urgente.

Estas questões de sedes e suas localizações ou de nomes ocorrem em todos os lugares e suscitam paixões nas quais a razão (e os custos) contam pouco.

A necessidade de apoio era evidente e os destinatários sentiam-na. Por isso a iniciativa teve sucesso. Mas também a teve porque, entretanto, tinham vindo de África muitos técnicos competentes que estavam sem ocupação e cheios de vontade de regressar à vida activa. Tratava-se de engenheiros e topógrafos com muita experiência de trabalho técnico e de organização em condições austeras. Grande parte dos arquitectos e desenhadores foram profissionais recém-

g. Agrupamento de Municípios da Região do Norte (1976): 1) Vale do Minho; 2) Vale do Lima; 3) Alto Cávado; 4) Baixo Cávado; 5) Alto-Ave; 6) Baixo-Ave; 7) Alto-Tâmega; 8) Baixo-Tâmega; 9) Vale do Sousa; 10) Área Metropolitana do Porto; 11) Entre Douro-e-Vouga; 12) Terra Fria Transmontana; 13) Terra Quente Transmontana; 14) Douro Norte 15) Douro Sul; 16) Douro Superior.

-formados em Portugal, mas alguns administrativos também vieram de Angola e de Moçambique.

Para os mais velhos, os GAT constituíram uma oportunidade que agarraram com a maior entrega e para os mais novos a passagem pelos gabinetes foi uma mais-valia na sua formação. Passados dois ou três anos havia gabinetes ou empresas privadas que vinham desafiar os mais novos para com eles trabalhar. Falei com alguns destes empregadores para saber porque estava a haver um tão grande êxodo de técnicos. A resposta deixou-me ao mesmo tempo satisfeito e com pena por perdê-los: “Eles foram expostos a situações muito variadas e estiveram bem-enquadrados durante o tempo em que trabalharam nos GAT São, por isso, profissionais muito versáteis”.

Os GAT estenderam-se ao resto do país, com sucesso manifesto e ainda ajudei a lançá-los através dos núcleos de coordenação que se constituíram em cada uma das Comissões de Planeamento. E, quando foi preciso baptizar os Agrupamentos do Alentejo e o Secretário de Estado me pediu ajuda, ambos concluímos que as zonas de “sequeiro” são mais difíceis do que as de “regadio”. Onde havia rios conhecidos foi fácil; nas outras zonas tivemos de puxar pela imaginação...

A experiência atravessou fronteiras. No princípio dos anos 90, após a queda do Muro de Berlim, o Secretário Húngaro do Poder Local solicitou a cooperação de Portugal neste domínio. Veio a Lisboa onde tive uma longa conversa com ele, foi visitar uns três ou quatro GAT e um Núcleo de Coordenação, tendo na sessão de *debriefing* manifestado a sua satisfação pelas utilíssimas sugestões que levava. Uns anos depois e comigo noutras funções, encontrei-o em Budapeste, onde ele insistiu em dizer publicamente como tinha sido inspiradora a organização portuguesa de apoio técnico aos Municípios.

Tudo isso vinha na linha do reforço do Poder Local. Com autonomia técnica, os eleitos locais podiam fazer as escolhas que julgassem mais adequadas e acompanhar de perto a sua realização. Por outro lado, a necessidade de tomar decisões em conjunto para obras de algum vulto, especialmente no domínio das águas e do saneamento teve consequências virtuosas e até uma “via intermunicipal”, no vale do Ave, foi construída. Quando se tornou possível construir obras maiores,

com o auxílio de fundos comunitários, havia localmente capacidade de projecto e, especialmente, capacidade de fiscalização. Isso garantiu a correcção da afectação dos fundos e o cumprimento de calendários. Voltaremos a este tema.

O hábito de se juntarem, permitiu aos Autarcas conversarem sobre obras em sectores não habituais.

Não se poder aspirar a consolidar um Estado Democrático assente num Poder Local sólido, sem assegurar que este tenha autonomia técnica para fundamentar as suas decisões e realizações. Os GAT tiveram um papel determinante nessa fase do processo. Registo-o porque é pouco natural que os historiadores, no futuro, consigam detectar, porque foi tão rápida e vigorosa a ascensão das Autarquias Locais em Portugal; isso teve alguma coisa a ver com a resolução dos problemas mais ingentes das populações através da acção de técnicos que conceberam e realizaram muitos e variados equipamentos.

É evidente que os técnicos não são responsáveis pelas decisões públicas nem pela adesão às “modas”: a moda das rotundas, a moda dos pavilhões gimnodesportivos, a moda dos centros culturais, a moda das piscinas, etc. Os “andaços” têm muito a ver com a emulação entre Municípios e é evidente que a obra seguinte tem de ter sempre mais ou ser maior do que as dos outros. Isto leva-nos para o campo da formulação de decisões a que, oportunamente, me referirei.

Para homogeneizar procedimentos, eu fazia uma reunião de coordenação com os Directores dos GAT todos os meses, pois era a maneira mais simples de ter uma informação próxima acerca do modo como as coisas iam decorrendo e de, simultaneamente, detectar problemas em relação às próprias Câmaras Municipais. A informação tem de ser sempre redundante para ser eficaz.

Essa era uma época em que tudo (ou quase tudo) estava por fazer, de modo que não era comum um grande desajustamento das decisões políticas locais. Mas há sempre modos de ver e comportamentos diversos entre os Autarcas. Numa daquelas visitas de membros do Conselho da Europa a que já aludi, houve um, do Cantão de Zurich que me comunicou que a entidade que integrava tinha decidido atribuir uma determinada verba para dois Municípios da Região, para pequenas realizações no campo da cultura. Feita a análise das necessidades fiz a proposta a dois: um contentou-se em melhorar umas instalações de que já dispunha; o outro

abalançou-se a uma obra que custava umas dezenas de vezes o subsídio. O primeiro começou a ter actividade daí a uns meses. O outro, o que optou pela “sopa de pedra”, viu-se e desejou-se para fazer um projecto “faraónico”. Demorou anos e absorveu recursos que poderiam ter sido orientados para outro lado. O primeiro enviou os justificativos da despesa rapidamente; para o segundo, as explicações e as fotografias demonstrativas da afectação concreta dos meios concedidos dilataram-se por anos. Mas ele ficou com um equipamento que os vizinhos não tinham... O clima de relações com o Secretário de Estado Ferreira Lima era, como já disse, muito cordial. Eu ia semanalmente a Lisboa e ele vinha ao Norte com frequência. Foi em conversas, nas quais se manifestava com frequência o seu bom humor, que se definiram muitas acções visando o desenvolvimento da Região.

Um dia disse-me que tinha sido convidado pelo seu colega francês a visitar em França o que quisesse. Logo me referiu que eu deveria acompanhá-lo e que escolhesse o que me parecia mais interessante para inspirar acções em Portugal. Havia uma parte protocolar mínima na qual ele iria com o seu chefe de gabinete mas, para o resto, eu deveria fazer-lhe sugestões.

Eu já estava, então, preocupado com a situação no Douro, onde tudo se focava no acesso aos famosos “cartões” que conferiam o “benefício” para a produção do vinho generoso. Havia razão para isso, porque a relação do preço da pipa de vinho para beneficiar para a de vinho comum era de, pelo menos, de dez para um! Mas, em torno da atribuição do benefício havia sempre muita celeuma e a suspeita de práticas menos ortodoxas. Mais, eu sabia da existência de massas vínicas excelentes que dariam, seguramente, bons vinhos de mesa, mas tudo se concentrava, dramaticamente, no acesso ao “cartão”, na compra do “cartão” e em tudo o que estava ligado com esta operação. Foi preciso vivermos até hoje para verificar, de facto, que o Douro tem as maiores potencialidades para produzir vinhos de mesa da mais alta qualidade. O que é preciso é saber fazê-los e isso está provado que conseguimos.

Quis saber como é que estas coisas se passavam em França. Por isso sugeri que fôssemos ver como se procedia na região de Champagne. Fomos a Épernay, onde nos foram dadas as mais minuciosas explicações acerca do funcionamento do famoso “Comité Inter-professional”. Regressei cheio de ideias. Impressionaram-me muito os pormenores. A produção tinha os seus representantes que se reuniam

com os seus pares do comércio com a moderação das autoridades do sector. As reuniões mais animadas eram as que se referiam à fixação dos preços que os segundos deveriam pagar aos primeiros. Mas eles sabiam que, depois da discussão, por muito brava que ela fosse, deveriam almoçar uns com os outros. Isso impedia os excessos de linguagem, favorecia o entendimento e evitava as descortesias. Quando cheguei ao Porto, falei com representantes dos exportadores e da produção, para os auscultar acerca da viabilidade de uma réplica, em Portugal, desse arranjo institucional. Nenhum dos lados se mostrou muito entusiasta, mas também não se opusera. Foi o suficiente para eu encarregar uma técnica da Comissão, a Dr.^a Laudomira de Jesus, para ir a Épernay ver, em pormenor, como funcionavam as coisas, recolhendo informações diversas, nomeadamente de natureza regulamentar para nós elaborarmos uma proposta. Esta foi feita, a nossa organização interprofissional foi constituída e ela própria foi a sua primeira presidente. Nem tudo o que os outros fazem se pode aplicar entre nós. Mas é conveniente estar atento para não ter de inventar a roda todas as vezes que precisamos de uma...

*

Neste período teve lugar uma pequena missão cujas consequências transbordaram muito a sua ambição: o 1.^o Governo Constitucional e Primeiro-Ministro o Dr. Mário Soares.

Estava um dia no meu gabinete quando, ao fim da tarde, recebo um telefonema do Secretário de Estado da Presidência do Conselho, Dr. Victor da Cunha Rego, que eu não conhecia pessoalmente, perguntando-me se eu estava disponível para ir ao Brasil fazer uma missão no âmbito da formação, tanto de quadros para as empresas como para a Administração Pública. Esclareceu que tinha de ser uma missão “relâmpago” e que eu iria com o Dr. António Figueiredo Lopes, que já sabia ser meu amigo. Como aceitei logo, ficou combinado que ele nos transmitiria verbalmente os termos de referência, antes de embarcarmos. Assim foi feito, e lá parti para Lisboa, onde fomos “receber instruções”. Para quem não teve a sorte de conhecer o Dr. Victor da Cunha Rego, convém dizer que ele era o modelo do “charmeur”, com um grande à-vontade e simpatia, conhecendo meio-mundo no Brasil e senhor de uma enorme cultura.

O que ele nos disse foi que Portugal precisava muito de formação empresarial e da Administração Pública, que o Brasil tinha em S. Paulo e no Rio de Janeiro, escolas superiores de excelência, pertencentes à Fundação Getúlio Vargas, e que seria bom estabelecermos relações com elas para ver se transferíamos competências para Portugal com brevidade, pelo que os protocolos correspondentes teriam de ser preparados na semana seguinte para serem assinados dentro de dez dias, aquando da visita do Primeiro-Ministro.

O que ele não nos disse foi que o objecto principal dessa visita era o contacto do Dr. Mário Soares com a comunidade portuguesa que tinha emigrado para o Brasil a seguir ao 25 de Abril e que ele queria tranquilizar e incitar ao seu regresso. Viemos a dar por isso em Brasília e no Rio, onde a azáfama era muita, no Palácio de S. Clemente, onde tudo estava a ser preparado para uma enorme recepção. Mas não podia ficar a ideia de que ele ia só para esse fim e, por isso, teria de haver um número expressivo de acordos ou de protocolos a assinar pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros para tornar patente a vontade de aprofundar, ainda mais, os laços que já uniam os dois países.

Quando chegámos a S. Paulo, ao fim da tarde de um domingo, tinha o Corinthians acabado de ganhar ao Flamengo, coisa que já não acontecia há uns tempos. Na recepção do hotel disseram-nos para deixar as malas e ir para o bar, onde a festa era rija!... Essa boa onda ainda persistia quando na segunda-feira iniciámos, na Escola de Gestão de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, uma sessão onde inventariámos tudo o que podia ser objecto de cooperação. Na manhã seguinte, foi feito o mesmo, no Rio, na Escola de Administração Pública e de tarde no IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), uma instituição de formação com enorme prestígio em toda a América Latina. Uma boa parte do dia seguinte foi passada em trabalho com o Cônsul-geral de Portugal no Rio, o Embaixador António Pinto da França, com quem analisámos aspectos práticos ligados à formatação dos protocolos que foram redigidos durante a viagem de regresso. No aeroporto estava a secretária do Dr. António Figueiredo Lopes que, durante a manhã, dactilografou os textos que ao meio-dia foram entregues ao Secretário de Estado. Não podia a missão ter sido mais “relâmpago”. Não sei o que é ela deus, em termos diplomáticos. O que sei foi o que deu internamente.

O Dr. Victor da Cunha Rego convocou uma nova reunião na qual nos propôs a organização de uma estrutura portuguesa que fosse a antena daquela e de outras cooperações no domínio da formação da Administração Pública. Mas queria que ela assentasse em fundações privadas portuguesas, além da Administração Pública representada pelo Dr. António Figueiredo Lopes. Sucedia que eu era membro de uma Fundação para a Ciência Política, recém-constituída e que morreu cedo devido ao sucesso político de uma boa parte dos seus membros que foram ministros e secretários de Estado – podendo por isso representá-la. Falou-se à Fundação Calouste Gulbenkian tendo o Dr. Azeredo Perdigão designado o Prof. Carlos Alves Martins e, no Porto, à Fundação Eng.^o António de Almeida cujo presidente, o Dr. Fernando Aguiar-Branco, insistiu em ser ele próprio o representante. O Ministro da Educação designou o Prof. Armando Marques Guedes para seguir os trabalhos. As reuniões tinham lugar na Fundação Gulbenkian.

Começou-se por ver o que sucedia nos outros países europeus, procurando-se inspiração para uma resposta portuguesa. Cada um carreava a informação que podia. As reuniões eram sempre muito vivas e delas se ia fazendo um resumo com a matéria consolidada para se poder avançar na reunião seguinte. Não posso deixar de ter uma palavra do maior apreço pela acção do Prof. Carlos Alves Martins, um homem muito inteligente e com uma maneira muito pragmática de conduzir as reuniões e de formular propostas de acção exequíveis.

Foi assim que nasceu o INA (Instituto Nacional de Administração) tendo eu, mais tarde – e como Ministro da Educação – negociado com o Dr. Azeredo Perdigão um contrato de comodato do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, para a sua instalação. Esse contrato foi firmado pelo Primeiro-Ministro Carlos da Mota Pinto e pelo Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian na sala grande da entrada do Palácio. O seu primeiro presidente foi o Prof. Carlos Alves Martins. A ele voltei muitas vezes para reuniões de todo o tipo. E, durante a permanência no Governo do Prof. Fraústio da Silva (Junho a Dezembro de 1982), seu presidente a dada altura, assegurei com o Dr. Rui Machete um “duunvirato” para a condução da sua gestão. E o CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) fundado em 1980 e instalado em Coimbra, cujo primeiro presidente foi o Prof. António Barbosa de Melo, também representa outro resultado inspirado pela viagem ao Brasil. Nem o INA nem o

CEFA decalcaram, nos seus estatutos, nenhuma das instituições visitadas. Mas o impulso inicial para a sua criação deveu-se aos contactos que o Dr. António Figueiredo Lopes e eu próprio tivemos nessa visita à Fundação Getúlio Vargas e ao IBAM.

*

O meu antigo comandante de companhia na Guiné, agora já coronel, Fernando Perry da Câmara foi colocado no Comando do Regimento de Engenharia de Espinho. Vinha, de vez em quando, jantar comigo ao Porto, tendo um dia dito da sua insatisfação com os terrenos de treino dos operadores de máquinas de terraplanagem. Era só areia que eles moviam de trás para a frente, sem serem confrontados com as dificuldades de outros tipos de solo e com trabalhos de maiores graus de dificuldade. Perguntei-lhe se não podiam ir para Trás-os-Montes abrir estradões entre aldeias isoladas e para cuja construção não havia empreiteiros disponíveis. Ficou de pensar e disse-me depois que, se as Autarquias arcassem com os custos do gasóleo e mais algumas pequenas despesas ligadas à deslocação, a instrução em vez de se fazer no quartel, se poderia realizar em pequenos acampamentos. Pus o problema a duas autarquias que imediatamente aceitaram e começou, assim, um programa de construção de pequenas estradas em que os militares treinavam todas as fases, desde o levantamento topográfico até à construção do macadame, num programa que se estendeu ao resto do país. E quando estava prestes a ser concluída a travessia da Serra de Passos, em Mirandela, o acampamento e o estaleiro foram visitados pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Foram centenas de quilómetros de estradões que foram abertos ao abrigo das parcerias estabelecidas. Para não falar nos campos de futebol terraplanados em terrenos baldios e muitas outras pequenas obras solicitadas pelas Autarquias.

Refiro isto para sublinhar a importância dos contactos entre responsáveis por áreas distintas da actividade pública. A nossa tendência é para nos confinarmos na nossa “quinta”. Ora, as necessidades raras vezes se apresentam, na sua satisfação, limitadas a um só sector. Por isso, a cooperação inter-sectorial é tão promissora.

*

Por essa altura, o Dr. Francisco Sá Carneiro pediu-me, através do Dr. Mário Cerqueira Correia, para eu o ir visitar num sábado de manhã, durante uma das suas vindas ao Porto.

Eu conhecia-o de há muito e, especialmente, das idas aos sábados à tarde, aos antiquários do Porto, em que costumava estar acompanhado pelo irmão Ricardo e eu pelo Roberto Espregueira Mendes. O irmão era exactamente da minha idade, tendo eu, mais tarde, mantido relações muito amistosas com ele; tínhamos amigos e interesses comuns, o que ajudou a reforçar as ligações.

Mas com o Francisco as minhas relações eram cerimoniosas. Lá fui ao escritório com o Mário Cerqueira Correia. O objectivo era convidar-me a aderir ao PPD., pois tinha seguido a minha carreira e apreciava o que eu estava a fazer. Mas apaixonou-me num momento em que eu me sentia muito motivado pela formação de um escol da Administração Pública, à inglesa ou à holandesa. Os trabalhos preparatórios da criação do INA estavam a chegar à sua fase mais determinante e eu sentia que, se enveredasse por aí, teria de conservar uma independência rigorosa, tal como eu entendia (e entendo) que os funcionários devem ter. Surpreenderam-no as minhas razões, mas aceitou-as, sublinhando a importância que atribuía ao que eu me propunha fazer.

A vida levou outro rumo e fui mesmo chamado a intervir na política, sem poder deixar de dar o contributo que me era pedido, tal como direi no capítulo seguinte. É essa a razão pela qual a minha ficha de adesão ao PPD-PSD está assinada pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão.

*

Por esta altura houve substituições generalizadas dos delegados portugueses em muitas instâncias internacionais. Num grupo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) que tratava dos assuntos do ordenamento do território, o representante português era o Prof. Manuel da Costa Lobo que tinha o respeito de todos os colegas e funcionários da casa. O Ministro convidou-me para o lugar, tendo a minha primeira missão beneficiado da presença do Prof. Costa Lobo no render da guarda. Ele não podia ter feito as coisas com maior corte-



FIG. O Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, sede do Instituto Nacional de Administração (INA).

sia e eficácia; entre muitas outras atenções, estou-lhe devedor da forma exemplar como assegurou a transição.

E assim comecei a minha longa associação à OCDE. Permaneci muitos anos como representante português naquele grupo, mas fui incumbido de numerosas outras tarefas como perito em desenvolvimento regional, em educação, em emigração e imigração, em transportes... Acabei nos primeiros anos deste século, realizando missões aos países da Europa Oriental candidatos à integração na União Europeia para lhes transmitir o modo como deveriam preparar os seus planos de desenvolvimento regional, com vista ao estabelecimento do que, então, se chamavam os Quadros Comunitários de Apoio. A Polónia, a República Checa, a Eslováquia e a Hungria, foram os países onde fui várias vezes, pois tratava-se de uma incumbência delegada na OCDE pela Direcção-Geral da Política Regional da União Europeia, cujo responsável era o Eneko Landaburo que eu bem conhecia dos muitos anos que tratei com ele do caso português.

Durante o período em que estive associado à OCDE tive ocasião de receber, no Porto, o Secretário-geral Emil van Lennep, um Holandês com muito prestígio que veio a Portugal despedir-se do Governo, quando cessou funções. Com o secretário-geral seguinte, Jean-Claude Paye, também tive relações muito cordiais. Ele fez uma visita oficial a Portugal quando eu era Ministro do Planeamento e Administração do Território. Ofereci-lhe um almoço, no Castelo de S. Jorge, para o qual convidei todos os antigos embaixadores portugueses na OCDE e uma dezena de altos funcionários portugueses que lá tinham prestado serviço. Todos estimaram o convite. No meu discurso, disse que aquele era, seguramente, o ponto mais alto da minha carreira na OCDE: ter o Secretário-geral como meu convidado para almoçar no Castelo de S. Jorge, depois de ter percorrido quase todas as posições que um membro externo à casa poderia ter ocupado. Ele tinha sentido de humor e disse que ainda me estavam reservadas muitas outras funções e que eu não desse por concluída tão depressa a minha colaboração. Assim aconteceu. Convidou-me, meses depois, para um Conselho de Ministros da OCDE, solicitando-me uma tarefa especial no lançamento de um determinado tema, numa discussão sobre questões de desenvolvimento e ordenamento do território. Justificou-se dizendo:

“Je vous ai vu au travail...”. Fiquei, naturalmente, lisonjeado. E, como ele tinha vaticinado, a minha ligação à casa só terminou já neste século!...

Quando comecei, houve um alto funcionário de nacionalidade francesa que me disse que seria muito apreciado, por todos, se eu nas minhas intervenções, falasse, alternadamente, em francês e em inglês. Assim fiz. Alguns anos depois verifiquei que nem os Franceses a trabalhar na OCDE falavam a sua própria língua. Todos eles se exprimiam em inglês, com aquele sotaque de “meninos mimalhos” com que a maior parte dos franceses o fala. Tenho pena de que os Franceses não tenham sido mais tenazes no uso da sua própria língua...

*

Na Faculdade, a minha vida continuou com grande actividade. Muitos alunos desse tempo já chegaram a posições profissionais de relevo e é sempre com satisfação que correspondo à solicitação de um ou de outro para fazer uma declaração com vista à atribuição de grau de conselheiro na Ordem dos Engenheiros, a posição mais alta a que um profissional pode aspirar.

Nos órgãos de governo da Faculdade presidi ou vice-presidi aos Conselhos Científicos do Departamento de Engenharia Civil ou da própria Faculdade e participei em numerosos júris de doutoramento ou de concurso. Entretanto, prestei provas para Professor Extraordinário. O júri foi praticamente o mesmo do doutoramento, com uma variante, no lugar do presidente. O Conselho Directivo, ao tempo, era presidido pelo Assistente Eng.^o Raimundo Delgado, devidamente eleito para o cargo. Como o Reitor, Prof. Rui Luís Gomes, tinha tomado a decisão de não presidir a júris de provas académicas, com excepções muito orientadas pela sua posição política, delegou no jovem Raimundo Delgado que, devo dizer, se portou à altura, com muito bom senso e cortesia. Isso foi, então, comentado elogiosamente e quis o destino que, cerca de vinte anos depois, eu tenha vindo a fazer parte do júri que o avaliou nas suas provas de agregação que, obviamente, correram muito bem, porque além de engenheiro competente ele é um académico distinto. Por isso, foi com convicção que depositei, na urna, uma bola branca e ele foi aprovado por unanimidade.

Todos na sala se riram quando um professor do Instituto Superior Técnico, que fazia parte do júri e sabia da história, chamou a atenção, na sua intervenção para a ironia do destino... É preciso que, em todas as circunstâncias e, especialmente, quando está em causa o julgamento de pessoas (os Espanhóis chamam “tribunais” ao que nós chamamos júris) tudo se passe sempre com a maior elevação.



FIG. Seminário no Porto. com João Lopes Porto e Eduardo Ferreirinha.

FIG. Na Fundação Calouste Gulbenkiam com Dr. Azeredo Perdigão.



CAPÍTULO VIII

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Em meados de Novembro de 1978, estava eu a dar uma aula na Faculdade de Engenharia, quando recebo um telefonema do Prof. Carlos Alberto da Mota Pinto, solicitando-me para ir falar com ele a Lisboa. Eu conhecia-o sem intimidade. Como costumava acontecer, com frequência, pediam-me para conversar comigo sobre os problemas da Região do Norte, antes de elaborar programas de Governo. Por isso pensei que o assunto fosse esse. Solicitou-me urgência. Se possível para essa tarde. Lá me meti a caminho de Lisboa, de automóvel, tendo chegado ao fim da tarde a um forte sobre o Tejo, onde ele estava a trabalhar. Eu sabia que procedia a consultas para formar um Governo de iniciativa presidencial. O Governo do Eng.^o Nobre da Costa não tinha conseguido obter aprovação parlamentar, de modo que o Presidente da República, General Ramalho Eanes, tinha-o incumbido de constituir um novo executivo. Quando cheguei fui logo recebido. A conversa foi muito cordial, começando, tal como eu imaginava, pela situação na Região do Norte, os seus problemas e as soluções em que eu achava que se devia insistir para evitar o desemprego e o marasmo económico.

Fiquei surpreendido quando ele agradece as informações e me diz que era para outra coisa que me tinha solicitado a conversa. Que o país estava num impasse difícil de resolver. Que eu tinha de o auxiliar, indo para uma de duas pastas que me deu à escolha. Que ele próprio tinha optado pela posição difícil de assumir formar governo, porque os partidos não se entendiam para o fazer, não gerando uma maioria capaz de dar estabilidade a uma solução que passasse na Assembleia da República. Sabia que eu tinha optado pela Administração, o que ele compreendia e até achava muito necessário. Mas que se tratava de uma situação verdadeiramente excepcional para cuja resolução todos tínhamos de contribuir.

Devo dizer que senti o coração palpitar mais forte. A minha primeira reacção foi agradecer-lhe, mas pedir escusa. Ele insistiu com novos argumentos e, já tarde, despedimo-nos, pedindo-me ele que eu conversasse com o travesseiro e lhe dissesse na manhã seguinte a minha decisão.

Nessa altura, quando eu ia para Lisboa, ficava em casa do meu irmão mais novo para onde me dirigi com a intenção de o desafiar para jantar e regressar ao Porto na manhã seguinte. Mas estava com a cabeça de tal forma agitada que resolvi ir ao escritório de um velho amigo – o Botelho Chaves – que, eu sabia, trabalhava sempre até tarde, para trocarmos impressões e me acalmar. Ele insistia para que eu aceitasse o convite e eu contrapunha-lhe as desvantagens: a interrupção de uma tarefa que me estava a correr bem; a ida para um governo sem apoio maioritário no Parlamento; a certeza de que seria uma tarefa a curto-prazo; o ter-me sido posto o desafio de uma de duas pastas, qualquer delas complexa... Enfim, para tudo o meu amigo tinha resposta. Ele é que estava entusiasmado. Eu continuava apreensivo. Dormi mal mas, na manhã seguinte, telefonei ao Prof. Mota Pinto, dizendo-lhe que aceitava a Educação. Logo me convidou para almoçar, antes do regresso ao Porto.

Quando cheguei ao forte e me apeei, o mordomo tratou-me por Senhor Ministro. Nessa ocasião é que eu tive a medida do passo que tinha dado e da responsabilidade que havia assumido.

Durante o almoço discutimos as linhas gerais da actuação a seguir e os nomes dos Secretários de Estado que eu me propunha convidar. Assentámos que seriam os três seguintes: para o Ensino Superior e Investigação Científica, o Prof. Eduardo Arantes e Oliveira; para o Ensino Básico e Secundário, a Dr.^a Maria Alice Nobre Gouveia e para a Juventude e Desportos, o Tenente-coronel Rodolfo Begonha. Propus-lhe, também, um jurista que trabalhava no Ministério das Finanças, o Dr. Carlos Alberto Rosa, para Sub-Secretário de Estado Adjunto. Mais tarde, juntou-se-nos um novo Sub-Secretário de Estado para a Administração Escolar, o Dr. António Paulo Daniel.

Quando cheguei ao Porto, já no noticiário do fim da tarde, tinham sido divulgados os nomes dos novos ministros. Hoje, à força de isso ter sido repetido muitas vezes, quase não se liga à notícia. Mas, nessa altura, ainda causava sensação. Como se

pode imaginar, na manhã seguinte, quando cheguei para dar aulas à Faculdade, fui muito festejado. Combinei como seria o serviço docente durante uma ausência de que eu não sabia medir a extensão. Fui fazer as malas e lá me meti a caminho de Lisboa, onde, como de costume, ficaria em casa do meu irmão.

Convidei para Chefe de Gabinete um antigo aluno que vivia em Lisboa e que eu sabia ter capacidade para o cargo, ser de uma lealdade a toda a prova e gostar do que ia fazer. Assim, convidei o Eng.^o Fernando Almiro do Vale, o qual aceitou imediatamente.

Comecei a definir a linha geral do que seria a minha proposta de actuação. No âmbito do Ensino Superior – que eu conhecia melhor – o ambiente tinha sido apaziguado pela aprovação de legislação que regulava o funcionamento das universidades, proposta pelo Ministro Sottomayor Cardia. Tratou-se, ao tempo, de um quadro legal corajoso que permitiu acabar com um clima de grande turbulência. Logo ficou estabelecido que o nosso empenhamento deveria orientar-se para a elaboração de um novo estatuto da carreira docente universitária e politécnica que completaria a estrutura de governação daquele estrato do ensino. Havia, naturalmente, muitas outras coisas, mas esse era o tronco principal de actuação.

Em relação ao Ensino Básico e Secundário, a linha proposta pode resumir-se da seguinte forma: os estudantes devem aprender a pensar bem, a comunicar bem e a saber o seu lugar no espaço e no tempo. Desse modo, estarão preparados para enfrentar os principais desafios que a vida lhes irá pôr, qualquer que seja o caminho por onde enveredarem. Para pensarem bem é fundamental que estudem matemática ou qualquer outra forma de lógica. Devem ser autónomos no seu pensamento e estar seguros de que avançam bem nas suas deduções e induções. A confiança na sua forma de avançar nos raciocínios que fazem é fundamental; ela só se adquire com uma prática aturada assente em conhecimentos sólidos.

A comunicação é indispensável, quer sob a forma oral, quer sob a forma escrita. Deve-se, naturalmente, começar pelo comando da língua-mãe, mas, nos nossos dias, a capacidade para comunicar também noutras línguas é determinante quer da capacidade de encaixe de cada um numa cultura muito internacionalizada, quer da habilitação para exercer profissões que reclamam contactos de diversa ordem com agentes que falem outras línguas. Além do mais, os portugueses

exibem uma aptidão reconhecida para se exprimirem noutros idiomas. É evidente que, entretanto, foram surgindo outras formas de comunicar que também reclamam formação. O saber o lugar de cada um no espaço adquire-se através do conhecimento de Geografia, quer da do nosso país quer da do mundo, com a sua variedade de formas, de ambientes, de climas, de estruturas, etc. Não é possível a alguém deixar de estar referenciado em termos espaciais e de saber como é o mundo que o rodeia. O lugar de cada um no tempo é transmitido através da aprendizagem da História^h.

Para entender para onde vamos é preciso saber de onde viemos. Sem referências temporais acerca do percurso de cada um e dos que o antecederam neste mundo, perde-se o sentido de uma linha que é contínua. A vida de cada um não é um ponto num calendário mas um elo de uma cadeia que se desenrola ao longo dos anos. É preciso ter alguma ideia acerca do que aconteceu antes de nós para compreendermos quem somos e definir o nosso legado àqueles que hão-de vir.

Em relação ao desporto, a linha de actuação era o seu fomento baseado na disponibilidade dos equipamentos distribuídos ao longo do território. Desejavelmente, ele devia envolver muitos outros agentes: as autarquias, os clubes, associações de natureza diversa... A escola deveria fomentar o gosto pelo desporto, mas a sua prática não tinha de se restringir à escola.

Atravessando todos os vectores de actuação estava uma gestão apertada dos dinheiros, o chamamento das famílias à participação, a formação dos professores como garantia de melhor educação dos alunos, uma cultura da exigência e do rigor, uma ética do esforço...

Com tudo isso como estrutura, partimos para o desempenho das nossas funções. As competências dos Secretários e Sub-secretário de Estado foram extensivamente definidas e publicadas em Diário da República (Despacho n.º 353/78, 354/78, 355/78 e 356/78). A preocupação era dar transparência às nossas funções.

h. Uns anos mais tarde li o que escreveu Teófilo Braga a este propósito: "mais do que nenhum outro país, Portugal precisava de revigorar-se pelo conhecimento da história como vínculo moral de coesão... estímulo de resistência e impulso para novos destinos". ("O Centenário do Marquês de Pombal" in "O Positivismo" IV – 1882). Todavia, devo esclarecer que poucas outras coisas me identificam com o autor desta recomendação.

Cedo nos acostumámos às manifestações em frente do Ministério. Protestava-se por tudo e com frequência. Não havia grupos numerosos, mas ruidosos eram todos. Alguém recebia o texto que traduzia o que pretendiam e que era enviado para o Secretário de Estado responsável pela área. Suponho que o então Tenente-coronel Begonha nunca foi destinatário de nenhum protesto.

Como seria de esperar, os professores é que estavam na origem das maiores reclamações; não em globo mas sectorialmente, por não terem sido atendidos nas suas expectativas de remuneração ou de promoção ou de classificação.

Nesse tempo, era o Partido Comunista quem dispunha, verdadeiramente, de uma organização. No Parlamento quem estava destacado para o sector da Educação era a Deputada Zita Seabra que recebia informações muito precisas acerca do que se passava em todas as escolas do país. A rede do Partido fazia-lhe chegar todos os problemas muito antes da estrutura administrativa do Ministério saber. E ela gostava de fazer perguntas ao ministro sobre acontecimentos da véspera relativamente à falta de um professor de inglês ou de trabalhos manuais, acerca de uma dada cantina e do seu mau funcionamento e de outros acontecimentos pontuais que, no final de uma discussão, deixam o membro do Governo a ter de responder que ainda não sabia de nada, o que dava sempre uma impressão insatisfatória. Depois de abandonarmos ambos as nossas funções de então, já a felicitei pelo sentido de oportunidade dessas perguntas e pela lubrificação das correias de transmissão do seu (ex) partido.

*

Aconteceu de tudo, durante aqueles nove meses.

O que mais me impacientou foi o desvio e divulgação do enunciado da prova de matemática dos exames nacionais do que hoje é o nono ano. Um funcionário da Editorial do Ministério, onde eram impressos os exames, era namorado da mãe ansiosa de um estudante mal preparado que manifestava, em casa, o seu receio de ficar reprovado. O “herói” logo se prontificou para facilitar as coisas, levando ao rapaz um exemplar da prova a que ele teria de responder, daí a uns dias. Mas este viu-o e assustou-se, comunicando aos colegas mais próximos o seu conteúdo. O boato rapidamente se espalhou, confirmando-se na ocasião do exame que,

efectivamente, não só o rapaz e a sua turma tinham conhecimento do ponto como muitas outras escolas já o sabiam também. Tive de anular as provas em todo o território nacional, fazer desencadear uma averiguação - aliás exemplarmente conduzida por um antigo Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo - e marcar novas provas. Os jornais exultaram, naturalmente, com tanta balbúrdia. O que me leva a contar isto, contudo, não tem a ver com o sucedido, mas com o que se passou na sequência. Os dois professores que, na “gráfica” do Ministério, estavam responsabilizados pelo processo ficaram tão vexados com o que aconteceu que insistiram em tirar, eles próprios, os exemplares da prova que a seguir se fez. Como não tinham prática de manobrar com a máquina de impressão, um deles trilhou dois dedos, ficando seriamente mutilado. Deixo aqui registado o meu grande respeito pelo brio profissional que demonstraram. Nunca os conheci, pessoalmente.

*

Logo na primeira conversa com a Dr.^a Maria Alice Gouveia, acertámos em que não iríamos embarcar em nenhuma experiência pedagógica nova sem tirar todos os frutos potenciais da última que fora tentada. Há já alguns anos vinham-se sucedendo essas experiências, cada uma substituindo a anterior, sem ter havido tempo para avaliar a actual nas suas virtualidades e inconvenientes. Por muito compreensível que, nas circunstâncias de então, se quisesse ensaiar coisas melhores, depois de um período em que muito pouco se podia mudar, a verdade é que as sugestões vinham em catadupa, sem dar tempo a aprender com os ensaios feitos. A Secretária de Estado era uma pessoa com imenso bom-senso. Além de ter sido professora num liceu de Coimbra, havia desempenhado as funções de metodóloga, conhecendo por dentro o que é uma escola. Foi, também, encarregada de lançar um curso para formação de professores de Português, em Sá da Bandeira e, antes de ocupar o cargo governamental, tinha sido Directora-geral do Ensino Secundário. Conhecia, assim, as necessidades e os meios adequados e possíveis para lhes responder.

Não pondo de parte a introdução de uma ou outra melhoria, demo-nos como prioridade a organização do sector para cujo apoio foi designado o Dr. Paulo Daniel,

como Sub-secretário de Estado. Ele tinha dado boas provas no lançamento de uma complexa organização para apoio aos “retornados”; possuía uma grande “inteligência prática”, como referiu o meu Colega que o recomendou.

Demo-nos como ponto de honra que o lançamento do ano lectivo de 1979/1980 decorreria sem incidentes. Os docentes seriam colocados nos seus lugares a tempo e horas, todos eles sabendo onde iriam exercer funções. Os discentes, pelo seu lado, começariam, logo no primeiro dia de aulas, a cumprir com o seu programa. Já não fomos nós a assistir ao lançamento do que tínhamos preparado. Mas tive o gosto de ouvir o meu sucessor, o Prof. Luís Veiga da Cunha, dizer-me que tinha visto a sua vida muito simplificada, porque não sofrera as agruras de um arranque caótico do ano lectivo, como era habitual suceder e como voltou a acontecer algumas vezes, depois. Tudo isso se ficou a dever ao conhecimento profundo do sistema que tinha a Dr.^a Maria Alice Gouveia e à sua dedicação insuperável.

Começou-se cedo a trabalhar no lançamento do ano escolar de 1979-1980. Logo a 18 de Janeiro foi publicada a Portaria n.º 26/79, que definia as regras para o concurso de professores efectivos do ensino secundário, tanto para o ramo liceal como para o técnico-profissional. Foi logo seguida de outra com o boletim e com a ficha de concurso para os professores efectivos dos ensinos preparatório e secundário (Portaria n.º 26-A/79, de 21 de Janeiro). Tudo quanto respeita à organização dos meios não é muito exaltante, mas torna-se indispensável que se faça e, especialmente, que se concretize com grande antecipação, porque um sistema vasto e complexo, como é o educativo, reclama muito tempo para ser posto em movimento.

Quando se percorre hoje a II Série do Diário da República, referente a esses anos, vemos pautas sucessivas de resultados de concursos para os professores dos ensinos básico e secundário, feitos a tempo, deixando todos eles saber onde seriam colocados. Cada um podia programar a sua vida, a tempo e horas.

Trabalhou-se longamente na afinação das normas relativas aos programas das disciplinas e áreas disciplinares dos ensinos primários, preparatório e secundário (Decreto-Lei n.º 191/79, de 23 de Junho). Como já disse a nossa preocupação maior era a estabilidade. Sem ela todo o sistema “treme” e, quando o faz, fica vulnerável a toda a sorte de manifestações. Infelizmente, temos visto muito disto, ao longo dos últimos trinta anos. Paralelamente, havia que esclarecer como

funcionariam as coisas a nível central. Nesse sentido foi produzido o Decreto-Lei n.º 196/79, de 29 de Junho que definia as competências das Direcções-gerais dos Ensinos Básico e Secundário e da Inspecção-geral do Ensino Particular. E foram, ainda, regulamentadas as condições de recrutamento de docentes dos ensinos preparatório e secundário para as disciplinas de Educação Musical e da Música (Decreto-Lei n.º 287/79).

A acção social escolar, nessa ocasião, dependia em grande parte do Ministério. Posteriormente, as Autarquias Locais vieram a assumir numerosas competências neste domínio. Ligados ao lançamento do ano lectivo estavam os transportes escolares e houve, por isso, que esclarecer numerosos aspectos ligados à sua organização. Foi o que se fez através do Decreto-Lei n.º 354/79. Entretanto, atentos aos pormenores organizativos, conseguimos apaziguar o sistema, preparando-nos para voos mais ambiciosos.

*

A ideia estruturante que tínhamos era a elaboração de uma proposta de Lei de Bases do Sistema Educativo. Sabíamos que isso iria demorar tempo e que só se poderia fazer com o sistema em tranquilidade para ele se deixar motivar por uma grande ambição. O tempo foi-nos cortado, mas as ideias foram vertidas num longo despacho que eu próprio redigi e que suscitou muitos comentários, porque o fiz acompanhar de um gráfico de fluxos indicando a interligação das diversas fases. Tudo foi devidamente publicado (Despacho n.º 20/79). Foi a primeira vez que um fluxograma apareceu no Diário da República!

Começava-se, naturalmente, pela explicitação dos valores que o sistema deveria inculcar nos jovens Portugueses. Ficou a ideia, acompanhada de algumas manifestações de apreço pela clareza dos propósitos. Suponho que não voltou a ser tentado exercício semelhante, de tão grande ambição.

Estabeleci as sete fases seguintes: 1.^a - Enunciado dos princípios “provisórios”; os definitivos teriam de ser validados pela Assembleia da República; 2.^a - Formulação de metas gerais; 3.^a - Estabelecimento de sistemas de objectivos; 4.^a - Enunciado dos instrumentos de acção; 5.^a - Reformulação do conteúdo dos passos (2; 3 e 4), face aos princípios aprovados pela Assembleia; 6.^a - Elaboração de um plano

para a implementação da Lei de Bases; 7.^a - Elaboração de programas de acção e consequentes disposições legislativas.

Como se vê, o processo implicava uma colaboração muito próxima com a Assembleia da República. Para dar o pontapé de arranque, dei aos directores-gerais instruções para me fazerem chegar as suas achegas.

Devo dizer que teria gostado muito de ter participado num processo como este, independentemente das dificuldades com que me iria defrontar no Parlamento. Era, de facto, uma discussão sobre o futuro dos portugueses. Cada força política teria de fazer o seu trabalho de casa com aplicação. Como é evidente, este passo foi dado com a total anuência do Primeiro-Ministro Mota Pinto. Ele também se deixava fascinar pelo desenho do futuro.

Entretanto, foram criadas as condições de apaziguamento do sistema que eram indispensáveis para pensar no longo-prazo. Eu sei, como Keynes, que a longo-prazo estaremos todos mortos. Mas, em sectores como o da Educação - em que há uma grande inércia do sistema, porque, afinal, ele envolve praticamente toda a população - as reformas reclamam tempo! Por isso têm de ser preparadas “à tête reposée” e com o sistema a reformar em sossego.

Se adiarmos, sistematicamente, a reflexão de longo-prazo, não faremos mais do que ir remendando um sistema sem actuar sobre a sua arquitectura geral.

*

Naquele tempo havia o chamado “ano propedêutico” de acesso à Universidade que, depois, veio a transformar-se no décimo segundo ano do ensino secundário. As condições do seu funcionamento suscitavam sempre alguma turbulência. Tornava-se necessário esclarecer e definir as regras que regessem a avaliação de conhecimentos, o que era importante por estar na base do acesso aos escalões superiores. Foi isso que foi feito através da Portaria n.º 71/79. Por outro lado, era preciso ir preparando a substituição do ano propedêutico, que pairava entre o secundário e o superior sem grande amarração, de modo a transformá-lo, verdadeiramente, num décimo segundo ano, bem definido. Foi esse o objectivo da Portaria n.º 414/79. Os trabalhos tinham começado com um despacho meu (Despacho n.º 161/79).

*

Era importante afirmar a autonomia das Universidades mas, ao mesmo tempo, dispor de órgãos de aconselhamento, de auscultação e de coordenação da acção. Foram, para isso criados alguns conselhos.

O primeiro foi o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), sendo que este não era um órgão meramente consultivo. Foram transferidas para ele algumas funções da Direcção-geral do Ensino Superior, aplicando-se o princípio da subsidiariedade, tanto quanto às capacidades dos órgãos para onde se descentralizava o permitiam. Tudo isso foi feito através do Decreto-Lei n.º 107/79. Um outro conselho foi criado através do Decreto-Lei n.º 187/79. Trata-se do Conselho Nacional do Ensino Superior (CNES). Ele trata de aspectos científicos e pedagógicos deste nível de ensino, nomeadamente: os graus e diplomas, as prioridades, a criação e reestruturação de cursos, os respectivos planos de estudo, os critérios gerais de acesso ao ensino superior, o sistema de atribuição de equivalências, as convenções internacionais... Ele é, fundamentalmente, um órgão consultivo do Ministro.

Um terceiro conselho foi o Conselho Nacional do Ensino Artístico (CNEA), criado pelo Decreto-Lei n.º 348/79 que constitui um órgão de assessoria do Ministro, ao qual compete estudar questões referentes ao ensino artístico e sobre elas emitir opinião.

*

No domínio do Desporto foi produzido um diploma muito importante – o do controlo anti-doping. Estava-se no início de uma expansão dessas práticas que tão nocivas são à saúde dos atletas, mas que alguns parecem ter dificuldade em resistir, em nome da vontade de serem os melhores. Tratava-se do Decreto-Lei n.º 374/79 que deu muita discussão na sua preparação.

O Secretário de Estado da Juventude e Desporto atribuía, com justeza, muita importância à difusão das normas internacionais que referem a construção dos diversos tipos de recintos desportivos. As Autarquias Locais e numerosas agremiações associativas manifestavam a vontade de as construir. Era importante que o fizessem correctamente. Foi, assim, produzida e difundida uma série de manuais

cuja supervisão ele fez pessoalmente. Curiosamente, houve numerosos pedidos de fornecimento desses livrinhos por Angola, Moçambique, Cabo-Verde

O esforço normativo estendeu-se também à formação pedagógica dos professores de Educação Física dos ensinos preparatório e secundário. Isso foi feito através do Decreto-Lei n.º 180/79. Também foi aprovado o plano de estudos da licenciatura em Educação Física do Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa.

*

Com a preocupação de ir adaptando o que existia e com o fito de assegurar estabilidade a um sistema que dela tanto carecia, introduziram-se correcções e ajustamentos aos planos de estudos do 10.º e 11.º anos (Despacho Normativo n.º 135-A/79).

*

Eu atribuo muita importância à competição e à distinção daqueles que, por se esforçarem e por mobilizarem adequadamente as boas qualidades com que nasceram, ajudam a fixar padrões altos, servindo de exemplo para muitos e de motivo de emulação para alguns. Por isso, resolveu-se criar prémios para os alunos que se distinguiram: (a) pelo empenhamento no trabalho escolar; (b) pelas qualidades humanas e (c) pela participação positiva em actividades escolares ou para-escolares. Isso foi feito através do Decreto-Lei n.º 367/79, numa época em que este tipo de “saliências” era considerado reaccionário, privilegiando-se os trabalhos de grupo, a ausência de avaliação, fugindo às distinções que pudessem “traumatizar” os menos aplicados ou ferir a sua auto-estima e mais uma série de expressões de privilégio do nivelamento que, quando se faz, é sempre por baixo.

*

No domínio do Ensino Superior, o Secretário de Estado era o Prof. Eduardo Arantes e Oliveira e o Director-geral o Prof. Eduardo Marçal Grilo.

Além de numerosos casos pontuais que me levaram a visitar todas as universidades então existentes, a concentração de esforços foi feita em torno do Estatu-

to da Carreira Docente Universitária e Politécnica, como já disse. Trabalhou-se afincadamente e os projectos foram sucessivamente aprovados de modo a apresentar em Conselho de Ministros uma versão em que os muitos professores universitários presentes se revissem (Primeiro-Ministro; Vice-Primeiro-Ministro; e Ministros da Justiça e da Agricultura). Como se pode imaginar, houve muita discussão, mesmo após uma análise minuciosa do seu conteúdo pelo Primeiro-Ministro. A proposta foi três vezes a Conselho até ser, finalmente, aprovada, mas isso aconteceu quase no fim do nosso exercício de funções. O diploma foi para promulgação pelo Presidente da República, mas como a sua assinatura demorava, pedi ao Primeiro-Ministro que insistisse, para ver se tanto esforço dispendido não seria desperdiçado.

Na cerimónia de posse da Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, o General Ramalho Eanes, quando o cumprimentei, disse-me que estava a par do meu interesse e que se tivesse dúvidas me chamaria para as esclarecer. Fui passar uns dias à Foz-do-Arelho, levando na bagagem um fato próprio para visitar o Chefe de Estado. A chamada nunca veio, mas a explicação, dada por ele próprio, uns meses depois, quando nos encontramos pessoalmente, foi a de que razões políticas ponderosas fizeram com que ele não tivesse promulgado o diploma. Nunca soube o que lhe teria dito a Engenheira Pintasilgo. O que sei é que a versão do Estatuto que surgiu muito tempo depois não acrescentou nada de especial à que tinha sido apresentada, tendo-se deixado a Comunidade Universitária sem regras de enquadramento, numa ocasião em que isso era quase imperioso. Tive alguma dificuldade em explicar a quem tinha trabalhado com tanto afincamento a razão de tudo ter sido feito em vão.

*

Durante a vigência do 4.º Governo Constitucional, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 49/79 que criou o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto-Douro em substituição do Instituto Politécnico de Vila Real.

Eu tinha passado nas suas instalações um dia inteiro para discutir com os responsáveis as soluções adequadas à mudança de estatuto. O Instituto Politécnico estava instalado num edifício onde antes tinha funcionado a Junta Distrital.

As aulas eram dadas noutros lugares. Na sede funcionava a coordenação geral, sendo o gabinete do reitor separado da secretaria-geral por uma cortina de pano, repetindo-se a solução para demarcar outras divisórias. Quase tudo se passava praticamente no espaço do antigo salão nobre da Junta, um pequeno palácio de construção sólida, mas exíguo. A escadaria, essa, era ampla e imponente, como é costume, par ver e ser visto...

A meio da tarde, com um nervosismo visível, o Presidente do Instituto Politécnico disse-me que os alunos estavam concentrados na escadaria e que me queriam falar. Eu, aliás, já tinha dado por isso, porque a vozeria era bem audível no local onde decorria a nossa reunião. Fui ouvi-los e o porta-voz, que era um jovem desembaraçado, reivindicou a passagem imediata do Politécnico a Universidade. Respondi-lhes que tínhamos passado o dia inteiro a procurar soluções práticas para transformar o Instituto Politécnico em Instituto Universitário e que deveríamos progredir por passos sólidos, porque além do título havia problemas de instalações, de pessoal, de equipamento e que, para tudo isso, não havia meios nem eu tinha nenhuma varinha de condão. Não gostaram da resposta, apesar da minha promessa de fazer tudo o que estivesse ao meu alcance para que o Instituto nascesse em boas condições de sobrevivência. Acompanhei a carreira do porta-voz. Foi parar perto.

Quando regressei ao espaço rodeado por cortinas de pano a meia altura, no espaço enregelado do salão, não pude deixar de reflectir na insensatez que seria designar aquilo tudo pelo nome de Universidade...

Pois, passados vinte e tal anos, numa sessão promovida pela Ordem dos Engenheiros, num hotel local, acerca do desenvolvimento de Trás-os-Montes, houve um senhor que logo se declarou como sendo da oposição partidária e que lançou uma diatribe inflamada contra mim, dizendo aos assistentes na reunião que eu era o tal que, como Ministro da Educação, me tinha oposto à criação da Universidade de Trás-os-Montes, quando lá havia ido em visita de trabalho. Respondi-lhe, reproduzindo o desenrolar da visita, passo a passo. Não o devo ter convencido, porque ele pertencia ao género dos que não são susceptíveis de convencimento pela razão. Mas não deixei de ficar impressionado pela facilidade com que se fazem afirmações emotivas para tirar efeito da plateia, não tendo o cuidado prévio de se informar

acerca da razão de ser das decisões tomadas e das condições em que o foram. Infelizmente, este tipo de práticas é mais generalizado do que supomos.

*

Durante o tempo em que estive no Ministério da Educação, a Assembleia da República aprovou três leis, em cuja discussão eu participei. São elas as seguintes: 1) – A Lei n.º 3/79, respeitante à elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos da qual foi incumbido o Governo e a criação do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (o CNAEBA) que acompanharia o primeiro e a sua implementação; 2) – A Lei n.º 9/79, que definia as Bases do Ensino Particular e Cooperativo, nesse momento a atravessar um mau bocado e, por isso, a necessitar de estruturação legal; 3) – A Lei n.º 11/79, que criou a Universidade do Algarve, onde eu haveria de ir tantas vezes, no exercício de outras funções ligadas ao desenvolvimento e ao fomento da investigação científica como factor de desenvolvimento.

*

Em 1977, a Assembleia da República havia aprovado uma Lei (n.º 7/77) que definia o quadro de participação das associações de pais e encarregados de educação dos alunos dos ensinos preparatório e secundário no sistema educativo. Quando as associações estivessem legalmente e democraticamente constituídas era-lhes reconhecido o direito de dar parecer sobre as linhas gerais da política de educação nacional e da juventude e sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino. Além disso poderiam, também, dar parecer sobre as iniciativas legislativas apresentadas sob a forma de proposta de lei, quer dizer, dimanadas do Governo, em relação às quais ele era obrigatório, sendo facultativo em relação aos restantes casos. O Ministro da Educação deveria regular, por despacho, a referida lei e foi o que foi feito através do Despacho Normativo n.º 122/79, para grande satisfação da Confederação das Associações de Pais, ao tempo presidida pela Dr.^a Maria João Paiva Boléo Tomé.

Para assinalar o facto houve uma grande sessão em Coimbra, num domingo à tarde, na qual o Chefe de Estado se fez representar e eu elaborei sobre as minhas

convicções acerca do carácter indispensável do envolvimento dos pais na educação dos filhos, que não era corrente em Portugal. As desigualdades na formação académica dos pais, os escassos hábitos de participação, as próprias disparidades económicas fazem afastar os que se sentem menos preparados, redundando isso em prejuízo dos filhos. Por outro lado, alguns exageros especialmente das mães insatisfeitas e ansiosas com as classificações dos filhos, criam por vezes situações que não concitam à colaboração entre os docentes e os pais.

Haverá sempre situações pontuais em que se transferem para essas relações problemas externos à escola. Mas é indispensável que se faça tudo para chamar os pais às escolas, mobilizando, para isso, instrumentos tão variados como os prémios ou as competições desportivas. Estes meios têm de ser sempre redundantes de modo a apanhar em malhas sobrepostas a maior parte dos pais. Pouco destes resistem a viver conjuntamente com os filhos os grandes momentos de alegria ou de competição.

*

Um dia, telefonou-me o Prof. Mota Pinto, pedindo-me para o substituir na cerimónia de inauguração da estátua de Bolívar, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Era daí a três dias; eu não tinha, materialmente, tempo para escrever, eu próprio, o discurso que deveria pronunciar, de forma que solicitei a um adjunto de um dos Secretários de Estado, que era tido como escrevendo bem, para fazer um discurso adequado às circunstâncias. Quando, na manhã do dia aprazado, eu li o papel, disse para comigo próprio: “Tu não escreves assim!...” Mas não tinha outra solução que não fosse adoptá-lo. Ao fim da tarde, o Embaixador da Venezuela deu um cocktail na sua residência e foi-me apresentando os notáveis venezuelanos que tinham vindo a Lisboa para o efeito. Eu já havia notado, na cerimónia, uma senhora com um enorme chapéu branco que chamava a atenção de toda a gente. Chegou a vez de ela me ser apresentada. O Embaixador disse-lhe quem eu era, ao que ela exclamou: “Usted! Ministro? Yo creía que era poeta!”. Logo tomei a decisão: nunca mais haveria de ler qualquer discurso escrito por outrem. Tirando essa experiência, não recorri mais ao que os franceses chamam “les plumes du ministre”. Escrevia, aos domingos, à tarde, o que iriam ser os discursos da semana. Por isso, os livros de discursos que publiquei, têm uma unidade de estilo manifesta.

*

Como Ministro da Educação, eu tinha a tutela da Junta de Investigação Científica do Ultramar (JICU), ao tempo dirigida pelo Prof. Fernando Real.

Nessa ocasião, o Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, visitou Portugal, e eu conhecia alguns dos seus livros de poemas. Após a minha estadia na Guiné, interessei-me pelo conceito de “negritude” e pelos seus poetas, nos qual ele se incluía. Foi decidido fazer, para a ocasião, uma exposição no Museu de Etnologia, no Restelo, que estava fechado, mas abriu, propositadamente, para essa mostra que expôs parte do melhor que o Museu tem.

Não se pode imaginar como estava bonita a exposição! Ela tinha sido montada pelos técnicos da casa, com um requinte fora do vulgar. As vitrines estavam forradas de pano preto bem como os plintos que suportavam as esculturas maiores. O pavimento estava forrado de alcatifa preta. As peças estavam iluminadas por focos de luz halogénea, num ambiente de penumbra, quase misterioso, em que só se salientavam os objectos expostos.

Eu acolhi o Presidente e a Senhora numa sala do rés-do-chão, onde ele descansou antes da visita e onde eu lhe confessei a minha admiração, mostrando familiaridade com os seus versos, algo que o deixou desvanecido. Referi-lhe, ainda, saber que havia em Dakar um grande museu de arte africana.

Quando ele entrou no grande espaço do primeiro andar, pegou-me no braço e disse não haver comparação possível entre a modesta colecção senegalesa e aquele deslumbramento que tanto o tocara. Demorámos muito tempo a ver a exposição, sendo a passagem por cada secção devidamente elucidada pelos técnicos especialistas. E mesmo os restantes visitantes não escondiam a sua admiração.

À noite, no banquete de Estado, oferecido pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, quando eu cumprimentei ambos, mais do que o Presidente, o Poeta Leopold Senghor manifestou, de novo, a sua admiração pelas preciosidades que tinha visto e pela insuperável elegância da sua apresentação.

Mais tarde, tive ocasião de visitar, no Metropolitan Museum de Nova Iorque, a colecção Rockefeller de Arte Africana. Não sendo eu um especialista da área, devo

i. Pudim inglês feito com três camadas de consistências e sabores diversos.

confessar que, em comparação com a de Lisboa, a nossa se salienta de modo notável. Registo estes factos para conhecimento dos meus Concidadãos.

*

A administração do Ministério da Educação, quando eu lá cheguei era, como eu então dizia, um “trifle”¹. Havia na base os funcionários que tinham entrado no tempo do Prof. Veiga Simão, cujos membros mais notáveis se reuniam entre si com frequência e, com ele, algumas vezes. A seguir vinha a camada dos funcionários ligados ao Partido Comunista, muito zelosos das posições que conquistaram e permanentemente ocupados em pôr paus nas engrenagens; faziam-no com grande eficácia, dando notícias para fora acerca de tudo quanto estava a acontecer ou se queria que viesse a acontecer. Eram insuperáveis nessa acção. Finalmente, a camada mais recente e mais pequena dos funcionários ligados (ou simpatizantes) ao Partido Socialista que tinham entrado no Ministério durante os dois primeiros Governos Constitucionais.

Havia poucos independentes, como eu tanto gostaria de que acontecesse. Estava-se numa época em que a política partidária dominava absolutamente até na Administração. O que valia era que eles se degladiavam, também, entre si! Mas isso exigia esforços redobrados de atenção para detectar de onde vinha o arrastar de pés ou, mesmo, a oposição expressa.

Os antigos Directores-gerais – destituídos dos seus cargos por conveniência de serviço, que era um eufemismo para se designar a falta de confiança política – conseguiram um estatuto de Inspectores. Isso permitia-lhes estar desligados do serviço corrente, ficando em casa ou aborrecendo-se diante de uma mesa vazia, esperando uma solicitação que nunca vinha. Sucedia, todavia, que isso suscitava a maior inveja nos que estavam na mó de cima e que queriam vê-los afastados, porque eles os poderiam contrariar ou vigiar ou, simplesmente, porque recebiam o seu vencimento sem fazerem nada. Era, constantemente, objecto de intriga, a maior parte das vezes, muito fraterna mas, em certos casos, com alguma elaboração e perfídia.

Isso levou-me a chamá-los, um por um, dizendo-lhes que o país não podia prescindir do seu muito saber e competência e que, por isso, lhes propunha um tema

de importância fulcral que discutia com eles, para afinação da sua formulação. Todos aceitaram! Os termos de referência dos encargos atribuídos foram redigidos por mim e devidamente publicados no Diário da República e, desse modo, foi estancado o movimento de intriga constante de que eram objecto (Despachos n.º 368/78, 369/78, 372/78 e 373/78).

Só a Dr.ª Maria Manuela Silva me entregou dois relatórios com a maior pontualidade. Em relação aos outros, o Governo caiu antes de eles estarem prontos.

Razão tinha o porteiro espanhol do Ministério que exclamava sempre que via entrar um novo Ministro: “Llega el interino!”...

Os dois relatórios que recebi respeitavam ao sistema de informações estatísticas do Ministério e à constituição de um serviço central de estatística. Eu já tinha trabalhado com a Dr.ª Manuela Silva, quando ela tinha sido Secretária de Estado do Planeamento e eu responsável pela Comissão de Planeamento da Região do Norte. Não fiquei, por isso, surpreendido pela qualidade do seu trabalho e pela sua pontualidade. Dei logo instruções para prosseguir, na linha do proposto (Despacho n.º 75/79).

Entre os meus adjuntos, incumbidos de sectores específicos, eu tive a Dr.ª Madalena Azeredo Perdigão, como responsável pelas matérias ligadas ao ensino das Artes. Ela tinha sido tratada com grande injustiça e ingratidão, na Fundação Gulbenkian, onde havia desenvolvido uma acção de grande mérito, particularmente no campo da Música. Eu próprio havia beneficiado, como cidadão, das numerosas manifestações que a Fundação organizava, sob a sua égide, um pouco por todo o país. Mas, a seguir ao 25 de Abril, houve grandes convulsões em muitos lados e com particular verrina onde se sabia que havia dinheiro e poder para o usar. Ela retirou-se da Fundação, onde não voltou a exercer qualquer função executiva. Eu não podia deixar a sua capacidade desaproveitada. As informações que prestava e os fundamentados pareceres que produzia foram importantes para o que se fez no domínio da Educação Artística.

*

Como ministro da tutela, fui convidado um dia para participar na festa que o Benfica organizou no Casino do Estoril para comemorar o dia do clube. A equipa de

futebol tinha sido campeã nacional na época anterior, estando nesse ano a viver um período de grande entusiasmo e afirmação. O Presidente, Senhor José Ferreira Queimado, era um *gentleman* e, ao convidar-me, disse que estimaria que eu encerrasse a sessão formal, mas acrescentou que o discurso de fundo estava a cargo do Prof. José Hermano Saraiva que eu sabia ser um benfiquista de alma e coração. Percebi logo o que me iria acontecer se falasse em último lugar: seria o “anti-clímax” de um hino de exaltação ao clube. Pedi para falar em primeiro lugar, dando a posição de honra ao benfiquista ilustre que, ainda por cima, tinha sido meu antecessor. Quando cheguei à sala senti logo a electricidade que andava pelo ar e a impaciência que lhe estava associada. Eu tinha preparado uma página de intervenção que li com convicção, recebendo uns aplausos de cortesia.

O Presidente, que era um homem avisado, fez também uma curta intervenção. Aquilo que todos esperavam era o longo discurso do Prof. José Hermano Saraiva. Inesquecível! Começou por referir-se à introdução do futebol em Portugal por um grupo de “meninos finos” do Sporting, logo suplantados pela força popular dos benfiquistas que não só jogavam melhor como exprimiam a essência da alma lusitana...

Não se pode imaginar o modo como a casa veio abaixo. E viria uma vez e outra, de cinco em cinco minutos, ao longo de mais de uma hora! No final eram só abraços e lágrimas entre todos, irmanados num entusiasmo que eu nunca tinha testemunhado, em qualquer espécie de acontecimento. Juntava-se a plateia ao palco, os jovens atletas com as velhas glórias que faziam a guarda-de-honra à mesa de “rostrum” vestidos de encarnado dos pés ao pescoço e cobertos de medalhas. Felicitei-me por ter querido falar logo no princípio.

Não sei como é que o Prof. José Hermano Saraiva sobreviveu aos abraços que lhe deram durante bem mais de meia-hora. O país, que o conheceu bem dos programas em que fala de História ou do património com toda a serenidade, não pode imaginar como ele se transfigurava quando o tema é o Benfica. Fiquei, compreensivelmente com inveja por não ter uma paixão semelhante por qualquer coisa que fosse...

*

Houve, em 10, 11 e 12 de Junho, uma reunião de Ministros da Educação dos países-membros do Conselho da Europa, em Haia. Gosto sempre de voltar à cidade a que me ligam tantas recordações. Tudo se passou num hotel em Scheveningen, sob a coordenação do meu colega holandês que, além de ser um homem culto, era também de enorme simpatia. Lá tratámos das questões do sector e, à noite e antes de jantar, havia uma palestra sobre “A Educação e a Mulher” proferida por uma escritora francesa, Evelyne Sullerot. Tudo se passava no Binnenhof (as Casas do Parlamento). Assistia a Rainha Juliana com quem jantámos a seguir e, por indicação da própria Rainha, as mesas eram pequenas e os dois lugares ao lado dela foram ocupados pelos ministros presentes que, passavam, em rotação, dez minutos cada dois, a falar dos problemas por cuja resolução eram responsáveis. A Rainha já não era nova, mas ouviu e fez perguntas a todos durante mais de uma hora, interessando-se visivelmente pelas respostas que lhe eram dadas, porque interagía em função do que lhe era dito. Eu gosto sempre de admirar o profissionalismo com que alguém exerce as suas funções, sejam elas quais forem, mesmo as de uma Rainha!

Nessa sessão fiz o convite para que a reunião seguinte (1981) se realizasse em Portugal subordinada ao tema “A Educação pré-escolar e os dois primeiros anos do ensino primário”. A escolha do título tinha sido minha, mas foi entusiasticamente aceite pelos meus colegas. Era preciso começar a prepará-la desde logo, pelo que designei para coordenar os trabalhos o Inspector-geral Fernando Teixeira de Matos (Despacho n.º 190/79).

Houve, também, nesse ano, em Génève, a grande reunião anual dos Ministros da Educação da UNESCO e fiquei impressionado com muitas coisas, nesse encontro. A primeira foi com os carros alugados pelas delegações: as dos países mais pobres é que se deslocavam nas “limousines” mais aparatosas... Eu contentei-me com o carro particular do Conselheiro da Embaixada de Portugal junto das Organizações Internacionais em Génève, guiado por ele próprio.

Durante a sessão e porque era tema do encontro, eu falei do que estávamos a fazer em matéria de Ensino Especial. Quando regresssei ao lugar depois da intervenção o Conselheiro que se sentava ao meu lado estava comovidíssimo



FIG. Haia. Numa reunião da UNESCO com a Rainha Juliana (1979).

e com as lágrimas nos olhos, pois tinha um filho mongolóide. Foi a minha vez de ficar perturbado.

A Embaixadora de Portugal junto da UNESCO era, na ocasião, a Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo que, daí a pouco mais de um mês, haveria de chefiar o governo que substituiu aquele a que eu pertencia. Fiquei admirado por ver a quantidade de ministros que ela conhecia e que saudava com familiaridade. Recomendou-me muito que fosse ao Iraque, cujo Ministro da Educação me apresentou, porque eles tinham sido capazes de resolver o problema do analfabetismo com grande eficácia, montando tendas especiais no deserto, às quais iam as crianças dos nómadas e das aldeias vizinhas; ela tinha estado numa dessas tendas. A Embaixadora só ficou comigo no primeiro dia; pediu desculpa, mas tinha de regressar a Paris, porque no dia seguinte falaria à Conferência Episcopal francesa. Eu disse-lhe que, se tivesse de fazer o mesmo, já estaria naquela ocasião em grande nervoseira. Ela riu-se, mostrando a maior serenidade e à-vontade. Era uma mulher de enorme energia e determinação.

*

A cooperação com os países de língua portuguesa era, evidentemente, um assunto a que eu dava muita importância. O Ministro da Educação de Cabo-Verde, Dr. Carlos Reis, veio a Lisboa com o objectivo de estreitar as relações, nomeadamente através do apoio à sua acção. Ele foi, anos mais tarde, o Embaixador do seu país em Lisboa e, nessa ocasião, retomei as relações cordiais que encetei durante aquela visita.

Há o costume de dar ao visitante um presente simbólico e de valor modesto. Através da Embaixada de Portugal na Praia auscultei o chefe de gabinete do Ministro acerca do que é que ele mais gostaria de receber. Resposta imediata: as obras de Eça de Queirós. Foi o que lhe dei, sem deixar de pensar nos caminhos eficazes e ao nosso alcance que a cooperação deve assumir.

*

A nossa influência nos novos países africanos onde estivemos só perdurará pela língua e pela cultura. Por isso a cooperação com os PALOP's precisava de prepa-

ração explícita e reforçada naqueles domínios. O Governo de Angola tinha solicitado o apoio de Portugal, através do envio de professores. Era preciso preparar a sua ida, desejavelmente, por pessoas que conhecessem os dois lados. Foi nesse sentido que começou a trabalhar um grupo presidido pelo Prof. Abílio Lima de Carvalho (Despacho n.º 150/79).

*

Sem boas estatísticas é muito difícil gerir e, mais ainda, desenhar políticas adequadas. Por isso me preocupei com as Estatísticas da Educação e com a progressiva informatização dos dados que, então, era incipiente (Despachos n.ºs 32/79 e 33/79).

*

O Ministério estava inundado de processos de acção disciplinar dirigidos aos funcionários e aos serviços. O período a seguir ao 25 de Abril tinha sido fértil nesse campo, mas não havia resposta a nenhum deles, o que causava os maiores transtornos. A justiça, para mim, deve ser pronta para ser eficaz. Por isso forcei a celeridade da apreciação e decisão sobre aqueles processos, começando pelo seu levantamento. Dei um mês para o fazerem (Despacho n.º 375/78).

*

Apesar das restrições, em matéria de divisas, viajava-se muito em serviço e sem prestar contas do que se fazia. Impus a obrigatoriedade de apresentação de um relatório de cada missão efectuada ao estrangeiro, dentro de dez dias após o seu termo (Despacho n.º 1/79).

*

Já referi a importância que atribuo à noção de tempo e ao valor da História para a adquirir. Por outro lado, o próprio conhecimento dessa História é importante para qualquer povo, mormente para os que já foram maiores do que são hoje. Por isso, tomei a decisão de mandar fazer um levantamento dos Portugueses que se tornaram notáveis nas Ciências, nas Letras e nas Artes e elaborar planos de evocação dessas figuras, aproveitando os aniversários do seu nascimen-

to, da sua morte ou de outro acontecimento marcante, nas suas vidas. O plano estender-se-ia por dois anos e seria feito no âmbito das actividades escolares (Despacho n.º 5/79).

*

Um ministério como o da Educação não pode resolver tudo a partir de Lisboa. Há muitas competências que têm de ser descentralizadas nas Autarquias Locais ou nas Regionais quando as houver e outras que têm de ser desconcentradas para instâncias regionais do próprio ministério que deve assegurar funções de coordenação a muitos níveis. Nomeei um grupo de trabalho para definir as competências a descentralizar e a desconcentrar a partir do escalão central. Era seu coordenador o Presidente da Direcção do Instituto de Tecnologia Educativa (Despacho n.º 37/78). E, para que os trabalhos não se arrastassem fixei prazos para a elaboração da proposta (Despacho n.º 127/79).

*

Havia, então, uma área em que isso se impunha com muita rapidez; era a desconcentração e descentralização de funções para as Regiões Autónomas, no domínio das construções e do equipamento escolar (Despacho conjunto MEIC/MHOP de 25 de Janeiro de 1979).

*

Os primeiros estabelecimentos de ensino superior politécnico estavam previstos para começar a funcionar no ano lectivo de 1981/82. Era preciso preparar as condições de admissão dos alunos para não se verificarem os atropelos correntes a que ninguém sabe responder, porque as regras não estão fixadas. Nomeei, para isso, um grupo presidido pelo Prof. Rocha Trindade (Despacho n.º 141/79) o qual haveria de antecipar os problemas e de estabelecer as regras a seguir.

*

Em funções que desempenho hoje (2013), como Presidente da Assembleia Municipal do Porto, fico surpreendido quando ouço alguns dos seus membros, espe-

cialmente, os Presidentes das Juntas de Freguesia, referirem, com grande propriedade, as áreas por aluno dos diversos graus, e outras especificações que as construções escolares devem exibir. Mal eles sabem que as normas e orientações para o projecto de construção dos estabelecimentos de ensino decorreram de um despacho meu (Despacho n.º 159/79). Como eu dizia, então, tudo deveria ser traduzido, posteriormente, em diplomas legais. São esses números, normas e orientações que eles invocam.

*

O Prof. Rocha Trindade tinha uma grande experiência como responsável científico-pedagógico do chamado ano propedêutico e, também, do ensino à distância, instrumento a que ele recorria. Por isso, quando se pôs a questão de lançar uma “Universidade Aberta” logo pensei nele para coordenar os trabalhos (Despacho n.º 160/79).

*

Há numerosas situações de reforma com pouca qualidade material e nenhuma afectiva. São correntes os casos de professores (e professoras) idosos e sem família que vivem isolados, depois de terem passado décadas a preparar os jovens para o futuro. No dia em que se reformam ficam condenados à solidão. A resposta para este problema não são as grandes instituições de aposentados, mas antes os pequenos lares onde eles encontrem afinidades com os seus pares e possam, ainda, encontrar alguns estímulos, de modo a não se sentirem completamente anómicos. Pedi ao Inspector-geral Aldónio Gomes para, com alguns professores já maduros, fazerem sugestões praticáveis para melhorar as condições de vida dos professores reformados e sem família. (Despacho n.º 189/79).

*

Em 1980, comemorar-se-iam 50 anos da criação da Universidade Técnica de Lisboa. Tratava-se de uma universidade especial que tinha agregado uma série de escolas superiores com relevantes serviços prestados em numerosas áreas (Engenharia, Economia, Agronomia, Veterinária, etc.). As comemorações não devem

resumir-se a uma ou outra sessão solene cujos ecos se esfumam no dia seguinte. Podem representar, pelo contrário, ocasiões muito adequadas para fazer o balanço do passado e do presente e para pensar no futuro, procurando traçar planos que estimulem docentes e discentes. Por isso, criei uma comissão presidida pelo Reitor para tratar do assunto (Despacho n.º 191/79). Hoje, ninguém esperaria que um ministro tomasse essa iniciativa. Mas, naquele tempo, as Universidades não dispunham de autonomia para o fazerem.

*

As escolas normais de educadores de infância e as escolas do magistério primário seriam reconvertidas em Escolas Superiores de Educação. Era preciso definir as condições em que tudo se processava. Não era fácil porque se pretendia um incremento da exigência e, especialmente, porque as segundas gozavam de uma excelente reputação. Era preciso não perder o que já se tinha avançado e melhorar. O grupo de trabalho que ficou encarregado de o fazer era presidido pela Dr.^a Isabel Corte-Real (Despacho n.º 126/79).

*

O sector da Educação, em Portugal, já tinha sido apoiado pelo Banco Mundial, numa correcta aplicação de meios ao que era uma das prioridades nacionais. No meu tempo voltou a haver a possibilidade de contratar um segundo empréstimo para um novo projecto. Ele incidiria, especialmente, sobre os programas educativos. Num sector muito pulverizado como ele era (e ainda é...) seria determinante a organização de todas as componentes, a sua articulação e o seu acompanhamento. Para esse efeito nomeei um núcleo de coordenação chefiado pelo Eng.º Roberto Carneiro, que haveria de ser, ele próprio, Ministro da Educação daí a alguns anos (Despacho n.º 122/79).

*

É pecha portuguesa deixar os requerimentos ou os pedidos de prestação de informação sem resposta ou, então, feita com tão grande morosidade que as pessoas

desistem ou procuram resolver os seus problemas de outra maneira. Dei orientações claras aos serviços no sentido da celeridade de resposta a todos eles (Despacho n.º 84/79).

*

Como se pode imaginar, quase nove meses (de 21-11-1978 a 30-07-1979), mal demaram para tomar contacto com os problemas da Casa. Sabíamos isso desde o princípio, tendo-nos atirado à água, tentando lançar as bases para as grandes coisas (a Lei de Bases e o Estatuto da Carreira Docente Universitária e Politécnica), mas resolvendo as questões que não toleravam delongas. Eu tive a sorte de me entender bem com os Secretários e Sub-secretários de Estado que se deixaram contagiar pelo meu entusiasmo. Mas foi preciso mais do que colaboração; o que houve, de facto, foi cumplicidade. E, por isso, guardo boas recordações da minha passagem pelo Ministério da Educação.

Seja-me permitido prestar aqui homenagem aos meus dois Colegas que já faleceram e com quem mantive as mais amistosas relações até ao fim da vida deles: a Dr.^a Maria Alice Gouveia que, muito justamente, tem o seu nome numa escola secundária de Coimbra e o Dr. Carlos Rosa que, além de uma lealdade a toda a prova, era um grande conhecedor da natureza humana e das suas fortalezas e fraquezas, o que me ajudou muito na gestão do pessoal de uma organização que é o maior empregador do país. Faleceu já, também, o meu Chefe de Gabinete de então, Eng.^o Fernando Almiro do Vale, o qual me ensinou muitas coisas, especialmente aquelas que só os amigos são capazes de fazer. Sinto muito a sua falta.



CAPÍTULO IX

NOVO REGRESSO AO PORTO

O novo Governo, da presidência da Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, tomou posse no dia 31 de Julho de 1979.

Dois dias antes, sabendo-se já a composição do Governo, recebi um pedido de audiência do, ao tempo, Tenente-coronel Manuel da Costa Brás, que eu conhecia bem desde o 1.º Governo Constitucional, por ter sido, então, o Ministro da Administração Interna. Voltava, agora, ao Governo como Ministro Adjunto para a Administração Interna. Este queria convidar-me para regressar à Comissão de Planeamento da Região do Norte, desta vez como presidente. Agradei-lhe o convite e aceitei, pedindo-lhe um mês de férias. Logo me disse que não podia ser, porque tinha desafiado o Dr. José da Silva Peneda para Secretário Estado da Administração Regional e Local e que ele tinha aceite, ficando desse modo a Comissão sem chefia, a partir do dia seguinte. Não tive outra solução senão fazer a viagem de regresso na tarde do dia 31 de Julho e ir para a Comissão logo no dia 1 de Agosto pela manhã, assegurar “la relève de la garde”. O Dr. Silva Peneda tinha aguentado o “interino”, durante o período em que eu estive no Ministério da Educação e devolvia-me, agora, as funções.

Fiquei particularmente grato ao Tenente-coronel Costa Brás pela forma como fez o convite. Devo dizer que mantive sempre com ele relações cordiais que se transformaram, com o tempo, em relações de confiança e de sólida amizade, que perduram ainda hoje. A posse foi-me dada, pelo próprio Ministro, no dia 7 de Setembro, ao fim da tarde, na Casa do Infante, no Porto. O lugar pareceu-me particularmente bem escolhido e responsabilizador. Isso, aliás, foi sublinhado no discurso do Ministro. O regresso à Comissão foi um re-encontro com colaboradores que eu conhecia bem e com problemas em relação aos quais eu ainda não tinha perdido o contacto. As instalações na Praça Velasquez estavam a rebentar pelas costuras. Já tinha

sido necessário arrendar mais um andar num edifício próximo para instalar a coordenação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) que, entretanto, se tinham afirmado e consolidado. A Região tinha aprendido a tirar deles todas as suas potencialidades, o que se traduzia em satisfação dos Autarcas e em sentido de realização profissional e utilidade por parte dos funcionários. Era sentimento geral que estes se tratavam de unidades muito especiais da Função Pública e havia avaliação da produtividade dos através de indicadores muito simples. Os serviços de arquitectura e de engenharia tinham valores tabelados e aprovados oficialmente. Como os GAT produziam projectos e serviços que se inseriam nessas tabelas, logo era fácil aferir o que as Autarquias deveriam pagar se o trabalho fosse encomendado a gabinetes privados, admitindo que estes existiam nas partes remotas onde os GAT estavam sediados ou que haveria firmas de consultoria do Porto ou de Lisboa que estivessem dispostas a ir lá prestar os serviços em causa. O indicador sintético que interessava era o quociente entre os serviços prestados e os custos em que se tinha incorrido. Para efeitos de gestão havia algumas desagregações que eram feitas por sectores, até para se perceber quais eram os serviços mais caros ou que estavam em maior procura. Esta era a expressão da minha convicção de que, sem avaliação, não há gestão capaz.

Era muito estimulante ver o afã com que todos os Directores de GAT se esforçavam para ter bons indicadores. O quociente referido com facilidade ultrapassava o valor de 3,0 e era curioso presenciar, nas reuniões de coordenação, as explicações imaginativas dos que ficavam em piores classificações. O benchmarking funcionava perfeitamente, não só ao nível dos Directores, como dentro de cada GAT. Todos sabiam da vida de todos, através dos indicadores que faziam parte dos relatórios produzidos pela coordenação e que eram enviados para o Ministro. A competição é uma grande coisa! Todos aceitavam o método e se aplicavam para ficarem bem na escala. Havia, mesmo, a suspeita de que, alguns, muito hábeis a seleccionar as encomendas, davam prioridade às obras ou serviços que tivessem melhor pontuação. Era aquilo que eles chamavam “trabalhar para o índice...”. Mas, mais tarde ou mais cedo, tinham de responder a todas as solicitações, porque os Autarcas não esqueciam os seus encargos e, por isso, os indicadores, no médio-prazo, acabavam por reflectir o que eles de facto faziam.

Foi interessante observar o comportamento dos Directores em relação aos Autarcas. A grande maioria percebeu rapidamente que era a estes que eles tinham de responder e cultivavam as relações e as compatibilizações de encomendas entre os Municípios de um dado Agrupamento. Houve somente um que não resistiu à tentação de ser o “super-autarca” ... sem ter sido eleito para isso... Queria ser ele a dizer a cada um o que eles deviam fazer. Como se pode imaginar, cedo tive de lhe pedir para procurar outras funções, por manifesto desajustamento de perspectivas. Os GAT também tiveram o seu papel na aprendizagem democrática e na distinção entre as funções de um eleito e de um técnico.

Houve necessidade de expandir, ainda, para um outro meio-andar as nossas instalações. Alguém que tenha gerido serviços espalhados por vários locais sabe o tempo que se perde em ir de um lado para o outro. Por isso se começou a pensar em encontrar instalações onde pudéssemos estar todos juntos, facilitando a coordenação e melhorando as condições de trabalho.

Comecei a procurar o que estava à venda. Tinha havido um propositura de projecto à Câmara Municipal do Porto para construir um grande empreendimento, na Rua do Campo Alegre, logo à saída para a auto-estrada. Tratava-se de um belíssimo parque, com espécies arbóreas magníficas trazidas por proprietários ingleses anteriores aos vendedores. Todavia, por se tratar de um grande gerador de tráfego pontual, localizado num ponto de grande sensibilidade, a Câmara não aprovou, explicitando mesmo que qualquer aproveitamento posterior não poderia extravasar a área construída em planta. O preço pedido diminuiu muito e, por isso, tornou-se possível admitir instalar a Comissão num edifício com grande dignidade. O Secretário de Estado do Orçamento mandou proceder às avaliações necessárias, tendo a Direcção-geral do Património entendido que se tratava de uma excelente aquisição. Assim, foi decidido avançar. O Arquitecto José Carlos Loureiro encarregou-se de fazer um projecto muito pouco interventivo, deixando para fases posteriores o aproveitamento de outros espaços construídos. Começámos, por isso, pela ocupação do edifício principal inaugurado na véspera do Dia de S. João de 1980 pelo Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro. As obras foram feitas em tempo mínimo. Quando, no dia anterior, já noite avançada, saí de lá, fui para casa a matutar na desculpa que deveria dar ao Primeiro-Ministro por

tê-lo convidado para uma coisa que ainda não estava pronta. Trabalharam todos, toda a noite. Quando lá cheguei às oito horas da manhã não reconheci o que tinha deixado. Mas a azáfama continuava... Quando descí para acolher a numerosa representação do Governo, a minha secretária ainda se ocupava a pôr flores nas jarras. E quando o Dr. Sá Carneiro entrou felicitou-me pelas instalações e fez uma observação acerca da frescura as hortênsias!... Respondi-lhe que há um quarto de hora ainda elas estavam na terra...

Sucedeu-me isto algumas vezes na vida. A capacidade de improvisação dos Portugueses e o seu gosto pela realização de “tarefas impossíveis” são um facto. Mas eu prefiro as coisas devidamente programadas. O que custa a ansiedade e o afogadoilho deixam arrasado o mais resistente. E não há esforço continuado que não reclame programação.

*

Anos mais tarde, sendo o Eng.^o Paulo Vallada o Presidente da Câmara Municipal do Porto, sugeri-lhe a realização nos jardins do Palácio de Cristal de um Simpósio de Escultura, em termos similares aos que eu tinha visto terem sido aplicados em Évora, ao que ele acedeu com entusiasmo. O Porto tem nos seus jardins muitas peças produzidas nesse mês de actividade. E os jardins da Comissão de Coordenação foram beneficiados com duas excelentes esculturas cuja escolha foi um privilégio dado ao seu presidente. À Comissão vinha muita gente que via o que estava à sua volta. Não se pode descurar o que pode ser imitado. É preciso estabelecer padrões altos que sejam mobilizadores.

*

Durante o primeiro governo Balsemão foi decidido aproveitar a oportunidade da concessão de crédito pelo Banco Mundial para acções estruturantes do nosso desenvolvimento. Como já disse, foi desenhado um grande projecto no domínio da Educação, para a construção de escolas, formação de professores e outras componentes e decidido que a parte mais remota e menos desenvolvida

j. Alguns livros de Rentes de Carvalho praticamente descrevem as condições que eu encontrei em muitos lados.

de Portugal – Trás-os-Montes e Alto-Douro – seria objecto de um outro projecto que apoiasse o aproveitamento dos seus recursos endógenos. Fui incumbido de preparar o segundo e de, posteriormente, o negociar e montar a estrutura que haveria de o concretizar. Era importante, para o nosso Tesouro que entrassem alguns milhões de dólares que, nessa ocasião, nos pareciam muito, mas que hoje sabemos terem sido pouco. De qualquer forma, ajudaram a equilibrar a balança de transacções.

Comecei por fazer reuniões para obter o levantamento dos recursos. Reuni com os directores dos GAT para recolher as suas sugestões, com os Presidente das Câmaras para ouvir as suas recomendações e, especialmente, com as estruturas locais do Ministério da Agricultura que eu já conhecia, na sua maior parte.

Trás-os-Montes é um território muito variado. Em Montalegre temos as condições da Escócia e a menos de cem quilómetros a sul, no vale do Douro as características são quase mediterrânicas. Na Terra Fria o ambiente é o da Meseta, mas na Terra Quente já domina o olival e a vinha. Há raças bovinas variadas – o maronês, o mirandês, o barrosão, a cachena, a galeza – e castas de vinha às dezenas. Há cidades com tradições administrativas e mesmo académicas antigas, e há aldeias remotas onde só se conseguia, nesse tempo, ir a pé ou a cavalo¹.

Há montanhas acidentadas e vales largos e planos. Há zonas secas e outras cheias de água. Já não há recursos minerais susceptíveis de aproveitamento rentável: as minas de magnetite de Moncorvo nunca arrancaram em termos económicos; as de silício do Marão pararam e a única unidade de transformação à beira Douro encerrou e foi desmantelada; ainda vi as minas de ouro de Jales a funcionar, mas já em “fase terminal”, sendo nessa ocasião mais um problema social e menos um recurso económico. Assim, tínhamos de gizar um programa baseado nos recursos agrícolas, deixando para mais tarde outras componentes, de transformação ou turísticas que não eram praticáveis, nomeadamente por razões de acessibilidade. Hoje estas são muito diferentes, sendo de outra natureza os entraves ao desenvolvimento.

As dificuldades do PDRITM (Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes) residiam, fundamentalmente, na grande variedade de recursos e na dimensão modesta de cada um deles, com excepção da zona vinhateira do Douro que punha, contudo, outras ordens de problemas.

Logo nos demos uma grande ambição: para que o plano fosse de desenvolvimento e não somente de crescimento, todos os transmontanos deveriam ter acesso aos meios que nos eram facultados para o fazer e aos frutos e benefícios das acções empreendidas. Sabíamos que eram eles que se tinham de desenvolver, porque ninguém é capaz de desenvolver os outros. E conhecíamos as suas limitações, em termos de formação. Por isso, tínhamos de fazer assentar as actividades naquilo que eles sabiam fazer e ir promovendo uma melhoria das mesmas através de inovações susceptíveis de serem absorvidas.

A literatura está cheia de referências a projectos muito voluntariosos que fracassaram por falta de adaptabilidade dos seus agentes às condições que se admitiram como susceptíveis de serem praticadas. O passo a que se caminha, num processo de desenvolvimento, é sempre comandado pelas capacidades das pessoas para nele se envolverem. Eu tinha estudado o caso do Mezzogiorno Italiano que absorveu meios gigantescos, tendo-se até criado um banco de desenvolvimento para o apoiar (a Cassa per il Mezzogiorno) e encarregado um ministro exclusivamente para o coordenar. Quem mais se desenvolveu com esses dinheiros foi a Lombardia e outras regiões do norte da Itália que forneceram os grandes equipamentos que foram instalados no sul. Eu era amigo de um grande académico italiano, o Prof. Giorgio Fuá, da Universidade de Ancona, que tinha escrito um livro admirável com o título “Il sviluppo senza fractura”ⁱ e falei muito com ele a respeito do desafio que tinha pela frente. Ouvi com atenção o relato da sua experiência na Regione Marche e hoje, não tenho dúvidas: se não se for “plástico”, de acordo com as capacidades das pessoas, a primeira e definitiva fractura é a emigração dos mais válidos. E aí, o processo de afundamento é imparável. Por isso, assume tanta importância a educação, a formação, a capacidade (“empowerment”), a participação, o envolvimento dos mais dinâmicos, a “construção institucional”... Esta não costuma merecer muitas recomendações; eu faço-as com convicção, porque sei por observação, que se não houver um tecido institucional robusto com muitas ligações entre elas e, especialmente, com o hábito instalado de participar,

i. Referência ao livro de Giorgio Fuá, “Il sviluppo senza fractura” (O desenvolvimento sem fractura)

de discutir e de tomar iniciativas, um processo de desenvolvimento animado por um único foco de energia revela-se extremamente vulnerável.

Foi com tudo isso na cabeça que parti para a definição do PDRITM, o qual não brotou de um jacto, mas foi sendo construído, a pouco e pouco, ouvindo as sugestões de muitos agentes locais, especialmente daqueles que exerciam funções nos sectores agrícola e agro-pecuário na região. Havia funcionários com larga experiência, mas havia, também, funcionários que tinham herdado terras e que as exploravam. Eu ouvia, com particular atenção, esses funcionários-empresários agrícolas que conjugavam, na expressão das suas opiniões, a teoria, a prática e as regras administrativas. De uma feita ficava-se a saber o que se deveria fazer e como fazê-lo. Aprendi muito nessas conversas.

Um plano de desenvolvimento deve ser, sempre, um exercício de coordenação no qual participem muitos dos agentes que, posteriormente, irão ser encarregados de o passar à prática. Contudo, não deve o coordenador ser um deles, porque é corrente, nessas circunstâncias, a falta de ambição nos objectos fixados; é compreensível que assim suceda, para se defenderem da acusação de irrealismo e para não correrem o risco de falharem os alvos que eles próprios fixaram. Por isso tendem a ser conservadores.

O meu braço direito na formulação e na negociação do Projecto foi o Eng.^o Mário Fernandes Martins que tinha sido meu aluno e trabalhava, então, na Comissão de Coordenação da Região do Norte (durante o 5.^o Governo Constitucional, tinha havido uma mudança de designação: as Comissões deixaram de ser de Planeamento e passaram a ser de Coordenação).

Embora o Projecto fosse de Desenvolvimento Rural não era só agrícola, porque as condições de vida em Trás-os-Montes exigiam que fossem melhoradas. Por isso se definiu uma componente agrícola, afinada em estreita cooperação com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e uma componente não-agrícola para cujo conteúdo muito contribuíram os Directores dos GAT e os próprios técnicos da Comissão de Coordenação.

No âmbito da componente agrícola figurava: i) a reabilitação de regadios tradicionais; ii) o reforço dos serviços agrícolas nas áreas de actuação; iii) o reforço das estações experimentais; iv) a construção e equipamento de salas de

ordenação mecânica colectiva, muito importantes para a valorização da pecuária e da produção de leite; v) alguns estudos de viabilidade de rega; vi) a construção de três novos pequenos regadios e vii) uma grande operação de crédito agrícola, onde avultava a Região Demarcado do Douro com a reabilitação de vinhedos e a plantação de novas vinhas.

Queríamos que houvesse uma melhoria generalizada das massas vínicas, especialmente das destinadas a serem beneficiadas para fazer Vinho do Porto. A elevação da qualidade era a preocupação maior, o que foi conseguido, mas também se pretendia aumentar a quantidade, nomeadamente para acomodar a diversificação da produção. Por outro lado, tornava-se imperioso evitar a importação clandestina de uvas ou de vinho de fora da Região Demarcada.

A componente não-agrícola tinha como propósito: i) o reforço de participação da Administração em várias obras levadas a cabo pelas Autarquias; ii) a formação de quadros da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM) e das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CSAM) indispensáveis para a concessão de meios aos agricultores, de quem estavam próximas e de quem tinham a confiança; iii) o reforço dos serviços dos GAT e iv) a investigação agrícola aplicada a uma unidade de avaliação dos efeitos do próprio projecto.

Como havia na Região o Instituto Universitário (que passou a Universidade em 22 de Março de 1986), entendeu-se reforçar a sua componente de investigação, encomendando-lhes numerosos estudos que animaram os jovens docentes e lhes deram temas para se aplicarem, resolvendo questões de grande relevância para o desenvolvimento agrícola regional. Havia um Conselho de Supervisão constituído pelos Professores Apolinário Vaz Portugal, Carlos Portas e Ilídio Moreira que acompanhavam de perto os trabalhos. Eu tirava grande satisfação pessoal das reuniões desse Conselho. A tal ponto que um dia, o meu amigo Carlos Portas me chamou a atenção para o facto de eu ajudar, de forma demasiado patente, os avaliados; parecia ser um deles e isso embaraçava, de certo modo, os avaliadores... Logo que tivemos uma versão apresentável, com as acções devidamente identificadas e quantificadas, solicitámos uma avaliação técnica relativamente ao conteúdo do Projecto. Ela foi realizada por uma equipa da FAO chefiada por um experimentado engenheiro uruguaio. Os técnicos que integravam este grupo

tiveram reuniões com quem quiseram. Lembro-me de que a última foi comigo para me dizerem o que pensavam do projecto. Estavam surpreendidos com a sua complexidade, resultante da enorme variedade de situações que nós queríamos contemplar. Mas disseram que iriam recomendar o seu financiamento ao Banco Mundial.

Não é possível, agora, recordar-me do nome de todos os que contribuíram com o seu muito saber e entusiasmo. Não posso, contudo, deixar de evocar os nomes do Prof. Fernando Real, reitor do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Eng.^o Vilhena de Gusmão, do Eng.^o Brito de Carvalho, Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, do Eng.^o Cardoso Costa, director do Gabinete de Planeamento de Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, do Eng.^o Tomás de Moraes em relação aos regadios, do Eng.^o Rogério Félix do Centro de Estudos Viti-vinícolas do Douro, da Engenheira Rosário Lage em relação ao crédito agrícola, do Eng.^o Quadros Moraes Sarmento em relação à veiga de Chaves e de muitos outros.

Como se sabe, só os vales têm água, em Trás-os-Montes. Mas é difícil fazer agricultura sem água. Por isso se reabilitaram mais de 120 regadios tradicionais, com canais melhorados em mais de 30 Km de extensão; ao darmos preferência a esta reabilitação, não nos metíamos nas complicações da formação de agricultores que tinham de mudar as culturas de sequeiro para outras com uso de água, nem noutras, maiores ainda, da fixação de regras para a distribuição da água. A instalação dos técnicos e a disponibilidade de meios para a sua deslocação eram fundamentais. Havia duas estações experimentais e um núcleo de mecanização que eram muito importantes para a extensão rural. Os pequenos lavradores não tinham nem áreas de pasto para muitas vacas nem poupanças para investir na ordenha mecânica, pelo que foram construídas mais de 120 salas de ordenha colectiva (“milking parlours”)... onde todas as vacas de um aldeia conversavam umas com as outras... Era preciso fazer estudos de viabilidade da rega (Vale de Chaves e vales secundários e Freixo-de-Espada-à-Cinta) e prospectar águas subterrâneas em muitos lados (mais de vinte e cinco captações). Foram construídas três pequenas barragens [Curalha (Alto Tâmega), Crasto (Terra Quente Transmontana) e Gostei (Terra Fria Transmontana)] e seus sistemas de canais.

O crédito beneficiou todas as sub-áreas em que se dividiu Trás-os-Montes: (a) a Montanha; (b) os Vales sub-montanos; (c) o Planalto Mirandês; (d) a Terra-Quente Transmontana e (e) o Douro. De longe, a maior fatia foi para o Douro. O crédito a longo-prazo concedido para esta última sub-zona foi de cerca de 3,2 milhões de contos; o segundo montante (o dos vales sub-montanos) não chegou a 10% desse valor (0,3 milhões de contos). Em 1988, o número de projectos aprovados para o Douro ia em 439 quando, em relação aos vales sub-montanos, era de 73. Referirei, adiante, com maior pormenor esta componente.

Tanto as 24 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo como a sua Federação (a FEACAM) foram apoiadas para a remodelação das suas instalações, equipamento e formação de quadros. O Instituto Universitário de Trás-os-Montes teve, no âmbito do PRDITM, a sua primeira grande encomenda de projectos de investigação. Foram 16, indo desde a obtenção de variedades melhoradas de trigo, centeio e triticales até ao melhoramento das castas das videiras do Douro.

A unidade de avaliação do Projecto foi montada na Universidade, como parte da formação neste tipo de unidades que uma instituição ligada aos temas da agricultura deve ter. O Reitor escolheu o técnico a formar; eu escolhi o formador, um inglês com larga experiência neste domínio que ensinava na Universidade de Wageningen, na Holanda.

A componente não-agrícola foi muito articulada com as Câmaras Municipais. A prioridade foi dada ao abastecimento de água (mais de 800 Km de condutas) e aos esgotos (mais de 160 Km de tubagens), mas também se reabilitaram estradas e caminhos municipais (cerca de 400 Km) e arruamentos dentro de povoações (cerca de 600 Km). E foram construídas mais de 150 salas de aula para os ensinios primário e pré-primário.

Se refiro as diferentes componentes deste Projecto e os seus valores é para que o Leitor possa dar-se conta da variedade de sectores e parcelas do território que foram tocados e das dificuldades da sua coordenação. Como sempre sucede, houve áreas e sectores mais dinâmicos uns do que os outros. A coordenação tinha de estar preparada para fazer face a tudo isso, tentando corrigir o que fosse possível. Gizámos um complexo organograma no qual estavam colocados todos os agentes e os fluxos de informação, de dinheiros e de responsabilização entre eles. Os di-

nheiros passariam pela Direcção-Geral do Tesouro para as componentes ligadas à Administração e pelo Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) para tudo quanto tinha a ver com o crédito veiculado pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e dirigido aos agricultores, cooperativas e associações de regantes. É evidente que o IFADAP prestava contas à Direcção-Geral do Tesouro por aquilo que fazia. Com isto tudo preparado, comunicou-se ao Ministério das Finanças que estávamos prontos para a avaliação ex-ante do projecto pelo Banco Mundial. A missão que teve mais contactos comigo era chefiada por um holandês, o Senhor Van De Pool. Passaram na Região do Norte várias semanas, por algumas vezes. Havia uma sessão de *briefing* quando chegavam e outro de *de-briefing* antes de partirem. Eu não os acompanhava no terreno, de modo a deixá-los completamente à-vontade para fazerem os contactos e as perguntas que quisessem, mas o Eng.^o Mário Martins ia sempre com eles.

Constituiu-se a missão que iria a Washington negociar o Projecto com o Banco Mundial. Fui designado para chefiá-la. O Gabinete para a Cooperação Externa designou a Dr.^a Isabel Mota. Eu já a conhecia, mas foi durante a semana das negociações que eu pude apreciar as suas altas qualidades que me levaram, posteriormente, a convidá-la para Secretária de Estado do Planeamento, em 1987, quando foi constituído o 11.^o Governo Constitucional. A Direcção-Geral do Tesouro indicou o Dr. Ismael Cardoso. Foram, também, na delegação, o Eng.^o Mário Martins, o Eng.^o Fernando Vilhena de Gusmão e o Dr. Paulo Daniel pelo IFADAP.

Fiz uma visita de despedida ao Dr. João Salgueiro, Ministro das Finanças, para saber se ele tinha alguma recomendação especial a fazer-me. Conheciamo-nos há anos e sempre mantivemos relações cordiais. Ele brincou, dizendo-me que eu era um “patriota” e que, portanto, saberia defender bem as nossas cores...

Num lindo domingo do fim da Primavera de 1982 fizemos, em pleno Dupont Circle, em Washington, uma reunião de coordenação acerca da melhor maneira de conduzir as negociações. Na segunda-feira encontrámo-nos no átrio do Banco Mundial com uma pequena delegação do Egipto que ia negociar um projecto de montante mais do dobro do nosso que era de 51 milhões de US Dólares e o deles era de muito mais de 100 Milhões.

Começámos a discussão, analisando a arquitectura geral do Projecto, com base no tal fluxograma que foi considerado como muito complexo mas respondendo a todas as questões que nos puseram.

Na 3.^a feira à tarde já não encontrei a delegação egípcia. Ela tinha acabado as negociações! E nós ainda estávamos no princípio... Perguntei ao jurista alemão que assessorava o Banco em relação aos dois projectos o motivo pelo qual estaria a haver um tão grande desfasamento entre os dois casos. Ele respondeu-me: “o vosso projecto é muito mais complexo e vocês sabem bem o que querem; o deles, além de ser de conteúdo muito mais simples, não vai ser, provavelmente, cumprido com rigor; por isso as cláusulas de protecção do Banco, em caso de fracasso, são muito mais severas; mas eles precisam muito do dinheiro para a sua balança de transacções...”.

As nossas discussões duraram até sexta-feira ao meio-dia e durante a tarde em que o contrato foi rubricado. No dia seguinte, o chefe da delegação do Banco recebeu todos os Portugueses para almoçar em sua casa.

Regressei a Portugal no domingo e, na segunda-feira de manhã, quando cheguei ao meu gabinete na Comissão, fui inundado por infindáveis telexes que vinham da Índia, da Austrália... e, naturalmente também, da Europa a mostrarem interesse em participar nos concursos que, seguramente, iríamos abrir para equipamentos, para os *milking parlours*, para diversos tipos de *fences*, para as explorações pecuárias, etc., etc.

Era evidente que, desde há muito, todas as firmas que mostravam esse interesse estavam a par do conteúdo do projecto e só esperavam pela sua aprovação. As próprias delegações dos seus países junto ao Banco Mundial, há largas semanas ou meses, que as vinham alertando para a oportunidade de novos negócios, pelo que as firmas só aguardaram pela confirmação da aprovação do projecto para formalizar a expressão do seu interesse, o que foi feito a partir de sexta-feira à tarde. Os seus telexes foram enviados durante o fim-de-semana...

Apesar das minhas repetidas tentativas, nunca consegui que as sucessivas representações portuguesas fizessem algo de parecido em relação às nossas indústrias. A desculpa era, sistematicamente, a falta de pessoal e a deontologia dos procedi-

mentos; elas estavam lá para representar o Estado Português e não para facilitar os negócios às firmas portuguesas. O meu entendimento é diverso.

*

As pessoas não imaginam a satisfação que eu tenho, hoje, quando vou ao Douro e vejo as suas encostas cheias de plantações novas, de cepas escolhidas que darão, depois, vinhos excelentes cujas características os distinguem de todos os demais. Mas não foi sempre assim! Quando comecei a ir para lá em serviço, portanto com a obrigação de olhar e de ver, havia mortórios por toda a parte. Os mortórios são vinhas abandonadas a seguir ao surto de filoxera que as atacou na década de 80 do século XIX. Os prejuízos então causados foram enormes e sobreveio a ruína de muitos viticultores que nunca mais tiveram dinheiro nem energia para replantar as vinhas. Havia boas vinhas, obviamente. Mas também se podia observar, sem plantação, muitos espaços quase sem uso e os tais mortórios que o tinham tido um século antes, ficando depois disso com utilização marginal, no melhor dos casos.

Como já disse, nesse tempo tudo se concentrava, dramaticamente, em ter ou não ter benefício para fazer vinho generoso. E, todavia, quando eu visitava alguns produtores mais conhecedores eles referiam-se ao enorme potencial do Douro para os vinhos de mesa. O “Barca Velha” já tinha afirmado, solidamente, a sua reputação, mas havia outros que, sem atingir a sua altura, eram excelentes. Contudo, como os viticultores estavam, então, descapitalizados, era preciso animá-los não somente com boas palavras, mas também com algum dinheiro.

A componente relativa ao crédito à plantação de novas vinhas foi muito discutida. No Centro de Estudos Viti-vinícolas do Douro havia técnicos competentes como o Eng.^o Rogério Félix e, na Região Demarcada, estavam fixados alguns produtores que sabiam bem como fazer bom vinho.

Assisti a numerosas trocas de impressões acerca daquilo que se devia fazer. A discussão girava, fundamentalmente, em torno de dois temas: as castas a autorizar e as técnicas de armação dos terrenos e plantio (em socalco, ao alto, etc.). Em relação às primeiras acabou por haver algum consenso no que respeitava às que deveriam ser promovidas. Quanto às segundas chegou-se à conclusão de que

cada um deveria fazer o que estivesse convencido ser o melhor para o seu terreno e para os métodos de exploração que usava.

Assim, foram fixadas as regras a seguir e as condições de acesso ao crédito. E o resultado foi um sucesso, porque muitos se animaram a fazer melhorias nas suas vinhas ou a estendê-las e muitos outros foram atrás. É sabido que o sucesso atrai sucesso (“nothing succeeds like success”), tendo sido muito importante que os vicultores mais inovadores e considerados como mais sabedores tenham plantado vinhas com fundos do PDRITM. Generalizou-se a prática. Dizem-me algumas pessoas no Douro que a ocasião em que se lançou o Projecto foi talvez a última oportunidade para dar um novo sopro aos vinhedos da Região. Se se tivesse atrasado uns tempos, a descapitalização dos produtores teria sido muito mais grave e já não haveria vontade para empreender o verdadeiro movimento que ocorreu. Quando o Projecto “começou a mexer”, dava gosto cruzar o Douro e ver muitas encostas a serem surribadas, preparando-se para a plantação das cepas. Mas havia gente muito renitente contra o Projecto. Uns por ignorância, outros porque sentiam os seus interesses ameaçados.

Lembro-me de uma visita a uma adega cooperativa, onde insistiram para que eu provasse o que achavam ser o seu melhor produto; um vinho branco dourado escuro com 16 graus ou mais! Era, para mim, imbebível, mas, gabava-se-lhe o “grau” e quanto representava em valor, porque era em função disso que ele era pago. Aquele vinho traduzia uma grande falta de domínio das técnicas modernas de vinificação e um desconhecimento absoluto acerca dos atributos que o mercado prefere. A modernização da viti-vinicultura tinha de ir fundo, apesar dos bons exemplos que se podiam ver um pouco por todo o lado. Mas também havia os que defendiam os seus interesses no tal negócio dos cartões. E, algumas vezes, faziam-no de forma muito sorrateira.

Um dia recebo uma chamada da Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária da Régua, convidando-me para ser o orador na festa dos finalistas que teria lugar daí a uns dias. O tema proposto era o PDRITM.

Estava-se em Junho e eu imaginei logo o calor insuportável que teria de aguentar. Tentei desculpar-me, dizendo que o assunto não interessaria seguramente aos estudantes, no que eu estava totalmente certo, como se veio a comprovar, porque



FIG. Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes.
PDRITM.

na noite da palestra eles estavam em quantidade mas cá fora, divertindo-se em conversas uns com os outros e os mais pequenos em correrias. Mas tive “casa-cheia”! Lá dentro estavam lavradores que tinham sido convocados por alguém que também tinha feito sentar na primeira fila um avô, um filho e um neto, todos cegos, com os olhos brancos sem pupilas e com três bengalas brancas bem visíveis. Pareceu-me uma montagem com sabor clássico e logo disse para comigo que as coisas iam aquecer muito mais do que a sala já estava. Havia uma só cadeira na mesa. A Senhora Presidente agradeceu-me o ter acedido ao convite e, depois, foi sentar-se longe. Lá fiz a minha apresentação do Projecto, dando particular atenção à componente relativa ao Douro. Só se ouvia a vozeria das conversas lá fora e os gritos dos miúdos que corriam. Dentro da sala, fazia-se um silêncio expectante. Logo que eu acabei e, seguramente conforme o programado, levantou-se o avô de rompante e, com a bengala branca dirigida a mim, gritava: “Este homem quer acabar com o Douro! Ele quer a nossa desgraça!”. Eu deixei que esfriassem os ânimos. Houve alguns que seguraram o homem “para ele não fazer uma desgraça” (Os franceses também dizem: “Tenez-moi; sinon je fais un malheur”). Depois, sempre a tentar que a minha voz soasse calma, expliquei que era exactamente o contrário o que eu pretendia. Voltei a sublinhar as virtualidades do projecto, mas havendo já na sala um grande burburinho e não estando ninguém a meu lado para encerrar a sessão, manifestei a minha esperança de que todos tivessem ficado com mais informação e dei por concluída a palestra. Houve umas palmas esparsas, insisti em passar no corredor central ao lado do avô irado, escapei a uma bengalada potencial que nem sequer foi esboçada e despedi-me da Senhora Directora que me acompanhou ao carro, com muita deferência. Como sempre sucede com este tipo de “números”, passados uns dias vieram dizer-me quem tinha estado por detrás de tudo. Não fiquei admirado.

*

Hoje (2012), está na moda criticar-se a escolha feita das castas então privilegiadas. Ou dizem que deveriam ter sido outras ou defendem que não deveria ter sido feita nenhuma selecção, fazendo cada um o que melhor entendesse. A verdade é que se sabia pouco acerca das castas e era necessário prosseguir com a sua

caracterização, com muito maior profundidade. Escolheram-se as que melhor se conheciam e que melhores resultados já tinham dado. Curiosamente, as que foram, então, preferidas são aquelas que hoje, nos rótulos das garrafas mais frequentemente são explicitadas...

*

O PDRITM foi tão bem sucedido que teve de se negociar um segundo empréstimo para continuar com as suas acções, especialmente com a componente do Douro. Os fundos do Banco Mundial só pararam quando, por razões compreensíveis, nós entrámos para a Comunidade Europeia, deixando de ser elegíveis para o apoio de que vínhamos usufruindo.

*

Há muita gente a quem eu estou devedor pelos conhecimentos que me transmitiram sobre o Douro. Há, naturalmente, aqueles que, nas sessões preparatórias do Projecto, elaboravam longamente as propostas que faziam. Muitas aceites sem discussão. Mas havia outras que suscitavam controvérsia e determinavam justificações aprofundadas. Nas minhas funções, eu moderava as discussões, mas juntava-me algumas vezes aos perguntadores para aprender e para me preparar para outras sessões em que teria de ser eu a responder. Sempre obtive esclarecimentos fundamentados.

Mas, fora das sessões de trabalho, houve dois amigos, que me fazem uma enorme falta e com quem eu aprendi muito: o José António Ramos Pinto Rosas e o Joaquim Manuel Calém. Eram duas personalidades muito diferentes uma da outra. Mas eu entendia-me muito bem com os dois. Ambos tinham a paixão do Douro, vibrando com tudo o que lhe dizia respeito. Ambos fizeram obra no Douro. Com o primeiro eu tinha longas conversas, em casa dele ou na minha, nas quais saltávamos de tema para tema, misturando a vinha com o vinho, com a paisagem, com a pintura, com as viagens, com o ambiente, com a ecologia, com o Porto, com Gaia, com o Douro, com tudo o que se possa imaginar e com ele sempre a sorrir. Era de um humor finíssimo e inacreditavelmente paciente e atencioso. Com o segundo, as conversas eram mais voltadas para os aspectos do

negócio. Almocei com ele no dia seguinte a saber-se que eu era o novo Ministro da Educação. Quando cheguei à Casa Calém, ele não acreditou que, no meio da preparação para ir para Lisboa, eu cumprisse o compromisso para almoçar assumido uns dias antes. Repetia com frequência esta história. Tinha uma força de ânimo notável. Não posso esquecer as suas contribuições para a minha acção como Presidente da Comissão de Coordenação. Recebeu com enorme elegância, na Granja, o Vice-presidente da Comissão Europeia, Lorenzo Natali e na Quinta da Foz, no Pinhão, o Secretário-geral da OCDE, Emil van Lennep. Passados tempos, tanto um como o outro ainda me falavam nesses encontros e na boa recordação que deles guardavam. Perguntavam sempre por ele. E não posso, também, esquecer o entusiasmo com que me mostrou uma sua aquisição nova no Douro, a Quinta da Ferradosa que ele se propunha transformar radicalmente. E isto aos setenta anos! Admirável forma de viver! Com os dois aprendi a ver o Douro com outros olhos, porque eles o viam de formas diferentes. Quando passo no cais de Gaia nunca me esqueço da amizade franca destes dois grandes “Vultos do Douro”. Eles teriam gostado desta designação.

Um outro amigo a quem estou devedor de uma longa “tuition on wines” é o João Vieira de Castro. Ele deve ter bebido, ao longo da vida, tudo o que há de bom, neste mundo, em matéria de vinhos e, especialmente, de vinhos do Porto, “vintages” e “tawnies”. Do outono à primavera tem-me feito apreciar, ao longo de muitos anos, coisas magníficas. No princípio, depois das explicações e quando achou que eu já tinha obrigação de saber o que estava a beber, fazia-me um interrogatório acerca da idade e das qualidades do que estava a apreciar. Não havia “batota” possível, porque ele tinha um grande saber de experiência feito e mostrava impaciência quando o aluno não respondia à altura da aplicação que ele tinha investido na sua formação. Abriu-me a porta para grandes experiências gustativas!... E, de certo modo, ajudou a preparar-me para muitas das minhas conversas com viticultores, vinicultores, exportadores, enólogos e outros profissionais do mundo fascinante dos vinhos.

*

Nós tínhamos todos, na Comissão, uma grande vontade de impulsionar o crescimento da actividade económica em Trás-os-Montes. Eu mantinha relações

cordiais com os Embaixadores Britânicos em Lisboa, desde que lá esteve Lord Moran, filho do médico de Churchill. Na ocasião era Sir Hugh Byatt o Embaixador. Disseram-me que o governo britânico dispunha de verbas para apoiar estudos feitos por firmas do Reino Unido a quem eles pagariam a quase totalidade dos custos. Da nossa parte tínhamos de assegurar o alojamento e a mobilidade do representante permanente da firma e os hotéis dos técnicos que vinham fazer o trabalho de campo.

Mas era preciso explicar a pretensão às autoridades britânicas. Antes de partir para Inglaterra convidei o Embaixador para uma visita de dois dias a Trás-os-Montes. Gostou muito da oportunidade que lhe foi dada de conhecer esta parte do país. Ele era escocês, de uma parte bem remota do norte. Insistiu em retribuir a minha atenção, convidando-me para ir visitar “my Trás-os-Montes”. Nunca surgiu a oportunidade para o fazer.

Elaborei os termos de referência de um estudo que inventariasse as oportunidades de investimento em novas actividades com interesse económico e com escala, para poderem ser indutoras da formação de uma rede de empresas em sectores promissores. O serviço de cooperação britânico escolheu quatro firmas que eu recebi, em Londres, sucessivamente, durante dois dias, numa manhã ou numa tarde para cada uma... Tudo ficou esclarecido e eles escolheram uma das empresas que veio, durante meses, trabalhar sobre Trás-os-Montes. Elas carregam consigo a experiência adquirida noutras partes do mundo, mas estão, sobretudo, muito atentas ao que vão ouvindo. Recolhem as ideias que lhes parecem mais promissoras e fazem-nas passar por muitos crivos: o tecnológico, o económico, o financeiro, o do marketing, o dos recursos humanos, o da administração local, regional e nacional, etc., etc. Só são retidos, naturalmente, os mais robustos. Foi elaborada uma lista com mais de vinte sugestões, devidamente caracterizadas e justificadas que iam desde os vinhos de mesa às plantas aromáticas, desde a produção de sementes ao turismo rural, ecológico ou de habitação e a muitas outras. A lista foi solenemente apresentada em conferência de imprensa e, depois, amplamente divulgada tanto junto dos serviços públicos centrais, regionais e locais como junto das associações empresariais regionais. O problema com este género de iniciativas é que, quem as adopta não diz onde foi beber a inspiração. Algumas

das propostas foram, manifestamente, concretizadas. Mas não se sabe onde esteve a origem do impulso. E o empreendedor nunca o dirá. Só houve uma grande empresa nacional que se interessou pela produção de sementes e avaliou o proto-projecto; desistiu por falta de recursos humanos devidamente preparados e por dificuldades nas relações com os agricultores potencialmente associados.

Ainda deve existir no arquivo da Comissão de Coordenação a lista com os enunciados dos projectos interessantes. Quase vinte anos depois pediram-ma e consegui que ela fosse fornecida. O pior, com este tipo de sugestões, é que raras vezes elas são aceites, porque padecem do defeito de serem “not invented here” (NIH) como se diz na gíria da profissão.

Recomendo que, em futuros exercícios semelhantes, se devote muito mais energia à sua divulgação, sem a preocupação de encontrar um fio de ligação entre quem empreende e quem lhe soprou a ideia para o fazer. Estas ideias devem ser consideradas como sementes que o vento espalha sem se saber onde caem e germinam.

Nas minhas idas à OCDE eu estabeleci contacto com responsáveis de diversos departamentos, além daqueles que organizavam os encontros nos quais eu era o representante de Portugal. Isso levou-me a conhecer gente ligada a uma unidade de inovação tecnológica que estava preocupada com a criação de emprego em sectores susceptíveis de dar novo fôlego ao mundo rural. Eu aproveitava para colher informações acerca de coisas que me pudessem ser de utilidade. Eu sabia que em Freixo-de-Espada-à-Cinta tinha havido, no século XIX, produção de seda e que ela tinha definhado por falta de amoreiras que produzissem as folhas para alimento dos respectivos bichos ou por desinteresse dos produtores que as tinham de colher a grande altura. Nessa ocasião os industriais têxteis que trabalhavam com fio de seda tinham de a importar de Itália que o produzia ou da China, ainda fechada ao mundo ocidental.

Numa dessas conversas sugeriram-me umas amoreiras japonesas de folhas grossas e de altura reduzida, cheias de proteínas que alimentariam os bichos-da-seda ou mesmo gado ruminante. Precisavam de solo com aptidão marginal mas susceptível de ser usado para a plantação de vinhas. Era o que havia no Douro Superior em muitos locais, ainda ocupados com mortórios ou na vizinhança de vinhas velhas. Foram encomendadas em França, umas duas centenas de pés que vieram, durante

um fim-de-semana, numa carrinha conduzida por um técnico do horto que tinha recomendado querer solo de vinha para as plantar. Sou sobressaltado num domingo à noite, ao telefone, pelo técnico que me disse escandalizado que lhe tinham proposto um solo xistoso composto por pedras onde nada vingaria. Pedi para que lhe fosse mostrado o solo onde se plantavam as vides para o vinho do Porto. Não quis acreditar, Lá foram plantadas as amoreiras que vingaram bem. O que não houve foi interesse para produzir a seda, alimentando os bichos. Dava muito trabalho! Era muito cómodo importar o fio de Itália ou da China... Ainda hoje isto se passa com os viveiristas que vendem plantas caras. Coisas de país rico!...

*

Nesses tempos, a Comissão beneficiou do concurso de alguns profissionais de excepção. Um deles foi o Eng.^o Ilídio de Araújo, arquitecto paisagista com um conhecimento profundíssimo do território nacional e, especialmente, do Norte. Foi Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente (6.^o Governo Constitucional). Tem um imenso trabalho acumulado. Colaborou connosco no âmbito do Ordenamento do Território e do Plano do Litoral. Tudo quanto faz é sempre muito reflectido. Tenho pena de que não se resolva a actualizar e a re-editar um seu trabalho pioneiro sobre os jardins de Portugal, obra totalmente esgotada, mesmo para quem frequenta os alfarrabistas há cinquenta anos!

A Comissão de Coordenação ficou muito a dever ao Eng.^o Manuel Marques de Almeida a quem solicitei um trabalho (benévolo) de coordenação do que estávamos a fazer no domínio do Ambiente e, especialmente, em relação à poluição industrial. Ele era um conhecedor profundo destas matérias. Houve, a dada altura, uma reunião em Inverness (Escócia) na qual se iriam discutir questões ligadas à poluição dos cursos de água. Pedi-lhe para me acompanhar. Ele aceitou imediatamente, dizendo que à sua custa levaria a Senhora. Quando o Mayor de Inverness nos recebia para um cocktail, os membros das sucessivas delegações iam declinando o nome ao mordomo para serem anunciados à entrada do salão da recepção. Eu lá ia na frente e o homem disse em voz altissonante: “Mister Oliveira”. A seguir vinha o casal que foi anunciado como “The Marquis and the Marchioness of Almeida”. Quando olhei para trás, a rir-me, vi o Engenheiro Manuel Marques de Almeida no maior dos embaraços e corado até às

orelhas... Era evidente que o nome de Almeida dizia qualquer coisa aos ouvidos do escocês. Não o surpreendeu que houvesse um marquês com esse título...

A Comissão foi uma das primeiras instituições do Norte a atribuir grande importância à informatização dos seus serviços. Para isso beneficiou muito do concurso do Senhor António Wolfango, que tinha vindo de Moçambique e era um modelo de competência e serenidade. A sua prestimosa acção estendeu-se a muitos Municípios da Região Norte.

*

Durante esses anos o Reitor Fernando Real, do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto-Douro fazia, durante o verão, cursos para os filhos dos nossos emigrantes espalhados pelo mundo. Vinham muitos de França, do Luxemburgo e da Alemanha, mas também apareciam dos Estados-Unidos e do Canadá. Eram duas ou três semanas intensivas, durante as quais se procurava mostrar-lhes um Portugal novo e as ideias que havia para o desenvolvimento das áreas de onde eram originários os seus pais e cujas condições de vida, ao tempo vigentes, os haviam impellido à emigração.

Estou seguro de que todos passaram umas boas férias, porque eram recebidos com muita cordialidade e atenção. Estabeleceram, seguramente, algumas boas relações entre si. Mas interessavam-se pouco pelo que lhes era transmitido. Nas suas intervenções, começavam sistematicamente por verberar as condições de vida que viam nas aldeias dos seus maiores, comparando-as com a excelência dos equipamentos de que dispunham nos lugares de acolhimento. O azedume estava, ainda, muito presente. Para reforçar os laços entre os filhos das gerações que emigraram e o país de origem não se pode ser tão directo como naqueles cursos de verão. Tem de se ser selectivo em relação a quem vem e muito mais elaborado quanto à forma de transmitir o que se quer.

A seguir ao 25 de Abril, a deriva para uma potencial esquerda comunista preocupou muita gente na Europa e na América. Portugal estava numa posição óptima para ser um dos braços da “tenaz” com que se poderia apertar a Europa e isso seria potencialmente grave para o Mundo Ocidental.

Todos os países enviaram, para Lisboa, embaixadores muito competentes e dinâmicos, capazes de colher as informações necessárias e de as articular, de modo a permitir aos seus governos saber como estavam evoluindo as coisas entre nós para tomar as decisões convenientes. Um país que destacou para Lisboa um embaixador que se salientou entre todos foi os Estados Unidos. O Embaixador era Frank Carlucci; muito inteligente e familiarizado com o mundo das informações, estava atento a tudo. Era secundado, no Porto, por um Cônsul-geral, Vernon Penner, que, anos mais tarde, vim a encontrar em Cabo-Verde, como embaixador do seu país; homem destemido e com grande sentido de humor ia a todos os comícios, incluindo os do Partido Comunista. Nunca o molestaram, sabendo todos quem ele era, porque não se podia ter cara, cabelo, traje, óculos e forma de andar mais americanos do que os dele. Conheci o embaixador em várias funções em Lisboa, mas foi com o Cônsul-geral no Porto que mantive uma relação próxima cordial e frequente. Ele sabia o que eu estava a fazer na Comissão de Planeamento e isso era, seguramente, incorporado nas informações que ele enviava para a Embaixada.

Por outro lado, havia em Lisboa um serviço de cooperação, chefiado por Donald Finberg, que se desmultiplicava em acções que, inteligentemente, visavam a elite académica, empresarial e política do país. Este tinha exercido funções sempre em zonas “quentes” e, patentemente, havia-se saído muito bem, porque a sua fama era reconhecida e eu posso confirmá-la. Com grande serenidade, era a imagem da eficácia de actuação. Continuámos a manter boas relações quando eu fui para o Ministério da Educação e, anos depois (1986), insistiu em ver-me quando voltou a Lisboa, como ele dizia em português correcto, para “matar saudades”.

A Embaixada mantinha, obviamente, uma relação com aquelas pessoas que, em Portugal, lhe parecia que poderiam vir a ter influência na governação. E procurava estabelecer laços de proximidade com elas. Era através delas que gostavam de ter uma perspectiva acerca da evolução do país e, naturalmente, também por ela que procuravam informar os Portugueses sobre a política americana. Alguns, “happy fews”, eram convidados para ir aos Estados- Unidos ver o que quisessem. Tive a sorte de estar entre eles. Vale a pena dizer como funcionava o sistema.

Na manhã seguinte ao dia da chegada a Washington ia-se a uma empresa privada que organizava a visita e com quem analisávamos o seu conteúdo. Convém lembrar que ainda não havia computadores como os de agora nem a *web* que hoje facilitam muito todo este tipo de coisas. As duas senhoras com quem conversei, além de conhecerem o seu país de uma forma admirável, tinham um sentido de organização e um método muito fora do comum.

Começaram por querer saber um pouco o tipo de pessoa que eu era. Conduziram a conversa muito profissionalmente e, quando acharam que o perfil geral estava desenhado, passámos a ver os tipos de assuntos ou instituições com os quais eu desejava contactar. Disse-lhes de rajada o que gostaria de ver: instituições ligadas à administração pública norte-americana; instituições de formação em planeamento urbano; órgãos de uma ou mais áreas metropolitanas; a administração dos parques naturais; uma exploração agrícola pequena; uma instituição específica ligada ao desenvolvimento – a Tennessee Valley Authority – e muitos contactos com Americanos.

Elas ficaram surpreendidas com a objectividade da minha resposta e disseram-me que a sua vida profissional seria bem mais simples se todos os visitantes nas minhas circunstâncias lhes comunicassem de modo tão claro o que queriam ver. Sugeriram-me uma boa dúzia de locais de Washington para visitar, enquanto iam definindo a viagem. Na manhã seguinte tinham o esqueleto do périplo afinado e passadas vinte e quatro horas deram-me o programa e os bilhetes. Não irei descrever a viagem em pormenor. Lembro-me dela como se de um filme se tratasse. Mas referirei somente um ponto ou outro.

Em Syracuse (Estado de Nova Iorque) passei um dia na Maxwell School of Public Administration and Citizenship. Falei com quatro ou cinco docentes que, apesar de ser a abertura das aulas no dia seguinte, me fizeram exposições excelentes acerca do que a Escola fazia. Ela foi fundada nos finais do século XVIII!... Soube modernizar-se e recrutar docentes do mais elevado calibre. Nessa noite jantei com um advogado da classe alta de Syracuse e com a sua enorme família. Surpreendeu-me a descontração conciliada com a elegância e com uma visão vasta do mundo que todos aqueles jovens possuíam. O pai esclareceu-me que aceitava sempre as propostas de convites para jantar de visitantes estrangeiros que o

Departamento de Estado lhe fazia, porque essa era uma forma muito eficaz de saber como o mundo ia e de fazer com que os filhos se apercebessem, diretamente, que havia outros valores e outros anseios. Eu passei o jantar a responder a perguntas bem-humoradas e inteligentes. E pude ver como se pode preparar gente manifestamente privilegiada para vir a assumir responsabilidades sociais numa sociedade que repousa tanto nas contribuições dos indivíduos como na sua capacidade para se organizarem em estruturas voluntárias prontas para assumir encargos importantes.

Lateralmente, pude também apreciar uma coleção “vintage” de “early american furniture” (século XVIII), com peças de nível idêntico às que estão na secção correspondente do Metropolitan Museum de Nova Iorque e que foram todas doadas por cidadãos americanos à Nação.

Em contraponto a este refinamento fui uns dias depois almoçar com um agricultor do Minnesota. Viajei de camioneta até uma paragem no meio dos campos, onde ele estava à minha espera. Era uma “pequena” propriedade de cerca de quatrocentos acres que ele cultivava sozinho com auxílio de uma coleção de máquinas que passava o tempo a tratar. Era engenheiro mecânico e só produzia amendoim que vendia através da bolsa de Minneapolis, especializada em “grãos”. Quando lhe perguntei o que fazia à rama do amendoim, depois de ter colhido os frutos com auxílio de uma máquina, ficou muito admirado e respondeu-me: “Enterro-a, obviamente! Só acrescento o fertilizante necessário depois de fazer análises ao solo, por amostragem, ao longo da propriedade. A rama contém muitos dos elementos de que o solo precisa para a cultura.” A minha pergunta vinha de um agricultor-amador do minifúndio português, em que a rama, antes de voltar ao solo, passa pela boca e pela cama do gado e por outros tratamentos. A resposta vinha de um técnico americano que produzia o grão com o mínimo de energia e de fertilizantes, fazendo contas a tudo.

A mulher deste engenheiro-agricultor cultivava ela própria uma horta e um pomar, com auxílio de um pequeno trator que ela manobrava com grande destreza. Mostrou-me orgulhosa as macieiras e as “maple trees” de onde era originárias as maçãs e o “syrop” da tarte que comemos à sobremesa. No inverno iam os dois visitar os filhos, um fixado na Califórnia, outro na Flórida.

O valor da formação é muito alto. Este agricultor americano sabia todos os pormenores acerca da cultura que tinha escolhido produzir. Não havia pergunta que ficasse sem uma longa resposta muito bem fundamentada. Quando lhe perguntei pelos preços a que vendia na bolsa, a mulher adiantou-se, dizendo que o marido era muito conservador; deveria esperar mais e especular mais. As mulheres são sempre mais ousadas!...

Quando regresssei a Minneapolis fui, durante muitas milhas, o único passageiro no autocarro. O motorista quis saber quem eu era e o que andava a fazer por paragens não frequentadas por turistas. Quando passámos diante do Guthrie Theatre, em Minneapolis recomendou-me as duas peças que, em dias alternados, eram oferecidas. Eu só tinha essa noite em Minneapolis e fui ver uma peça do Eugene O’Neil. Surpreendeu-me ouvir um motorista descrever, com tanto conhecimento, o espectáculo que eu já tinha decidido ir ver. É evidente que isto não se generaliza a toda a América. Minneapolis tem uma emigração sueca antiga e para os seus membros a educação representa a prioridade.

Em Portland, Oregon, passei um dia de estimulantes discussões no gabinete técnico da Área Metropolitana. Houve alguns dos seus membros que se entusiasmaram com as perguntas que eu lhes pus e que passaram a discuti-las uns com os outros. Ficámos grandes amigos. Estava previsto que jantasse com a secretária do Conselho Metropolitano e com o seu marido que me convidou para ir fazer *jogging* com ele, enquanto a mulher preparava o jantar. Portland é uma cidade belíssima, com um parque natural imenso no meio, mas ao fim de uns dois quilómetros de corrida eu já não aguentava mais a pedalada do meu guia. Vim a saber depois que ele era o campeão local da corrida, como pude comprovar, daí a pouco, numa sala cheia de taças. Daí o olhar de comiseração que ele me lançou. Foi, então, que eu percebi verdadeiramente o significado da expressão inglesa “poor thing”...

No dia seguinte não fui correr, mas ouvir um excelente concerto pela Orquestra de Cleveland dirigida pelo Lorin Maazel. Estava mais à altura da minha capacidade física...

Em Berkeley fui falar com o Prof. Jacob, antigo “chief-engineer” da cidade de S. Francisco. Já íamos adiantados numa troca de impressões viva quando ele me propôs encontrar-me com fulano e com sicrano nos dias a seguir. Quando eu lhe

disse que, no dia seguinte, me iria embora, ele virou-se para mim muito sério e disse: “Mas só com esse tempo em S. Francisco porque é que você está aqui a perder tempo comigo? O que é importante é ver a Cidade!”. E assim foi-me levar ao comboio, cheio de recomendações para não deixar de ver isto e aquilo... Jantei nessa noite com uma família de mexicanos instalados na Califórnia. Ele era engenheiro e via-se que estava bem na vida. Não conheci nenhum americano mais americano do que ele!

Na visita à Tennessee Valley Authority comecei com um grupo, mas depois fui conversar com um engenheiro. Ele achou que, na troca de impressões que tivemos, não me tinha dito tudo o que as minhas perguntas lhe tinham suscitado, de modo que pediu para ir falar ao telefone com a mulher para ver se poderíamos jantar e conversar mais. Logo fiquei a saber que o jantar seria carne assada. O que não podia imaginar é que ele levasse a sua cortesia ao ponto de ter ido comprar uma garrafa de Vinho do Porto para acompanhar o assado... Tive que lhe dizer como se devia beber e perguntei o que era a sobremesa. Foi assim que acompanhámos a carne com a “local beer” e a tarte de maçã com pequenas doses de Porto, o que os deixou espantados, mas conquistados. A partir daí, quando estou com amigos meus exportadores de Vinho do Porto para a América, recomendo-lhes muito que façam acompanhar as garrafas com instruções acerca do “modo de usar”. De outra forma, o nosso vinho funcionará como “vacina”, especialmente em comparação com os excelentes tintos da Califórnia.

Eu tive de dar inúmeras entrevistas. Tudo estava combinado com as rádios e os jornais locais que queriam saber o que eu pensava acerca do que me tinha sido dado observar. A mais longa de todas essas entrevistas foi na véspera do regresso, em Nova Iorque. Foi feita com o maior profissionalismo, no meio de uma boa-disposição contagiante. Fiquei seguro de que, nessa arte, ninguém bate os Americanos.

No regresso fui almoçar com o Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, Richard Bloomfield. Era a sessão de “de-briefing”. Eu disse-lhe que lamentava que a Embaixada tivesse arquivos com a lista dos visitantes porque, de outra forma, ainda teria a esperança de ser convidado, outra vez. Ele sorriu e respondeu-me que poderiam ser abertas exceções... mas não se repetiu, até hoje, o que foram

quatro semanas fascinantes, durante as quais eu contactei com quem quis, podendo apreciar o pulsar de um país que assenta a sua organização, fundamentalmente, na capacidade de iniciativa dos seus cidadãos.

*

Em finais de 1984, havia uma intranquilidade grande nas pessoas. Tinham-se sucedido nove governos constitucionais, mas não se tinha encontrado uma linha de rumo clara para a consolidação do regime. Muitos acreditavam em que nos faltava confiança em nós próprios para ousar desbravar caminhos novos... Mas que não havia razão para isso, porque tínhamos uma História recheada de realizações ímpares e de vultos excepcionais.

Bastaria a evocação dos nossos grandes feitos, nos quais cada um e todos se excederam, para restaurar a esperança e estimular as energias latentes dos Portugueses do nosso tempo. A fonte da ideia e o animador do movimento foi o Eng.^o Paulo Vallada, ao tempo Presidente da Câmara Municipal do Porto. Eu conheci-o muito bem, tendo privado com ele de perto e participado em muitas iniciativas que ele vinha desenvolvendo, quer como empresário, quer como Presidente da Associação Comercial do Porto, ou, ainda, como Presidente da Câmara. Era um homem muito inteligente, um tanto visionário, que suscitava alguma controvérsia, porque não tinha qualquer espécie de receio em avançar com ideias novas. Muitas eram inexecutáveis, mas todas valiam a pena ser escutadas e reflectidas. E tinha uma enorme confiança em si próprio.

Perguntou-me um dia se eu estaria disposto a ajudá-lo numa realização multimoda, apoiada exclusivamente pela sociedade civil, mas com o beneplácito dos poderes constituídos, com o fito de chamar a atenção para as nossas potencialidades adormecidas. Disse-lhe logo que sim e discutimos como haveríamos de designar o conjunto de realizações. Ficou decidido chamar-lhe “Os Portugueses e o Mundo”. A Comissão de Honra era constituída pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pelo Primeiro-Ministro e pelo Vice-Primeiro Ministro. À Comissão Executiva presidia o Eng.^o Paulo Vallada e eu presidia ao chamado Conselho Superior. A Comissão Financeira era coordenada pelo Eng.^o Belmiro de Azevedo e havia, para fins organizativos, várias comissões. O financiamento

seria, totalmente, privado. Envolveu-se na realização a maior parte das pessoas que, no Norte, poderiam carrear energias e entusiasmo organizativo. Houve, efectivamente, uma mobilização forte e, também uma suspeita tenaz, por parte dos partidos mais à esquerda, relativamente ao verdadeiro propósito de tanto esforço. Suspeitavam de que, por detrás, haveria qualquer intenção político-partidária inconfessada. Mas não havia nada disso, de facto. Do que as pessoas estavam fartas era da ausência de uma linha de rumo e da falta de esperança generalizada. “Os Portugueses e o Mundo” desdobrou-se em algumas realizações de natureza variada: a Conferência Internacional que era o prato de resistência e outras como uma exposição de arte indo-portuguesa, um cortejo histórico, um encontro de empresários portugueses fixados na Europa e no resto do mundo, um festival da juventude, uma exposição de arte moderna e uma exposição das comunidades portuguesas.

A mim coube-me a preparação e a realização da Conferência que teve lugar no auditório dos Correios, ao lado da Câmara e com dimensões suficientes. Porém, tive de ir explicar o propósito da Conferência à comissão de trabalhadores, porque o responsável local, embora com autorização da administração, me recomendou que, para evitar qualquer manifestação inesperada, deveria assegurar-me de que não haveria nenhum obstáculo posto por eles. A conversa decorreu em termos correctos, mas sem qualquer expressão de entusiasmo; consegui, quanto muito, uma significação de indiferença tolerante.

O chamado Conselho Superior nunca reuniu com todos os seus membros. Alguns deles eram de Lisboa e isso contribuía, evidentemente, para haver muitas ausências. Reuníamos-nos, habitualmente, ao sábado de manhã. Conservo uma recordação excelente da participação de Dom Domingos de Pinho Brandão, Bispo-auxiliar do Porto, de Agustina Bessa-Luís, do Prof. José Augusto Seabra, do General Carlos Azeredo e do Prof. Luís de Oliveira Ramos. Todos eles me auxiliaram muito na definição dos temas da Conferência e nos convites aos Autores das comunicações. Mas como todas as comunicações e intervenções estão publicadas, estou dispensado de as referir. Não devo, no entanto, deixar de sublinhar os discursos, na sessão de abertura, do Prof. José Augusto Seabra e do Ministro da Cultura, Prof. Coimbra Martins que representou o Primeiro-Ministro Dr. Mário Soares.

A Conferência decorreu entre 4 e 7 de Junho de 1985. Nas sessões plenárias falaram os Professores Victor Aguiar e Silva, o Eduardo Lourenço e o Bispo Dom António Ferreira Gomes. A sessão de encerramento foi presidida pelo Presidente da República, General Ramos Eanes e nela falou, também, a Agustina Bessa-Luís. Os trabalhos foram organizados por temas: i) História, Filosofia e Direito; ii) Língua Portuguesa; iii) Ciências; iv) Estratégia; v) Artes, Arqueologia e Etnografia. Foram mais de cem as comunicações que foram apresentadas. Na discussão intervieram muitos outros participantes. Ainda hoje, leio com agrado alguns dos artigos. Muitos dos Autores já eram, então, consagrados. Outros vieram a sê-lo depois.

A maior parte eram portugueses mas, também, vieram do Brasil, da Espanha, da Holanda, da Bélgica, da Inglaterra e do Canadá. O francês que foi convidado, Fernand Braudel, já não estava com saúde para suportar a viagem; morreu pouco tempo depois. Tenho muita pena de não ter tido o privilégio de o conhecer pessoalmente.

Houve momentos altos nas discussões. Recordo-me de uma vivíssima disputa entre especialistas “pessoanos” que se estabeleceu numa das mesas que eu moderei. Um dos Brasileiros presentes, o Prof. Edson Nery da Fonseca (do Recife), disse-me, no final, que lamentava que a sessão não tivesse sido gravada, porque nunca tinha assistido a uma coisa de tão elevado nível. Nela brilhou, naturalmente, o Prof. José Augusto Seabra, “pessoano” distinto, mas havia na sala outros especialistas ilustres. Hoje, podemos contentar-nos com as comunicações escritas que eles apresentaram.

Quando fizemos a avaliação do que foi gasto e de como foi gasto, fiquei satisfeito por se verificar que tudo tinha sido feito com a maior economia e com muito critério. Essas foram, aliás, as palavras do responsável financeiro, o Eng.^o Belmiro de Azevedo.

*

Havia-se decidido que a realização da Conferência e as outras manifestações deveriam ser comunicadas aos principais núcleos da emigração portuguesa. Queria-se que o maior número de portugueses soubesse e, eventualmente, participasse em qualquer dos nossos encontros. Dividiu-se o mundo em partes, tendo-me calhado os Estados-Unidos, o Canadá e Macau. Foi a minha primeira viagem de circum-navegação! Guardo dela recordações inesquecíveis.

O primeiro ponto de paragem foi Nova Iorque, O Cônsul-geral, Dr. Sidder Santiago, aproveitou a realização de uma grande festa num domingo, ao fim da tarde, para eu falar a todos. Tive de o fazer em inglês, porque a maior parte já não entendia o português, embora gostasse de participar em festas portuguesas. Estavam no encontro algumas centenas de pessoas.

O dia seguinte foi preenchido com uma visita a Newark. O Cônsul tinha sido atropelado, de maneira que era o Vice-cônsul, Senhor Cardielos, que se iria ocupar de mim. Combinámos pelo telefone, na véspera, como é que ele havia de me reconhecer no imenso átrio do hotel de Nova Iorque onde eu estava hospedado. Olhando à volta, só via japoneses, de modo que lhe disse que era o único que lá estava com cara de português. Quando me veio buscar, os japoneses já tinham partido todos e não havia um único oriental à volta, o que me preocupou um pouco. Qual não é o meu espanto quando vejo um senhor a atravessar todo o *lobby* e, sem hesitação, dizer-me: “Dr. Valente de Oliveira? O senhor tem, mesmo, cara de português!”. Repeti a fórmula mais uma dúzia de vezes, durante a viagem, sempre com sucesso e com grande entusiasmo por parte de quem me acolhia. Eu usava, então, umas barbas fartas e pretas. A D. Dolores, que me recebeu em San Diego, foi ao ponto de dizer que eu era tal e qual o Vasco da Gama!... O senhor Cardielos levou-me para Newark num imenso Cadillac preto. Uns anos depois, em conversa com o Embaixador Hall Themido, ele comentou: “Não havia funeral nesse dia... Se houvesse, o carro teria sido branco!”. O uso era o Consulado pedir o carro a um cangalheiro português que tinha duas limousines: uma preta para os enterros e outra branca para os casamentos. Lá fui, em grande estilo, para a visita a duas agremiações portuguesas que eu verifiquei odia-rem-se uma à outra. Nas conversas usaram termos semelhantes, em vernáculo, para designar os outros, lamentando ambas que eu tivesse visitado a rival. Estávamos em Portugal!... Numa delas fui abordado por um patrício que me disse ter uma estação de televisão por cabo muito apreciada por toda a comunidade portuguesa. Queria entrevistar-me. Vi nisso uma oportunidade para estender os efeitos da minha viagem e aceitei. O estúdio era um barracão, numa desarrumação incrível mas com um pequeno palco bem iluminado. Perguntou-me se queria um fundo de céu azul com nuvens ligeiras ou de uma floresta canadiana

no outono. Como estávamos em Fevereiro, eu disse-lhe que a floresta era pouco crível. Assim, passei mais de uma hora, com um fundo muito inspirador a falar das mais diversas coisas relativas a Portugal e, naturalmente, da Conferência que eu estava a organizar. Quando saí, manifestei a minha surpresa a um outro português do Consulado que, entretanto, se nos tinha juntado, pela extensão da entrevista. Ele logo me tranquilizou: o dono da TV por cabo iria fazer render muito as minhas respostas, partindo-as aos bocados e intercalando-as, provavelmente, com películas *hard-core* que eram a especialidade reconhecida da estação... Fiquei elucidado.

Dali fui para Montreal, Toronto e Vancouver, onde o acolhimento foi sempre bom. Na última cidade, o Cônsul-geral convidou-me a ir à janela para ver a chegada dos convidados, todos da comunidade portuguesa. As senhoras usavam os mais impressionantes casacos de peles e todos vinham em carrões americanos. Quando eu quis saber em que se ocupavam, disseram-me que, na sua maior parte, eram donos de empresas de limpezas e tinham exercido a profissão de limpadores, mas agora eram todos empresários do ramo. Quem limpava, agora, eram os chineses... Tudo isso em menos de dez anos!

Em S. Francisco tive, entre outras coisas, a honra de almoçar com uma vintena de “Rainhas do Espírito-Santo”, todas, obviamente, de ascendência açoriana, que na sua juventude tinham presidido à festa do Espírito-Santo que a comunidade organizava todos os anos e os seus pais generosamente pagaram. Pediram-me para falar em Português mas, ao fim de dois minutos, protestavam, porque não estavam a compreender nada do que eu dizia...

Em San Diego, a D. Dolores fez um imenso bolo com o meu nome que tive de cortar diante de umas dezenas de portugueses comovidos por eu lhes ter falado no que estava a acontecer em Portugal. O meu cicerone, que era da Nazaré, no dia da partida, perguntou-me se eu não me importaria de ir dar uma grande alegria a um homem do Porto que lá vivia há muitos anos. Fomos cedo, às oito da manhã, para protesto da mulher do visitado que logo disse que ele ainda estava na cama. Surgiu de pijama, roupão e chinelos verdes, o que eu achei de grande requinte. Tinha sido atleta no Fluvial, no Porto onde havia praticado várias modalidades, tendo-se salientado no boxe que o fez ir para Lisboa, onde ingressou no Sporting.

Lá tive que ver álbuns e álbuns de fotografias com os seus momentos de glória. Chegou a hora de irmos para o aeroporto e eu preparava-me para me despedir quando ele decidiu que queria ir também assistir à partida. Eram cinco minutos para se arranjar. Regressou com fato, camisa, gravata, meias e... sapatos verdes! A cor do Fluvial e do Sporting é o verde. A tal ponto ia a paixão clubística! Quando os abracei, para ir para o avião, choravam ambos com grande contentamento... Às vezes é preciso dar muito pouco para receber muito em troca. Não me esqueci mais dos dois.

Em Honolulu, o Cônsul Honorário de Portugal era um descendente de Madeirenses que tinha prosperado muito. Enquanto lá estive, andei, literalmente de festa em dança, porque todos queriam cantar e bailar o “ponha aqui o seu pezinho...” que repetiam sem saber o significado das palavras. Quando perguntei à secretária do Cônsul qual era a fonte de uma prosperidade que ele não só não escondia como se esforçava por exhibir, ela respondeu que eram muitas coisas, mas as mais importantes eram três ou quatro cemitérios que tinham a melhor reputação no mercado... O negócio tinha-se integrado e ele possuía também floristas, casas e carros funerários, tipografia para fazer as participações e toda uma “fileira”, como agora se traduz do francês. Antes de ir para o aeroporto, eu não podia perder a oportunidade de ver um dos cemitérios!... Ela levou-me e explicou-me as razões do bom nome da firma. Tratava-se de um jardim imenso, muito bem mantido, com umas placas pequeninas colocadas na relva, indicando o nome do sepultado, e a segurança de que os seus ossos não seriam removidos para o ossário antes de cinco anos e sempre com informação prévia à família.

É evidente que nenhum dos meus visitados veio participar na Conferência. Mas todos ficaram a saber que, também nós, os que ficámos em Portugal, estávamos a lutar para ter um país melhor e a tratar de honrar os nossos maiores, investigando o que eles fizeram e como é que isso teve influência na História do mundo. Não lhes falei em elevar a auto-estima, porque embirro com a palavra e com o propósito e, também porque eles não precisavam disso. Os que eu vi tinham lutado e vencido. Os que fracassaram, obviamente, não apareceram. Na distribuição de tarefas, este longo périplo era, teoricamente, o mais exigente. Mas deu-me uma enorme satisfação! Conheci pessoas extraordinárias e

verifiquei, com os meus olhos, como é real a capacidade dos Portugueses para se adaptaram a culturas tão diversas e para serem “tradutores entre culturas”. Conservam-se, adaptam-se e fazem pontes. Poucos povos serão tão plásticos e, ao mesmo tempo, tão ligados à sua matriz cultural.

*

A Comissão de Coordenação fez trabalho pioneiro em muitos sectores. Um deles foi no domínio da Saúde. A responsável, por parte da Comissão, foi sempre a Dr.^a Isabel Escudeiro. Já nos Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento ela tinha assegurado a colaboração do Dr. Simas Santos, do Dr. José Cabral e do Dr. Luís de Carvalho. Mas foi mais tarde, com o terceiro, que se desenvolveram estudos e propostas em matéria de saúde materno-infantil. A taxa de mortalidade infantil era, então, muito elevada. Foram estas propostas feitas e comunicadas ao Dr. Albino Aroso que estiveram na base das medidas muito ajustadas que foram tomadas. Também se desenvolveram estudos sobre as valências e o dimensionamento das diversas unidades hospitalares e sobre a reformulação dos antigos hospitais das Misericórdias, de onde saíram as Unidades Locais de Saúde. Esta vertente do trabalho da Comissão só terminou quando foram criadas as Administrações Regionais de Saúde.

Sob a mesma coordenadora foram desencadeados estudos tendo em vista repensar o ensino técnico-profissional. Neles participou o Dr. Manuel Joaquim de Azevedo que, posteriormente, foi Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário do 12.^o Governo Constitucional.

*

No capítulo VII, já referi como participei na assembleia constituinte da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Comunidade Europeia. O assunto teve sequência, só abandonando a minha associação aos seus trabalhos há cerca de dois ou três anos. Mas continuo a manter contacto com uma ou outra das suas iniciativas. O facto de eu, entretanto, ter sido ministro autorizou que, em França, fosse sempre chamado de “Monsieur le Ministre”, o que facilitava o acesso a muitas instâncias com as quais era preciso conversar e com pessoas que atribuíam ao título uma deferência especial.

Os temas preferenciais dos trabalhos da Conferência eram: o desenvolvimento regional, a protecção do litoral, os transportes marítimos, o transporte de hidrocarbonetos e sua segurança, o ambiente, as pescas e, naturalmente, os fundos europeus destinados ao desenvolvimento. Nos primeiros tempos havia discussões intermináveis sobre os montantes relativos do “FEDER-quota” e do FEDER-hors quota”. O primeiro era administrado exclusivamente pelos Estados-membros e o segundo pela Comissão através de um órgão especial exclusivamente para o Fundo que trabalhava em estreita ligação com a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional. Portugal ainda não tinha acesso a nenhum dos dois, mas eu ia-me informando acerca dos mecanismos correspondentes. Como se compreende, as Regiões queriam ver crescer o “hors-quota”, na esperança de que a sua força de *lobbying* pudesse fazer orientar mais meios para uma política europeia do litoral periférico, em relação à qual se faziam sucessivas propostas baseadas nos estudos coordenados pelo Secretariado-geral da Conferência, com base nas contribuições regionais ou em estudos encomendados a peritos externos que nos expunham as suas sugestões antes de elas serem transformadas em propostas nossas.

Os órgãos decisores da Conferência eram a sua Assembleia Geral, que começou por reunir de dois em dois anos, dado ser muito dispendioso o encontro e ter de se negociar, de cada vez, o apoio da região anfitriã e do Comité Político, muito menor e que reunia todos os anos. Durante a minha passagem pela Comissão de Coordenação da Região do Norte, como presidente, o Comité Político reuniu uma vez no Porto. Os trabalhos decorreram, em 28 e 29 de Setembro de 1982, na Casa do Infante, o que impressionou muito todos os participantes. Na abertura e no encerramento dos trabalhos participaram, respectivamente, o Secretário de Estado da Administração Regional e Local, Eng.º Roberto Carneiro e o Ministro da Administração Interna, Eng.º Ângelo Correia (8º Governo Constitucional). O número de regiões que aderiram à Conferência ia crescendo todos os anos. Hoje ela tem mais de cento e cinquenta membros, devido particularmente ao papel activo que desempenha, por si própria, no seio do Comité das Regiões e em muitas iniciativas sectoriais ou espaciais, relativamente a conjuntos de regiões afectadas por problemas semelhantes.

Eu ia participando em todos os trabalhos, nunca recusando envolver-me em nenhum grupo que nos interessasse e aceitando com frequência ser o relator de alguns deles. Quem está nessa posição pode sempre verificar, em primeira mão, se a formulação reflecte bem o nosso próprio caso. Os representantes dos pequenos países devem ser sempre voluntários para esse tipo de trabalho, porque isso lhes dá visibilidade e porque podem chamar melhor a atenção para os seus próprios problemas. Acresce que, no caso dos Portugueses, falamos ou compreendemos, com frequência, quatro ou cinco línguas e isso ajuda muito no estabelecimento de pontes.

A prática consagrada desde o princípio era que o Presidente da Conferência fosse simultaneamente o presidente da Região na qual se realizava a reunião da Assembleia ou do Comité Político. Tudo funcionou bem até nos reunirmos em Hania, Creta, entre 6 a 8 de Outubro de 1981. A Grécia não dispunha de regiões, de modo que estava representada por um eleito local que tinha sido designado pelos seus pares numa vasta parcela da ilha, a sua parte ocidental. O autarca, que assegurava a presidência, era de um pequeno município alcandorado nas montanhas entre Hania e Heracklion. Já durante a assembleia ele tinha demonstrado alguma incapacidade para conduzir os trabalhos, durante uma discussão sobre as pescas, um assunto sempre muito polémico, tanto para as regiões do mar do Norte como para as do Mediterrâneo. Mas, no dia do regresso, quando nos dirigíamos para tomar os aviões em Heracklion, com mais escolhas a esse respeito do que Hania, fez-nos parar na sede do seu município, onde nos pôs a passear de um lado para o outro, com ele muito exuberante à frente, até nos receber nos Paços do Município com uma grande intervenção em grego que não foi traduzida. Ou seja, ninguém lhe respondeu, porque não se sabia o que tinha dito. No final, um técnico grego veio avisar-nos de que se estava em plena campanha eleitoral, sendo o nosso anfitrião candidato pelo KKE (partido comunista grego). O nosso longo passeio com ele à frente destinava-se a mostrar à população que a “Europa estava com ele” e o discurso empolgado no palácio municipal sublinhou isso mesmo com muito entusiasmo, que foi a única coisa de que nos apercebemos. Tínhamos sido “usados”... E isso deixou-nos a todos furiosos, especialmente ao Presidente do Pays de la Loire, Olivier Guichard, antigo ministro

francês a quem eu temi que sucedesse algo de grave, tal era o estado de agitação em que ficou. Foi decidido, logo ali, no alto das montanhas de Creta, que se tinha de mudar de processo para a designação do presidente da Conferência; algo que ficou aprazado para a reunião seguinte. Entretanto, recebi alguns telefonemas a sondar-me para a ocupação do lugar, mesmo sem Portugal ser membro da Comunidade, mas adivinhando-se que o viria a ser a breve trecho. E, assim, fui presidente de uma Conferência Europeia que, formalmente, era uma organização de direito francês, sediada na Bretanha e da qual faziam parte umas dezenas de regiões europeias, a grande maioria das quais pertencentes à Comunidade Europeia, sendo que apenas as portuguesas e as espanholas é que ainda não pertenciam à Comunidade.

Estive em funções pouco tempo, porque, entretanto, fui chamado de novo para o Governo Português. Mas logo que saí, voltei à Conferência como Presidente do seu Conselho Científico, onde fiquei desde 1995 até 2009. Nessa ocasião, antecipando a saída do novo secretário-geral, disse-lhes que seria bom que este estivesse em funções durante um ou dois anos, com um novo responsável pelo Conselho Científico, de modo a que a transição se fizesse “sem perda da memória” da Conferência. Porém, parece que não chegaram a acordo em torno de um novo nome e extinguíram o Conselho. Tenho pena, porque ele era o cadinho onde se auscultavam muitos peritos acerca dos problemas das regiões periféricas e a partir do qual se faziam sugestões e recomendações à própria Conferência, tendo em vista a sua actuação futura. O Presidente do Conselho Científico intervinha em todas as reuniões da Conferência ou do seu Comité Político para reportar acerca do trabalho do Conselho. Se eu soubesse que a minha saída, que se ficou a dever a uma boa intenção, haveria de conduzir ao fim do Conselho, teria aguentado mais uns tempos na função...

Fui eu quem levou para a Conferência as restantes regiões portuguesas, continentais e insulares. Isso permitiu a todas elas terem contactos internacionais no âmbito das funções que estavam atribuídas às Comissões de Coordenação Regional e aos Governos Regionais. O Dr. Alberto João Jardim veio a ser um presidente muito estimado da Conferência, ajudando a ultrapassar problemas difíceis e conseguindo fazer afirmar as posições da periferia europeia junto das instâncias comuni-

tárias. A sua simpatia pessoal e a facilidade que tinha em estabelecer contactos determinaram muito do seu sucesso como presidente da Conferência.

Na posição que era a minha, tive numerosos contactos com personalidades realmente ímpares. Houve a oportunidade de contrapor comportamentos muito diversos: dos italianos em relação aos finlandeses; dos espanhóis em relação aos escoceses; dos gregos, dos alemães, dos irlandeses... enfim de todo o mosaico europeu. Foi matéria de observação e estudo que sempre me fascinou. Não posso referir-me a todos, mas abro algumas excepções.

O Presidente Edgar Faure, da Franche-Comté, presidia a uma Conferência das Regiões de Montanha. Havia outras conferências, mas sucedeu que as nossas duas eram as mais numerosas. Tratava-se de constituir um conselho que a todas agregasse: era o Comité das Regiões da Europa. Trabalhámos, algumas vezes, nos seus estatutos, sendo que a última teve lugar em Louvain-la-Neuve, onde a respectiva universidade nos acolheu nas suas instalações. A reunião acabou tarde e ficámos ambos aguardando o dia seguinte para regressarmos a casa. Jantámos juntos, pois tínhamos uma grande simpatia mútua e isso facilitava a conversa. A certa altura perguntei-lhe: “O Senhor Presidente desempenhou os mais altos cargos em França: foi Presidente do Conselho, Ministro de variadíssimas pastas, uma delas, a da Educação, que lhe foi confiada pelo General de Gaulle, a seguir à crise de 1968. Qual foi o posto mais difícil que teve de desempenhar?”. A resposta merece ser registada: “Todos foram interessantes. Cada um teve, naturalmente as suas especificidades. Mas o que conta para o sucesso é a entrega total e a vontade de resolver os problemas que nos são colocados. As maiores dificuldades que tive na vida política decorreram sempre de faltas de atenção pessoal. Involuntárias, mas nunca perdoadas. É esse o desafio mais difícil para um político que tem de atender a muitas coisas e a muita gente e que, facilmente, deixa alguém sem a atenção que ele julga merecer.”.

Outra vez, levei para uma das nossas reuniões, os dois volumes das memórias que tinha acabado de publicar (1), pedindo-lhe que os autografasse. Como eu leio sempre com lápis (com minas HB, para não ferir o papel), ele viu os sublinhados ao longo das páginas e disse para o chefe de gabinete que estava ao seu lado: “Il lit les livres, avant de les faire autographier!...”.

Como ele tinha a reputação de mudar de vez em quando de força político-partidária, um dia, numa entrevista radiofónica muito ouvida em todo o país, aos domingos de manhã, o locutor disse-lhe: “O Senhor Presidente tem a fama de virar como o catavento, consoante o vento que sopra”. Resposta imediata: “Mas o que muda é o vento e não o catavento!...”. Fez rir toda a França. As histórias com ele e sobre ele não acabam. Foi um membro ilustre da Academia Francesa e brincava, muitas vezes, com a sua “imortalidade”. Era um grande personagem com uma cultura vastíssima e com uma memória que fazia com que as conversas com ele fossem como folhear um livro de História. As regiões portuguesas ficaram a dever-lhe muito. Mesmo não sendo nós ainda membros da Comunidade Europeia, ele defendia com tenacidade a nossa presença no Comité das Regiões da Europa, por termos sido, ao longo da História, um grande país europeu e porque, era sua convicção firme, entraríamos brevemente na organização. Nesse sentido, propus que ele fosse condecorado pelo Governo Português e o Presidente da República, Dr. Mário Soares, concedeu-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Já não a recebeu em vida. As insígnias foram entregues à sua viúva.

*

Uma questão que para a Região do Douro era emblematicamente importante respeitava à navegabilidade do Rio Douro. Quando se construíram as barragens, no trecho nacional do Douro, o Ministro das Obras Públicas, Eng.^o Arantes e Oliveira, não quis comprometer a viabilidade de um futuro transporte fluvial e impôs à Hidroelétrica do Douro (Hidouro) que cada uma das barragens fosse dotada com eclusas. Os desníveis não são grandes, porque as barragens são “a-fio-de-água” e, por isso, a altura de cada eclusa não seria impraticável, embora fossem todas altas. Como o valor da energia produzida compensava, a empresa aceitou a imposição de modo que os cinco escalões (Pocinho, Valeira, Bagaúste, Carrapatelo e Crestuma-Lever) foram construídos com uma eclusa junto a uma das margens. Mas faltava fazer o quebramento de rocha em algumas zonas e a sinalização do canal navegável, e um ou outro cais de acostagem para servir as actividades económicas localizadas à volta que pudessem utilizar o transporte fluvial.



FIG. Navegabilidade do Douro.

A grande ambição de uns anos antes tinha sido o transporte rio-abaixo do minério de ferro de Moncorvo. Mas há muito que se tinham perdido as ilusões acerca da viabilidade da sua exploração que a escassez mundial de minério volta agora (2012) a reacender. Para acesso às ajudas comunitárias, mesmo antes da adesão, tinha de se elaborar um estudo de viabilidade no qual estivessem identificados todos os potenciais fluxos de carga, para jusante e para montante. Ficou a Comissão de Coordenação encarregada de o fazer, com o auxílio precioso do Eng.^o Daniel Pinto da Silva, o qual tinha pertencido aos quadros da Hidouro, entretanto fundida com outras, por várias vezes, dando lugar à EDP Tal obrigou a inventariar todos os volumes potenciais de cargas a movimentar.

E um belo dia, aí vou eu para Bruxelas, com o Eng.^o Pinto da Silva, para expor a várias direções-gerais o conteúdo do projeto, em que haveria uma exposição inicial seguida da resposta às perguntas postas por cinco ou seis técnicos. Contudo, tínhamos a sensação de que seria árduo convencê-los. Quando, uns dias antes, quisemos marcar quartos para uma noite, chegámos à conclusão de que o dia marcado coincidia com uma daquelas concentrações de acontecimentos, comuns em Bruxelas e que esgotam a capacidade hoteleira da cidade e arredores. Eu estava já a pensar em ir dormir para Antuérpia quando o meu companheiro de viagem se lembrou de um hotelzinho no centro onde ele já tinha estado e que serviria. Telefonámos e marcámos dois quartos: o dele ficou no terceiro ou quarto andar voltado para as traseiras e o meu no primeiro andar voltado para a frente. Tudo correu bem até eu verificar que, exactamente por baixo da janela do meu quarto, estava situada a porta de um bar frequentado por *motards* e que eles chegavam e partiam com estrondo até às duas da manhã!... Não dormi nada, quando queria estar em boa forma para a discussão da manhã seguinte. Ao pequeno-almoço lamentei-me do sucedido e o Eng.^o Pinto da Silva olha-me com espanto e pergunta-me: “Mas, então, não trouxe os tampões para os seus ouvidos?...” Eu, realmente, não os tinha levado... A discussão acabou por correr bem. Não se tratava de um grande montante e os nossos interlocutores entenderam como tinha sido exaustivo o inventário de todas as cargas potenciais. Os dinheiros acabaram por ser concedidos, as obras foram feitas. Hoje, o minério não desce o rio, mas os barcos da Douro-Azul sobem-no com frequência, carregados

de turistas, o que não tinha sido antecipado no estudo. Assim, um problema que pode vir a seguir, se o minério sempre for explorado, é o conflito entre o ferro e os turistas, o que irá ser mais difícil de resolver do que justificar a navegabilidade, nos temos em que eu o fiz, depois de uma noite em claro.

*

Começou a ficar evidente que as relações económicas entre a Região do Norte e a Galiza se iriam intensificar, mas ainda se estava longe da situação que hoje (2012) se vive, na qual a Galiza é a segunda região autónoma espanhola a exportar para Portugal e, também, a importar. Era certo, no entanto, que a proximidade, particularmente se houvesse melhoria das vias de comunicação, iria determinar uma intensificação das relações. Com a anuência do Governo Português fui visitar o Presidente da Xunta de Galicia, D. Gerardo Fernandez Albor, que me recebeu no seu gabinete, então no Palácio Rajoy, mesmo em frente da Catedral de Santiago de Compostela. Houve simpatia mútua imediata. Ele era o que, na Galiza, se chama “un santón”, quer dizer uma pessoa cheia de prestígio e por todos respeitada. De profissão era cirurgião, exercendo em Santiago. Estivemos de acordo em relação àquilo que era preciso fazer, em colaboração com os Conselheiros, que é como lá se chama aos Secretários Regionais. Demos prioridade às ligações rodoviárias – ao tempo elas eram bastante más –, ao turismo, onde havia complementaridades evidentes em muitos sub-setores, de forma a reter os turistas estrangeiros durante mais uns dias e às ligações sobre o Rio Minho. Nessa ocasião só havia duas pontes, a de Valença, do final do século XIX e uma muito estreita e em curva, em Melgaço. Começámos pelo apoio às iniciativas dos dois Autarcas, de Vila Nova de Cerveira e de Monção, para o lançamento de dois “transbordadores” para automóveis ligeiros. Hoje, nesses locais há pontes modernas, bem como uma nova em Valença. Passados uns meses ele retribuiu a visita para verificarmos a evolução do que tínhamos resolvido e ficou surpreendido quando lhe propus que, no final, recebêssemos os jornalistas no jardim da Comissão. Estava um dia esplendoroso; os jornalistas galegos não cabiam em si de excitação pelas novidades e pelo enquadramento. “Parece Camp David”, disse um deles...

Nessas diligências inter-regionais, mas que eram, também, internacionais, eu estava sempre acompanhado por um Embaixador que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha destacado para o efeito. Já o conhecia de outras andanças, tendo-nos sempre entendido muito bem. Tudo se passava sempre em “low key”, sem ninguém se pôr em bicos-de-pé, como eu gosto. Foi-se avançando nessa cooperação que, nos nossos dias, é muito franca e proveitosa para os dois lados. Ela estendeu-se a muitos domínios que não foram sequer falados nos primeiros tempos. Um dos que mais se robusteceu foi o intercâmbio universitário entre várias universidades dos dois lados: a do Porto e a do Minho; a de Santiago, a de Vigo e a de Coimbra... Fiquei admirado quando, há poucos meses e em cerimónia pública, tive de referir o número de projectos realizados em parceria entre a Universidade do Minho e as da Galiza e me informaram que eles eram mais de 150, em áreas muito diversificadas. E ainda hoje, mesmo entre as associações empresariais, há uma colaboração muito cordial e frequente.

Foi, contudo, no tempo do meu sucessor na Comissão de Coordenação, o Eng.^o Luís Braga da Cruz, que se robusteceram mais os laços com a Galiza. Nessa ocasião presidia à Xunta, D. Manuel Fraga Iribarne, um político com uma longa carreira que regressava à sua região de origem naquele posto. Os dois entenderam-se muito bem e a cooperação avançou de modo consistente. Lembro-me do contentamento com que um dia o Eng.^o Braga da Cruz me comunicou que, do outro lado da fronteira, tinha sido criado o Parque Natural do Xurez, confinando com o nosso do Gerês e, especialmente, preenchendo uma zona central, que era fundamental para a conservação e conveniente exploração do lado português. Eu vim a conhecer D. Manuel Fraga quando ele trouxe a Lisboa uma delegação do seu governo, a propósito de uma Semana da Galiza, durante a qual ele mostrou aos Portugueses o melhor da sua região: Desde palestras por académicos ilustres, à música, às exposições dos seus produtos, à publicação de livros. Essa semana representou uma operação de *marketing* conduzida com mão de mestre e eu, então o Ministro do Planeamento e Administração do Território, evidentemente que sabia muito bem de quem se tratava. Mas ele tinha colhido informações a meu respeito, querendo conhecer-me pessoalmente. Começou aí uma relação muito amistosa que se prolongou depois de eu ter saído do governo e em

outras posições que ocupei. Visitava-o sempre que ia a Santiago de Compostela e gostava muito de conversar com ele acerca da história de Espanha, que dominava como poucos. A última vez que o vi foi durante uma homenagem que lhe fizeram em Baiona, em ambiente associativo empresarial. Estava já muito degradada a sua saúde. Mas era uma figura emblemática para os Galegos. Gostava muito de contar experiências suas ou passadas perto de si. Tinha uma memória extraordinária e sabia contá-las. Um dos seus colaboradores disse-me que nunca lhe tinha ouvido uma história repetida.

Um dia, o Presidente da Câmara de Valença promoveu uma homenagem a Camilo José Cela, convidando-me a mim e ao Presidente da Xunta para participarmos e ao Prof. José Augusto Seabra para fazer uma intervenção crítica acerca da obra do escritor. D. Camilo tinha vivido na sua adolescência em Tuy, vindo com alguma frequência a Valença para jogar futebol com uma equipa portuguesa do mesmo escalão etário. Quando me foi apresentado, insistiu em esclarecer que tinha sido em Valença que se tinha “internacionalizado” pela primeira vez... O Prof. José Augusto Seabra fez um discurso muito erudito, cheio de citações dos livros do Autor e fazendo referência a correntes e movimentos literários todos muito bem caracterizados. D. Camilo, que estava sentado a meu lado, seguia com a maior atenção toda a exposição. Quando esta terminou virou-se para mim e disse quase boquiaberto: “Ministro, estes críticos se dan cuenta de cosas que nunca me habian passado por la cabeza!”... Era de uma boa disposição e capacidade de comunicação inesquecíveis. Seguramente, também por isso, o Rei de Espanha o estimava tanto.

*

A Comissão de Coordenação da Região do Norte foi, durante alguns anos, um alfofre de técnicos que, passados uns tempos de permanência na Comissão, com ou sem formação no exterior, foram guarnecer órgãos de responsabilidade, quer no sector público, quer no privado. Sempre pensei que faria muito bem a todos passar uns tempos em instituições estrangeiras, universidades ou outros estabelecimentos de formação. Muitos fizeram cursos de pós-graduação ou mestrados ou, mesmo, doutoramentos na Universidade de Reading ou no Instituto of Social



FIG. Em Valença do Minho com Camilo José Cela.

Studies, em Haia. Enquanto lá estiveram fui visitá-los para os encorajar a atravessar um período sempre exigente na sua formação. Um dia desabafei com o Prof. Costa André, do IST, acerca dessas saídas ou subidas que me deixavam, na Comissão, sem o concurso de quadros que eu tinha empurrado para a formação e tratado de formar “in the job”. Ele respondeu-me: “Mas você não é professor? Considere isso como uma extensão da sua acção!”. Assim fiz, como não podia deixar de ser. Alguns ocupam hoje postos de responsabilidade em empresas dos mais diversos ramos. São muitos e, por isso, não os vou nomear, pois tenho receio de deixar um ou outro por referir. Posso, no entanto, enumerar os que foram membros do Governo: o Dr. José Albino da Silva Peneda; Ministro do Emprego e da Segurança Social (11.º Governo Constitucional), Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional (10.º Governo Constitucional), Secretário de Estado da Administração Regional e Local (5.º e 6.º Governos Constitucionais); o Prof. Arlindo Marques Cunha, Ministro da Agricultura (12.º Governo Constitucional), Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (15.º Governo Constitucional), Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação (11.º Governo Constitucional); a Prof.^a Maria Elisa da Costa Guimarães Ferreira, Ministra do Ambiente (13.º Governo Constitucional) e Ministra do Planeamento (14.º Governo Constitucional); o Eng.º António Ricardo Rocha de Magalhães, Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (13.º Governo Constitucional) e Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento (14.º Governo Constitucional); o Eng.º António Manuel da Silva Taveira, Secretário de Estado do Recursos Naturais (12.º Governo Constitucional); o Dr. Manuel Joaquim Moreira de Azevedo, Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário (12.º Governo Constitucional); o Eng.º José Monteiro de Moraes, Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Mar e Secretário de Estado das Pescas (12.º Governo Constitucional); o Dr. António Neto da Silva, Secretário de Estado do Comércio Externo (11.º Governo Constitucional); e o Eng.º Juvenal da Silva Peneda, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (19.º Governo Constitucional). Não acredito que haja, no nosso país, muitas instituições, que não sejam as univer-

sitárias, que possam exibir um tão longo e tão qualificado rol de responsáveis que entraram muito jovens no que foi o seu primeiro emprego (ou quase) e dele saíram para os postos mais elevados a que poderiam aspirar, numa carreira pública.

*

Nas minhas intervenções públicas eu referia muitas vezes a importância da qualidade naquilo que produzíamos. Um dia sou interpelado pelo Cônsul-geral Britânico, Ian Murray (que saiu do Porto para o Gabinete da Primeira-Ministra Margaret Thatcher), dizendo-me: “Não compreendo a sua insistência na qualidade! Portugal nunca será reconhecido por ela! Os importadores o que querem é produtos baratos e é isso que eles vêm cá comprar!...” Enfim, uma visão adaptada ao fim do século XX (anos 80) do célebre Tratado de Methwen (1703)... em que os ingleses arranjam maneira de trocar os seus lanifícios e produtos manufacturados, por vinhos e rolhas portuguesas.

*

Durante o tempo em que estive à frente da Comissão tentei forçar o caminho para transformar a instituição num executivo regional. A primeira coisa a fazer era “legitimá-la” em termos democráticos. Como não estava no horizonte a perspectiva de fazer eleições regionais propus a criação de um Conselho Regional formado por um Presidente de Câmara de cada Agrupamento e presidido por um deles, a ser eleito pelos seus pares. O Presidente da Comissão passou a actuar, nas reuniões desse Conselho, como seu Secretário-Geral. Tudo isto foi aceite e funcionou com dignidade e eficácia. E, ao lado do Conselho dos eleitos, havia um Conselho Coordenador, composto pelos responsáveis sectoriais regionais e pelos directores dos GAT. A esse, era eu próprio que presidia; tratava-se de um conselho composto por funcionários e que não tomava decisões políticas. Reunia sempre antes do outro, para me habilitar com informações relevantes e sugestões que os Autarcas deveriam apreciar e, eventualmente, aprovar, modificando ou não o seu conteúdo. As coisas também funcionavam no sentido inverso: quando havia recomendações feitas pelos membros do Conselho Regional era, algumas vezes, necessário reunir o Conselho Coordenador para ver como se poderia avançar na prática. Além disso,



FIG. Inauguração das Novas Instalações da CCRN, no Porto (23/06/1980).
Com José Silva Peneda, Francisco Almeida e Sousa, Alípio Dias, João Morais
Leitão, Vitor Crepo, Eurico de Melo, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto
Balsemão e Aníbal Cavaco Silva.

eu convocava algumas vezes, para reuniões internas, os responsáveis pelos diversos departamentos da “Casa”. Fazia isso antes de se iniciarem os trabalhos de um novo projecto, para preparar os planos de actividade, para formular uma proposta a apresentar ao Governo... Elas tinham lugar ao princípio da tarde e não estava fixada nenhuma hora para a sua conclusão. Os participantes gostavam muito deste tipo de exercícios e envolviam-se sempre neles com grande entusiasmo.

O segredo do sucesso do funcionamento deste género de instituições é a participação e a coordenação. Suscitando a primeira e assegurando a segunda, consegue-se tirar muito de um corpo cujos membros foram escolhidos pelas suas capacidades. Estes passos graduais no sentido de um objectivo bem fixado são essenciais para o alcançar. Como dizia Séneca: “Não há ventos favoráveis para um barco que não sabe para que porto quer ir.” (2). Todos sabíamos onde queríamos chegar e todos partilhávamos a convicção de que só seríamos bem-sucedidos por uma via reformista. Os ventos contra vieram alguns anos depois e por razões que não tiveram nada a ver com o funcionamento dos órgãos de coordenação regional. A seu tempo referirei como foram eles desencadeados.

*

No Verão de 1985 fui convidado para ir participar, durante dois dias, nos Encontros de Alpbach, na Áustria. Estes tinham sido instituídos em 1945, ainda antes da II Grande Guerra acabar, por Otto Molden, porque houve um grupo de académicos que anteviram as dificuldades de relacionamento entre os blocos que se haveriam de formar e, muito correctamente, pretenderam encontrar um fórum onde tudo fosse discutido, permitindo às pessoas conhecerem-se, trocarem ideias e manterem os seus contactos.

Alpbach é uma pequena aldeia nos alpes austríacos, não longe de Innsbruck. Corresponde, inteiramente, à ideia transmitida pelos postais: uma pequena igreja com torre pontiaguda e com o cemitério ao lado, ruas íngremes, pequenos hotéis que no inverno albergam os desportistas da neve, mas no verão vêem a sua clientela reduzida, restaurantes abertos ao sol, onde todos tentam beber sofregamente... Os participantes tomavam as suas intervenções muito a sério e as discussões decorriam a um nível muito elevado. Portugal estava na moda, nessa ocasião e os organizadores

quiseram a presença de alguém que pudesse contar como se tinha evoluído depois da revolução e que ideias havia para o futuro. Foi o que eu lá fui fazer.

Os dois dias foram a tempo pleno. Ouvi Michel Rocard, nessa ocasião acabado de deixar as funções de Ministro da Agricultura da França, que fez uma intervenção memorável não sobre a sua pasta, mas sobre geopolítica. Deixou a assistência rendida à sua inteligência e à forma vivíssima de expor as suas ideias. E fui apresentado a duas “reliíquias” do pensamento europeu: Friedrich von Hayek e Karl Popper. Estavam já muito idosos mas, por terem sido animadores dos Encontros, durante décadas, eram convidados a passar todos os anos por lá, intervindo com argúcia e sendo tratados, por todos, com a maior deferência. Eram ambos verdadeiros modelos de cortesia no trato com os outros participantes.

Perguntaram-me como é que eu gostaria de ser tratado. Respondi que me era indiferente, mas se a maioria dos presentes eram professores eu preferiria ser designado como eles. Então, pediram-me para esclarecer se eu era professor de uma universidade ou professor por designação. Eu não compreendi muito bem, mas disse que era professor da Universidade do Porto. Vi, então, que na minha ficha fiquei como Univ. Prof. o que me intrigou um pouco, pois observei que outros eram só Prof... Indaguei o porquê? Descobri que, na Áustria, o ministro da Educação pode conferir, por decreto, o título de Prof. a quem, mesmo não tendo seguido a carreira académica, haja alcançado um alto estatuto na profissão e na sociedade. Em Portugal houve, durante a Primeira República, um grupo a quem foi dado o título de Doutor, pela mesma via. Nunca mais se libertaram do sub-título de doutores “decretinos”... Mas tudo isso se passou em Portugal, onde o sentido do ridículo é muito apurado e... mortífero. Na Áustria, a diferença entre Univ. Prof. e Prof. é tomada muito a sério e os primeiros não deixam de reclamar os seus créditos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. VOLUME 1/12

LEMA

MONTAIGNE, Michel de (2009). *Les Essais – en français moderne*. Gallimard Editeur, Colletion Quarto.

INTRODUÇÃO

- (1) **LAS CASES, Comte de** (1828). *Mémorial de Sainte-Hélène*. Bruxelas: Librairie Nationale et Étrangère, Quarta edição, 9 volumes.
- (2) **FAUTIER, Pascale** (2011). *Napoléon Bonaparte*. Paris: Gallimard.
- (3) **BERTRAND, Général** (1950). *Cahiers de Sainte-Hélène*. Paris: Editores Albin Michel.
- (4) **GOURGAUD, Général** (1947). *Journal de Sainte-Hélène*. Paris: Flammarion.
- (5) **CROSSMAN, Richard** (1979). *The Crossman Diaries – Selections from the Diaries of a Cabinet Minister – 1964-1970*. London: Book Club Associates.
- (6) **BLOCH-LAINÉ, François** (1976). *Profession Fonctionnaire*. Paris: Seuil.
- (7) **GALLO, Max** (2012). *L'oubli est la ruse du diable*. Paris: XO Editions.
- (8) **OLIVEIRA, L. Valente de** (1986). *Desenvolvimento e Administração do Território: discursos*. Lisboa: Secretaria-Geral do MPAT, 10 volumes.
- (9) **OLIVEIRA, L. Valente de** (2003). *Obras Públicas, Transportes e Habitação*. Lisboa.
- (10) **HUIZINGA, Johan** (1994). *El concepto de la historia y otros ensayos*. México: Fondo de Cultura Económica – 4.ª re-impression.

CAPÍTULO I

- (1a) **VERNE, Júlio**. Coleção *Viagens Maravilhosas*. Lisboa: Empreza Horas Românticas, David Corazzi, 70 volumes.
- (1b) **VERNE, Júlio**. Coleção *Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 6 volumes.
- (2) **DUMAS, Alexandre** (1929). *Os Três Mosqueteiros*. Porto: Livraria Chardon, 2 volumes.
- (3) **DUMAS, Alexandre** (1932). *Vinte anos Depois*. Porto: Livraria Lello & Irmão, 2 volumes.
- (4) **DUMAS, Alexandre** (s/ d). *O Visconde de Bragelonne*. Porto: Livraria Lello, Ltdª, 7 volumes.
- (5) **DUMAS, Alexandre** (s/ d). *Memórias de um Médico*. Guimarães – Lisboa, 26 volumes.
- (6) **MAETERLINCK, Maurice** (1904). *La Vie des Abeilles*. Paris: Bibliothèque Charpentier.
- (7) **SAMPAIO, Gonçalo** (1947). *Flora Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

CAPÍTULO III

- (1) **BLANC, Maurice** (1952). *Essai sur l'habitation tropicale*. Paris: BCEOM.
- (2) **OLIVEIRA, L. Valente de** (1967). *Notas sobre alguns aspectos da construção na Guiné*. Lisboa: Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares – Ministério do Exército.
- (3) **MOTA, A. Teixeira da** (1954). *Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 2 Volumes.

CAPÍTULO IV

(1) **CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène** (2011). *Des siècles d'immortalité*. Paris: Fayard.

CAPÍTULO VI

COLIN, Buchanam (1963). *Traffic in Towns*. London: HMSO.

CAPÍTULO VII

(1) **PERROUX, François** (1964). *L'Economie du XX éme Siècle*. Paris: PUF, 2ème edition.

(2) **GRAVIER, J.F** (1947). *Paris et le Désert Français*. Paris: Flammarion.

CAPÍTULO IX

(1) **FAURE, Edgar** (1984). *Mémoires*. Paris: Plon.

(2) **SÉNECA, Lúcio Aneu** (1991). *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

PLANO GERAL DA OBRA

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX

CAP. I / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

CAP. II / A UNIVERSIDADE;

CAP. III / O SERVIÇO MILITAR;

CAP. IV / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

CAP. V / OS TEMPOS DA HOLANDA;

CAP. VI / OS TEMPOS DE LONDRES;

CAP. VII / O REGRESSO AO PORTO;

CAP. VIII / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

CAP. IX / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV

CAP. X / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

CAP. XI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

CAP. XII / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIV / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI

CAP. XV / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVI / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX

CAP. XVII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XIX / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XX / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII

CAP. XXI / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

CAP. XXII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXIII / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV

CAP. XXIV / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI

CAP. XXV / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXVI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII

CAP. XX/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XX/ NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX

CAP. XXIX/ A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXX/ O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV

CAP. XXXI/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

CAP. XXXII/ UM NOVO REGRESSO AO PORTO

CAP. XXXIII/ O “CAVAQUISMO”

CAP. XXXIV/ A REGIONALIZAÇÃO

CAP. XXXV/ A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX

CAP. XXXVI/ NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

CAP. XXXVII/ AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXVIII/ OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXIX/ A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX

CAP. XL/ O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

CAP. XLI/ A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

CAP. XLII/ AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

CAP. XLIII/ AS VIAGENS

CAP. XLIV/ A BIBLIOFILIA

CAP. XLV/ A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

CAP. XLVI/ COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

CAP. XLVII/ ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

CAP. XLVIII/ GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

CAP. XLIX/ CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

AGRADECIMENTOS

ÚLTIMA NOTA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

PLANO GERAL DA OBRA

UM DEPOIMENTO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Trilhos. Memórias.
Por vezes, quase um diário.
(VOLUME 1 DE 12)

DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

TEXTO

Luís Valente de Oliveira

REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL 00000/22

ISBN 978-972-8961-17-6

DATA 09/2022

EDIÇÃO

Edições Gémeo
Rua da Reboleira, 49
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO
DESTE DOCUMENTO.

VOLUME 1/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

VOLUME 1

https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_01

